

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS RIO BRANCO**

**PROJETO PEDAGÓGICO CURRICULAR DO CURSO DE BACHARELADO
EM ENFERMAGEM – 2019**

RIO BRANCO - AC

2018

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Profa. Dra. Margarida de Aquino Cunha
Reitora em exercício

Profa. Dra. Ednacelí Abreu Damasceno
Pró-Reitora de Graduação

Prof. Dr. Josimar Batista Ferreira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Prof. Dr. Enock da Silva Pessoa
Pró-Reitor de Extensão e Cultura

José Sérgio Lopes Siqueira
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Thiago Rocha dos Santos
Pró-Reitor de Administração

Prof. Me. Alexandre Ricardo Hid
Pró-Reitor de Planejamento

Filomena Maria Oliveira da Cruz
Pró-Reitora de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Comissão

Portaria Nº 674, de 03 de março de 2016.

Prof. Me. Carlos Frank Viga Ramos (Presidente)

Profa. Dra. Andréa Ramos da Silva Bessa

Profa. Me Claudia Machado Alves Pinto

Profa. Dra. Clisângela Lago Santos

Profa. Dra. Isabela Nogueira Pessoa

Profa. Esp. Kizzy Montini Ramos Azenha

Profa. Dra. Suleima Pedroza Vasconcelos

Profa. Dra. Valéria Rodrigues da Silva

Equipe Técnica

Profa. Dra. Lidianne Assis Silva (Diaden/Prograd)

Pedagogo Luciano Santos de Farias (Diaden/Prograd)

SUMÁRIO

1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	7
1.1 Perfil Institucional	7
1.2 Missão	12
1.3 Visão	12
1.4 Valores	12
1.5 Finalidades e Objetivos Institucionais	13
1.6 Inserção Regional	13
2 CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E OS OBJETIVOS DO CURSO	15
2.1 Objetivos do curso	16
3 JUSTIFICATIVA DO FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	16
4 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	17
5 PERFIL DO EGRESSO	18
6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	18
7 CAMPO DO TRABALHO PROFISSIONAL	22
8 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	23
9 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO	26
9.1 Quadro: componentes curriculares obrigatórios	26
9.2 Quadro: Componentes curriculares optativos	29
9.3 Componentes curriculares distribuídos por semestre	30
9.4 Carga horária resumida da estrutura curricular	34
9.5 Ementas e Referências	35
9.5.1 Disciplinas obrigatórias com ementas e referências:	35
10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	87
11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)	88
12 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO	89
13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	90

14 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO	91
15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	91
15.1 Sistemática de Avaliação	91
15.2 Avaliação da Aprendizagem	94
16 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	94
18 METODOLOGIA ADOTADA PARA A CONSECUÇÃO DA PROPOSTA	98
19 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	101
20 INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO	102
21 LEGISLAÇÃO BÁSICA	103
22 REFERÊNCIAS	106
ANEXOS	108

APRESENTAÇÃO

A presente proposta constitui-se resultado de um processo de debates conjuntos entre docentes e discentes do Curso de Enfermagem do Centro de Ciências da Saúde e do Desporto da Universidade Federal do Acre – UFAC e profissionais enfermeiros (as) que atuam na atenção básica e assistência hospitalar, bem como representantes discentes do Curso de Enfermagem.

O processo de discussão iniciou-se no ano de 2010, resultando em várias oficinas de trabalho no âmbito Institucional e fora dele, visto que o novo currículo dos cursos de graduação em enfermagem estava em processo de reformulação no país, fundamentado na Resolução nº 03, de 07 de novembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Enfermagem.

As alterações do currículo também foram norteadas nas orientações da proposta de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), objetivando dar mais flexibilidade, adequar a carga horária à legislação existente, minimizar os pré-requisitos e redefinir ementas, período e funcionamento do curso.

A proposta curricular apresentada busca oportunizar a integração dos conhecimentos acadêmicos científicos com os saberes das comunidades tradicionais no próprio processo de formação, superando a dicotomia entre ensino, pesquisa e extensão. Desta forma, estão garantidos componentes curriculares obrigatórios que proporcionam espaços para desenvolver ações integradoras.

Entre outros aspectos importantes, merece destaque a preocupação de flexibilizar a rigidez linear do currículo, garantindo por meio de um leque significativo de disciplinas optativas, oportunidades de escolha por parte dos discentes, a partir de seus interesses de ampliação e aprofundamento de conhecimentos, bem como o interesse em garantir uma sólida formação geral e específica, possibilitando vislumbrar uma contribuição efetiva no processo de desenvolvimento, humanização e uma melhor qualidade de vida para a comunidade.

É importante salientar que a metodologia indicada está centrada em um processo de aprendizagem que enfatiza e prioriza a reflexão na ação e sobre a ação, tendo como foco privilegiado para a reflexão o campo de atuação do futuro profissional.

1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE

1.1 Perfil Institucional

A Universidade Federal do Acre (Ufac) é uma instituição de ensino superior, público e gratuito, vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e mantida pela Fundação Universidade Federal do Acre (Fufac). Sua história teve início com a criação da Faculdade de Direito, em 25 de março de 1964, por meio do Decreto Estadual n.º 187, e em seguida, da Faculdade de Ciências Econômicas.

Em 1970, foram criados os cursos de Licenciatura em Letras, Pedagogia, Matemática e Estudos Sociais, oficializando-se, por meio da Lei Estadual n.º 318, de 03 de março de 1970, a criação do Centro Universitário do Acre, reformulado pela Lei Estadual n.º 421, de 22 de janeiro de 1971, em Fundação Universidade do Acre. Em 05 de abril de 1974, foi federalizada, por meio da Lei n.º 6.025, passando a denominar-se Universidade Federal do Acre, regulamentada pelo Decreto n.º 74.706, de 17 de outubro de 1974.

Com a finalidade de desenvolver a Educação Básica, atuando no campo de estágios voltados à experimentação pedagógica, foi criado em 11 de dezembro de 1981, pela Resolução n.º 22 do Conselho Universitário, o Colégio de Aplicação (CAP), como unidade especial, e pela Portaria n.º 36 do MEC, de 25 de novembro de 1985, foi aprovado o Regimento Interno e reconhecido o Curso de Ensino Fundamental (antigo 1º Grau). Posteriormente, a Portaria n.º 143 do MEC, de 20 de março de 1995, reconheceu e declarou a Regularidade de Estudos do Curso de Ensino Médio (propedêutico). Inicialmente, o acesso dos alunos ocorria através de processo de seleção e, a partir de 1990, o ingresso passou a ser por meio de sorteio público. Recentemente, pela Portaria n.º 959/2013, o MEC estabeleceu as diretrizes e normas gerais para o funcionamento dos Colégios de Aplicação vinculados às universidades federais, prevendo em seu artigo 2º que as unidades de Educação Básica têm como finalidade desenvolver, de forma indissociável, atividades de ensino, pesquisa e extensão com foco nas inovações pedagógicas e formação docente.

Durante muitos anos, os cursos de graduação dos *campi* foram vinculados a uma estrutura de departamentos. Por meio da Resolução n.º 08 do Conselho Universitário, de 28 de maio de 2003, os cursos no Campus Sede, localizado na cidade de Rio Branco, passaram a ser vinculados a seis centros acadêmicos: Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas (CCJSA), Centro de Filosofia e Ciências

Humanas (CFCH), Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CCET), Centro de Ciências Biológicas e da Natureza (CCBN), Centro de Ciências da Saúde e do Desporto (CCSD) e Centro de Educação, Letras e Artes (CELA).

No Campus Floresta, localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, os cursos passaram a ser vinculados a dois centros acadêmicos: o Centro Multidisciplinar (CMULTI), criado pela Resolução n.º 012 do Conselho Universitário, de 11 de outubro de 2007, e o Centro de Educação e Letras (CEL), criado pela Resolução n.º 004 do Conselho Universitário, de 22 de fevereiro de 2011.

A modalidade em Educação a Distância foi institucionalizada na Ufac com a criação do Núcleo de Interiorização e Educação a Distância (Niead), pela Resolução n.º 22 do Conselho Universitário, de 07 de dezembro de 2006. Em 2012, por meio de parcerias com outras instituições, iniciou-se o desenvolvimento do Programa Escola de Gestores (cursos de pós-graduação *lato sensu* em gestão escolar e coordenação pedagógica) e de curso de formação em tutoria. Em 2014, a Ufac foi credenciada para a oferta de cursos de graduação na modalidade EaD, recebendo nota 5, sendo o primeiro curso a ser ofertado o de Licenciatura em Matemática.

Em 05 de julho de 2010, por meio da Resolução n.º 36 do Conselho Universitário, a Ufac aderiu ao Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), como processo de seleção para ingresso nos cursos de Licenciatura em Filosofia e em Música, bem como para as vagas remanescentes do Edital Vestibular 2011. Posteriormente, por meio da Resolução n.º 16 do Conselho Universitário, de 26 de maio de 2011, foi realizada a adesão integral ao Enem. Com a criação da Lei n.º 12.711, de 19 de agosto de 2012, denominada Lei das Cotas, para o ingresso em 2013 foram reservadas aos cotistas 25% (vinte e cinco por cento) do total de vagas em cada curso e, para o ingresso em 2014, 50% (cinquenta por cento) do total das vagas.

Acompanhando as políticas públicas de inclusão social na educação, em 29 de novembro de 2012 a Ufac criou a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes), por meio da Resolução n.º 99 do Conselho Universitário. A Proaes é responsável pelo planejamento e execução de uma política de assistência estudantil voltada à promoção de ações afirmativas de acesso e inclusão social que busquem garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes, atuando diretamente no fortalecimento do programa de bolsas e auxílios, no atendimento do restaurante universitário e na moradia estudantil. Encontra-se vinculado à Proaes o Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI), criado em abril de 2008, e homologado por meio da Resolução n.º 10 do Conselho Universitário, de 18 de setembro de 2008, que tem por finalidade: executar

as políticas e diretrizes de inclusão e acessibilidade de estudantes com deficiência, garantindo ações de ensino, pesquisa e extensão; apoiar o desenvolvimento inclusivo do público-alvo da modalidade de educação especial; e orientar o desenvolvimento de ações afirmativas no âmbito da instituição. Em agosto de 2013, foi criada a primeira Comissão de Acessibilidade, para atuar em parceria com a Administração Superior da Ufac, por meio do NAI, com a atribuição de identificar falhas e propor soluções para garantir a acessibilidade de todas as pessoas.

Os cursos da Ufac que possuem acadêmicos com deficiência matriculados contam com o apoio e assessoramento técnico-pedagógico da equipe do NAI e com os recursos existentes no Núcleo, incluindo: material em Braille, material em áudio, recursos de informática acessível, material em formato impresso em caractere ampliado, material pedagógico tátil, material didático em formato impresso acessível, recursos de acessibilidade à comunicação e inserção da disciplina de Língua Brasileira de Sinais nos cursos. Atualmente o NAI dispõe de uma equipe técnica de profissionais de diversos cargos importantes para um melhor atendimento, tais como: Assistente Social, Psicólogo, Pedagogo, Técnico em Assuntos Educacionais, Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), Fisioterapeuta, Revisores de Texto Braille, Fonoaudiólogo, além de contar com o apoio e orientação de professores com especialização nas áreas da Educação Especial/Inclusiva.

Em julho de 2013, a Ufac associou a Ouvidoria e o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) em um único espaço físico de atendimento, garantindo a integração entre o serviço público e a população, proporcionando novos meios de aproximação com a comunidade. A Ouvidoria atua no recebimento de sugestões, elogios, reclamações e denúncias, retornando com a devida prestação de contas e zelando, desse modo, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na gestão da universidade pública. O SIC é responsável por receber pedidos de informações dos usuários em geral, atuando como via de acesso da comunidade à Ufac, de acordo com a Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Com relação à graduação, atualmente a Ufac oferta 44 cursos regulares, sendo 21 cursos de licenciatura e 23 cursos de bacharelado, dos quais 34 são oferecidos no Campus Sede (Rio Branco) e 10 oferecidos no Campus Floresta (Cruzeiro do Sul). Também são ofertados cursos de licenciatura na modalidade presencial por meio do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), implementado em 2009 pelo Governo Federal, com adesão efetivada pela Ufac em

dezembro de 2012, e as atividades iniciadas no segundo semestre de 2013. Em 2015, estão em atividade 33 turmas de licenciatura, distribuídas entre os cursos de Pedagogia, Ciências Biológicas, Letras Português e Geografia.

Outra ação relevante desenvolvida pela Ufac, com vistas à formação inicial de professores para a Educação Básica, é o Programa Especial de Licenciatura em Matemática (PROEMAT), financiado pela Secretaria de Estado de Educação e Esportes (SEE). Iniciado em 2013, o programa está em execução nos municípios de Rio Branco, Brasiléia, Cruzeiro do Sul e Tarauacá. No que se refere aos programas institucionais de Pós-Graduação *stricto sensu*, a Ufac iniciou este processo em 1996, com o Programa de Mestrado Acadêmico em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais (PPG-EMRN). Em 2006, foram criados mais 03 programas de mestrado acadêmico: Produção Vegetal (MPV), Desenvolvimento Regional (MDR) e Linguagem e Identidade (MEL). Em seguida, foram criados, em 2008, Saúde Coletiva (MESC) e, em 2010, Ciência, Inovação e Tecnologia para a Amazônia (CITA). Em 2013, foram aprovados os cursos de Mestrado em Sanidade e Produção Animal Sustentável na Amazônia Ocidental (MESPA), Mestrado em Educação (MED) e Mestrado em Ensino de Ciências e Matemática (MPECIM) na modalidade profissional. No ano de 2015 foram aprovados mais dois os programas de mestrado em Ciências Florestais e Ciências da Saúde na Amazônia Ocidental. Além destes cursos, dois outros mestrados são ofertados atualmente em rede de formação – Profmat e Profletras.

Em setembro de 2013, foi aprovado o primeiro curso em nível de doutoramento da Ufac, o Curso de Doutorado em Produção Vegetal, uma vez que, em rede com a Universidade Federal do Amazonas e a Embrapa, a Ufac participa do Doutorado Bionorte (Programa de Pós-Graduação de Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal), em seguida foram aprovados os cursos de Doutorado em Saúde Coletiva e Sanidade e Produção Animal Sustentável na Amazônia Ocidental.

Em atenção à Resolução n.º 196/1996 do Conselho Nacional de Saúde/MS, revogada pela Resolução n.º 466/2012, foi criado em 2005, o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (CEP), com sua primeira composição através da Portaria n.º 1.183 da Reitoria, de 11 de agosto de 2005. É um colegiado interdisciplinar e independente, de caráter consultivo, deliberativo e educativo que visa analisar os protocolos de pesquisa e/ou de extensão, bem como avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas interdisciplinares, interdepartamentais, interinstitucionais e de cooperação internacional envolvendo seres humanos, além de emitir pareceres do ponto de vista dos requisitos da ética.

Com a finalidade de analisar, emitir parecer e expedir atestados à luz dos princípios éticos na experimentação animal, sobre os protocolos de ensino e experimentação que envolvam o uso de animais e de subprodutos biológicos vinculados à Ufac, foi criado, por meio da Resolução n.º 017 do Conselho Universitário, de 24 de maio de 2012, a Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).

No que diz respeito ao uso de tecnologias e acesso à informação, foram criados: o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC), instituído pela Portaria/Reitoria n.º 1.250, de 27 de julho de 2012, com atribuição principal de elaborar e acompanhar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC); e, o Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI), instituído pela Portaria/Reitoria n.º 2.372, de 22 de novembro de 2012, com atribuição de desenvolver a política de segurança da informação, visando garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações produzidas ou custodiadas pela Ufac.

Desenvolvendo ao longo de um ano ações preparatórias para o maior evento científico do país, a Ufac sediou, entre 22 e 27 de julho de 2014, a 66ª Reunião Anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência). Reunindo um público diário de mais de 15.000 pessoas, foram realizadas conferências, mesas redondas, mini-cursos, sessões de pôsteres e, ainda, a tradicional ExpoT&C – Mostra de Ciência, Tecnologia e Inovação que reúne centenas de expositores, como universidades, institutos de pesquisa e agências de fomento. Além, da realização da SBPC Jovem-Mirim e da Cultural, foi realizada pela primeira vez a edição da SBPC Extrativista e da SBPC Indígena, tendo ainda como evento inédito o Dia da Família na Ciência.

1.2 Missão

Produzir, sistematizar e difundir conhecimentos, com base na integração ensino, pesquisa e extensão, para formar cidadãos críticos e atuantes no desenvolvimento da sociedade.

1.3 Visão

Ser referência internacional na produção, articulação e socialização dos saberes amazônicos.

1.4 Valores

Nossos valores traduzem as crenças nas quais se acredita, e por isso, regem as relações sociais que transformam em realidade concreta o pensamento estratégico e promovem a reflexão que orienta a atitude dos servidores, influenciando seu comportamento no dia-a-dia.

Inovação: Primar pela trajetória da aprendizagem, proporcionando um ambiente de criatividade e inovação criando espaço para a mudança e readequação.

Compromisso: Possuir liberdade e autonomia acadêmicas, fomentando a consciência coletiva de compromisso com o bem-estar social.

Respeito à Natureza: Adotar e vivenciar práticas sustentáveis que protejam o meio ambiente.

Respeito ao Ser Humano: Respeitar incondicionalmente os direitos humanos.

Efetividade: Contribuir ativamente com ações que promovam a eficácia dos objetivos e a eficiência na gestão, atendendo à sociedade.

Pluralidade: Conhecer e respeitar os diferentes pontos de vista, promovendo uma consciência global que valorize a tolerância, o respeito mútuo e as diferenças.

Cooperação: cooperar com indivíduos, instituições e entidades para o desenvolvimento da universidade e da sociedade.

1.5 Finalidades e Objetivos Institucionais

Conforme preconizado pelo seu Estatuto, a Ufac tem como finalidades a produção e a difusão de conhecimento, visando contribuir para o desenvolvimento pautado pela melhoria das condições de vida e a formação de uma consciência crítica, objetivando:

- a) Possibilitar os fundamentos para a formação de profissionais nas diferentes áreas de conhecimento, propiciando-lhes elementos para a formação de uma capacidade crítica e condições para contribuir com o desenvolvimento socioeconômico e cultural;
- b) Estimular o espírito científico e o pensamento reflexivo, motivando o trabalho de pesquisa e investigação do saber, desenvolvendo o entendimento do homem e do meio onde vive;

- c) Realizar pesquisas e estimular atividades voltadas ao conhecimento científico e cultural da realidade dentro da universalidade do saber, respeitando as especificidades socioculturais dos povos;
- d) Estender ao interior do estado sua atuação para promover a difusão das conquistas e benefícios resultantes da produção do conhecimento;
- e) Socializar e difundir conhecimentos;
- f) Articular-se, de forma efetiva, com o sistema de ensino básico, objetivando, continuamente e de maneira recíproca, a qualidade do ensino.

1.6 Inserção Regional

A história de meio século da Universidade Federal do Acre, desde a criação da Faculdade de Direito em 1964, passando pela institucionalização do Centro Universitário do Acre em 1970, pela criação da Fundação Universidade do Acre em 1971, até sua federalização em 1974, proporcionou-lhe, por vários anos, a condição de ser a única instituição de educação superior do estado. Essa situação mudou significativamente nos últimos vinte anos, já que a Ufac absorve atualmente menos de 40% (quarenta por cento) dos alunos de graduação matriculados no estado.

Dos vinte e dois municípios acrianos, dezoito encontram-se interligados por via terrestre, facilitando a atuação da expansão do ensino superior no estado, sendo que, para os outros quatro municípios, ainda existe dificuldade de logística, haja vista a ligação ser estabelecida somente por via fluvial e aérea. O Acre tem ligação por via terrestre com as demais regiões brasileiras, e também com países vizinhos (Bolívia e Peru), incluindo o acesso aos portos do Oceano Pacífico, possibilitando a inserção regional da Ufac.

Na esteira das transformações tecnológicas, o estado foi incorporado no circuito mundial das redes de comunicação global. Em outras palavras, a Universidade Federal do Acre, que nasceu marcada pelo isolamento geográfico e pelas limitações da interação acadêmica, hoje se defronta com os desafios postos pela globalização, na medida em que todos os canais deste processo se comunicam com a região acriana, em maior ou menor intensidade.

No contexto local e global em que está inserida nesta segunda década do século XXI, a Ufac tem atravessado um paradigma técnico-científico em transformação, pelo qual se exige cada vez mais o uso de métodos transdisciplinares,

interdisciplinares e reflexivos, com elevado grau de responsabilidade social. Essas transformações estabelecem novas exigências acadêmicas para se enfrentar as grandes questões e/ou desafios socioeconômicos acrianos da nossa época.

Assim sendo, a inserção regional de uma universidade com as características da Ufac, localizada fora do eixo político-econômico nacional, demanda muito mais esforço para que sua missão de produzir, sistematizar e difundir conhecimentos possa ser cumprida. Todas as ações acadêmicas precisam estar referenciadas e comprometidas com a realidade regional e local. Este é o sentido contemporâneo a respeito da inserção regional da educação superior, proveniente do aprendizado das últimas décadas.

O comprometimento não significa o relaxamento das dimensões teóricas, históricas e instrumentais das ações acadêmicas da instituição. Pelo contrário, considerar o contexto regional nas formulações dos projetos pedagógicos, incluindo as ações de pesquisa e de extensão, requer a proteção dos princípios do rigor científico que fundamentam cada uma das áreas do conhecimento da universidade.

Nesse sentido, a inserção da Universidade Federal do Acre, numa região com muitas fragilidades nos campos técnico-científico e econômico, depara-se com desafios localizados nos diferentes setores de atividades e categorias sociais, num contexto mais complexo que aquele de cinco décadas atrás, quando se iniciou a história da Ufac. A consciência destes desafios exige que as políticas de ensino, pesquisa e extensão, em todas as suas dimensões, sejam formuladas e implementadas com base na realidade acriana, sem prejuízo dos critérios que compõem o arcabouço do padrão científico moderno.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO, CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA E OS OBJETIVOS DO CURSO

O Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal do Acre, sede, foi criado de acordo com a Resolução nº 02, de 13 de janeiro de 1976, baixada pelo Magnífico Reitor Prof. Áulio Gélvio Alves de Souza e autorizado a funcionar pelo então Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação e Cultura – DAU / MEC, conforme mensagem do rádio nº 1.447 da Rede de Telecomunicações – RETEMEC, no dia 01 de dezembro de 1975.

A estrutura curricular do Curso de Graduação em Enfermagem, na época, foi baseada no Parecer nº 163/72 e na Resolução nº 04/72, do Conselho Federal de Educação – CFE.

Passados seis meses após a instalação oficial do curso, de acordo com a Resolução nº 75, de 27 de dezembro de 1977, foi implantado o Sistema Departamental na UFAC, tendo sido criado o Departamento de Ciências da Saúde, Educação Física e do Desporto, constituição esta que perdurou por um período de aproximadamente dez anos, até que foram desmembrados em Departamento de Ciências da Saúde e Departamento de Educação Física e Desporto.

Prosseguindo, mais um grande passo foi dado pela enfermagem, ou seja, de acordo com o Parecer nº 1.648/79 do CFE, o Curso de Enfermagem foi reconhecido, através da publicação da Portaria Ministerial nº 74, de 15 de janeiro de 1980.

Ao longo desses 42 anos, o Curso de Bacharelado em Enfermagem buscou responder às diferentes políticas públicas de saúde e atender às necessidades de recursos humanos qualificados para esta área, formando enfermeiros com perfil generalista, para a consolidação do Sistema Único de Saúde, evidenciada pela titulação de seu corpo docente e atividades de pesquisa e extensão na área da saúde e tem como ideologia o valor do cuidado ao ser humano, respeitando sua dignidade e integralidade, pautado no conhecimento científico e na competência, respaldada pela ética.

2.1 Objetivos do curso

- Proporcionar aos alunos do curso de graduação em enfermagem vivências de forma a levá-los a aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, habilitando profissionais capacitados e com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção, qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades.
- Possibilitar uma sólida formação geral e específica, contribuindo para a produção do conhecimento, exercício da cidadania, humanização da assistência e melhoria da qualidade de vida.

3 JUSTIFICATIVA DO FUNCIONAMENTO DO CURSO

Diante da publicação das Diretrizes Curriculares que devem ser adotadas por todas as Instituições de Ensino Superior e dentro da perspectiva de assegurar a flexibilidade e diversidade na formação do enfermeiro preconizado pelas Diretrizes, torna-se necessário a reformulação da atual estrutura curricular que atenda a realidade do Estado e os princípios norteadores do SUS

Entretanto, o currículo das Escolas de Enfermagem, geralmente não corresponde à estrutura de saúde nem privilegia a atenção à saúde integral da pessoa e da comunidade, bem como a prevenção das doenças, promoção e recuperação da saúde. Essa realidade favorece a formação de um enfermeiro destinado ao atendimento hospitalar, não priorizando o atendimento básico de saúde. Por sua vez, o modelo tradicional de assistência à saúde apresenta-se medicalizável, fortalecendo o crescimento do capital.

Preocupado com essa situação, o Ministério da Saúde desde 1994, propôs uma inversão do atual modelo assistencial e implantou o Programa de Saúde da Família (PSF) nos Municípios brasileiros, objetivando “contribuir para a reorientação do modelo assistencial a partir da atenção básica em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde, imprimindo uma nova dinâmica de atenção nas unidades básicas de saúde com definição de responsabilidade entre os serviços de saúde e a população” (Brasil, 1997 p 3).

Desta forma, o presente currículo pretende propiciar ao aluno uma sólida formação básica, porém globalizada com opções de estudo de conteúdos integrados abordados por metodologias de ensino mais próxima da vivência profissional.

O enfoque da estrutura curricular do Curso de Enfermagem aqui proposta pretende efetivar uma formação mais preventiva que curativa, visando contribuir para a prevenção e a promoção da saúde, bem como para a diminuição e controle de enfermidades. O perfil do profissional egresso que se pretende está permeado de uma formação educativa que venha promover a saúde integral da pessoa e da comunidade, proporcionando qualidade de vida.

4 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso	Bacharelado em Enfermagem
Modalidade	Bacharelado

Atos legais de autorização ou criação	Criação/Autorização: Resolução Reitoria nº 02, de 13 de janeiro de 1976. Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 305, de 02 de agosto de 2011 Renovação de Reconhecimento: Portaria SERES/MEC nº 823, de 30-12-2014, publicada no D.O.U., de 02-01-2015.
Título acadêmico conferido	Bacharel em Enfermagem
Modalidade de ensino	Presencial
Regime de matrícula	Semestral por disciplina/Sistema de crédito
Tempo de duração (integralização)	Tempo mínimo: 5 anos Tempo máximo: 8 anos
Carga horária mínima	CNE: 4.000 UFAC: 4.640 horas
Número de vagas oferecidas	30 vagas, por ano
Número de turmas	01 (Uma), por ano
Turno de funcionamento	Integral
Local de funcionamento	Bloco Geraldo Gurgel de Mesquita
Forma de ingresso	Processo seletivo é o critério de seleção para o preenchimento de vagas por meio do ENEM/SISU obedecendo as condições dispostas em Edital, observados, ainda, os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação (Transferência <i>ex officio</i> , Vagas residuais, Transferência Interna, Externa ou Portador de Diploma Superior)

5 PERFIL DO EGRESSO

O enfermeiro deve possuir uma formação generalista, humanística, crítica e reflexiva. Deve ter uma visão crítica da realidade sócio-econômico-política do país, em especial da região Norte, capaz de conhecer e intervir no processo saúde-doença, identificando as dimensões bio-psico-sociais e seus determinantes. Além disso, deve

participar efetivamente das diversas ações no âmbito da saúde como formador de opinião e como agente transformador de sua prática e do contexto em que se insere, vinculando sempre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com compromisso científico, ético e político, visando o exercício da cidadania e a qualidade de vida da população. Com responsabilidade social, planejar, ser capaz de prestar cuidado e gerenciar a assistência de enfermagem, tomando decisões nos diferentes níveis de atenção à saúde.

6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS

Conforme as Diretrizes Curriculares, o enfermeiro deve ser dotado de conhecimentos, habilidades e atitudes, construídas e elaboradas no decorrer do processo de formação, para o exercício das seguintes competências e habilidades gerais:

1. **Atenção à saúde:** os profissionais de saúde, dentro do seu âmbito profissional, devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação de saúde, tanto em nível individual quanto coletivo. Cada profissional deve assegurar que sua prática seja realizada de forma integrada e contínua com as demais instâncias do sistema de saúde, sendo capaz de pensar criticamente, de analisar os problemas da sociedade e de procurar soluções para os mesmos. Os profissionais devem realizar seus serviços dentro dos mais altos padrões de qualidade e dos princípios da ética/bioética, tendo em conta que a responsabilidade da atenção à saúde não se encerra com o ato técnico, mas sim, com a resolução do problema de saúde, tanto em nível individual como coletivo.
2. **Tomada de decisões:** O trabalho dos profissionais de saúde deve estar fundamentado na capacidade de tomar decisões visando o uso apropriado, eficácia e custo-efetividade, da força de trabalho, de medicamentos, de equipamentos, de procedimentos e de práticas. Para este fim, os mesmos devem possuir competências e habilidades para

avaliar, sistematizar e decidir as condutas mais adequadas, baseadas em evidências científicas.

3. **Comunicação:** Os profissionais de saúde devem ser acessíveis e devem manter a confidencialidade das informações a eles confiadas, na interação com outros profissionais de saúde e o público em geral. A comunicação envolve comunicação verbal, não-verbal e habilidades de escrita e leitura; o domínio de, pelo menos, uma língua estrangeira e de tecnologias de comunicação e informação.
4. **Liderança:** No trabalho em equipe multiprofissional, os profissionais de saúde deverão estar aptos a assumir posições de liderança, sempre tendo em vista o bem-estar da comunidade. A liderança envolve compromisso, responsabilidade, empatia, habilidade para tomada de decisões, comunicação e gerenciamento de forma efetiva e eficaz.
5. **Administração e gerenciamento:** Os profissionais devem estar aptos a tomar iniciativas, fazer o gerenciamento e administração tanto da força de trabalho quanto dos recursos físicos e materiais e de informação, da mesma forma que devem estar aptos a serem empreendedores, gestores, empregadores ou lideranças na equipe de saúde.
6. **Educação permanente:** Os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática. Desta forma, os profissionais de saúde devem aprender a aprender e ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento/estágios das futuras gerações de profissionais, mas proporcionando condições para que haja benefício mútuo entre os futuros profissionais e os profissionais dos serviços, inclusive, estimulando e desenvolvendo a mobilidade acadêmico/profissional, a formação e a cooperação por meio de redes nacionais e internacionais.

Além disso, o profissional enfermeiro deve ser dotado de competências e habilidades específicas, a saber:

1. Atua profissionalmente, compreendendo o processo de viver humano em suas dimensões, expressões e fases evolutivas;
2. Incorpora a ciência, a arte e a tecnologia do cuidar como instrumentos para atuação e desenvolvimento profissional;
3. Desenvolve permanentemente sua formação ética, política, técnico-científica, conferindo qualidade ao exercício profissional;
4. Relaciona-se com o contexto social, reconhecendo a estrutura e as formas de organização social, suas transformações e expressões;
5. Compreende a política de saúde no contexto das macro políticas;
6. Reconhece a saúde como direito e atua de forma a garantir a integralidade do cuidado, entendida como conjunto articulado e contínuo de ações de promoção e de recuperação da saúde e de prevenção de agravos, individuais e coletivas, em todos os níveis de complexidade do sistema e de acordo com as especificidades regionais;
7. Atua nas políticas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso, considerando o gênero;
8. É capaz de avaliar, diagnosticar e atuar na solução de problemas de saúde, de comunicar-se, de tomar decisões, de intervir no processo de trabalho de saúde, de trabalhar em equipe e de enfrentar situações em constante mudança;
9. Reconhece as relações e organização do trabalho e seus impactos na saúde e na qualidade dos cuidados prestados;
10. Assume o compromisso ético, humanístico e social com o trabalho multiprofissional e interdisciplinar em saúde;
11. Acessa e usa criticamente inovações tecnológicas;
12. Atua nos diferentes cenários da prática profissional, identificando as necessidades individuais e coletivas de saúde, seus condicionantes, determinantes e perfis epidemiológicos;
13. Coordena o processo de cuidar em enfermagem, considerando contextos e demandas de saúde e a articulação das ações multiprofissionais;
14. Presta cuidados de enfermagem compatíveis com as diferentes necessidades do indivíduo, família e grupos sociais;
15. Gerencia o processo de trabalho de enfermagem, fundamentado na Ética e Bioética, em todos os âmbitos de atuação profissional;
16. Planeja, implementa e participa do processo de formação e da qualificação permanente dos trabalhadores de enfermagem e de saúde;

17. Planeja e implementa ações de educação e promoção à saúde, considerando a especificidade dos diferentes grupos sociais e dos distintos processos de vida, saúde, trabalho e adoecimento;
18. Desenvolve, participa e aplica pesquisas ou outras formas de produção de conhecimento, que objetivem a qualificação da prática profissional;
19. Respeita os princípios éticos, legais e humanísticos da profissão;
20. Participa da dinâmica de trabalho institucional, reconhecendo-se como agente desse processo;
21. Participa da composição das estruturas consultivas e deliberativas do sistema de saúde;
22. Assessoria órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde;
23. Cuida da própria saúde e busca seu bem-estar como cidadão e profissional;
24. Reconhece o papel social do enfermeiro e organiza-se politicamente para a defesa dos interesses da categoria e da sociedade.

7 CAMPO DO TRABALHO PROFISSIONAL

Levando em consideração as competências e habilidades adquiridas durante o Curso de Bacharelado em Enfermagem, o egresso poderá atuar nas seguintes áreas:

- Serviços de saúde pública, como, órgãos do Ministério da Saúde, secretarias de saúde estaduais e municipais, centros regionais de saúde, distritos sanitários, centros de saúde, unidades de saúde da família;
- Hospitais gerais e especializados;
- Serviços especializados;
- Instituições de ensino;
- Instituições de pesquisa científica;
- Órgãos normativos e fiscalizadores da profissão;
- Ambulatórios;
- Atendimento pré-hospitalar e domiciliar;
- Creches, berçários, asilos, indústrias e outras instituições afins;
- Programas de atenção básica em saúde; □ Comunidades rurais, urbanas e indígenas; Associações de Classe.

8 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A proposta curricular aqui apresentada está organizada de forma a garantir uma habilitação básica inicial da área de enfermagem, propiciando condições para atuação na atenção, promoção, prevenção da saúde, assistência e gerenciamento das ações. O curso de enfermagem será desenvolvido em regime semestral ao longo de 10 (dez) semestres letivos, nos quais estão organizados os componentes curriculares de maneira a possibilitar o desenvolvimento de competências e habilidades indispensáveis ao (à) enfermeiro (a).

Nesse sentido, os componentes curriculares de ensino e aprendizagem foram organizados a partir de três eixos aglutinadores de formação de acordo com a Resolução CNE/CES nº 3, de 07 de novembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem:

- I - Ciências Biológicas e da Saúde** – nesse eixo será proporcionado ao aluno conteúdos básicos (teóricos e práticos) das ciências biológicas e da saúde que possibilitem o entendimento sobre o processo saúde – doença;
- II - Ciências Humanas e Sociais** – as disciplinas vinculadas a esse eixo contemplam conteúdos referentes às diversas dimensões da relação indivíduo/sociedade, contribuindo para a compreensão dos determinantes políticos, sociais, culturais, comportamentais, psicológicos, ecológicos, éticos e legais, nos níveis individual e coletivo, do processo saúde-doença;
- III - Ciências da Enfermagem** – esse eixo temático inclui as áreas:
 - a) Fundamentos de Enfermagem:** os conteúdos técnicos, metodológicos e os meios e instrumentos inerentes ao trabalho do Enfermeiro e da Enfermagem em nível individual e coletivo;
 - b) Assistência de Enfermagem:** os conteúdos (teóricos e práticos) que compõem a assistência de Enfermagem em nível individual e coletivo prestada à criança, ao adolescente, ao adulto, à mulher e ao idoso.
 - c) Gestão em Enfermagem:** os conteúdos (teóricos e práticos) do processo de trabalho de enfermagem e da saúde.

d) Ensino de Enfermagem: os conteúdos pertinentes à capacitação pedagógica que possibilitem ao enfermeiro realizar as atividades inerentes ao processo de educação em saúde nos diversos campos de atuação profissional.

Os eixos acima apontados envolvem três dimensões formativas:

- Específica da Formação;
- Complementar à Formação; ▪ Optativa.

A dimensão **Específica da Formação** organiza os conhecimentos e vivências relacionadas às habilidades e competências exigidas ao enfermeiro.

Na dimensão **Complementar à Formação** encontram-se os conhecimentos que ampliam a qualificação do enfermeiro, uma vez que privilegia os saberes e experiências que vão subsidiar e aprofundar as dimensões da atuação profissional.

A dimensão **Optativa** objetiva ampliar e atender os interesses particulares do formando, a qual contempla atividades oferecidas pelo próprio curso de enfermagem, bem como aquelas selecionadas pelo aluno, a partir da orientação do Colegiado do Curso, proporcionando uma interface com outros cursos oferecidos na sede da UFAC.

A formação continuada será cultivada durante a graduação de forma a gerar uma percepção de necessidade constante para a atuação profissional. O Colegiado do Curso e o Centro em que o curso de enfermagem está vinculado incluirão na sua programação mecanismos de permanente interação com os egressos.

Os componentes curriculares dispõem-se na estrutura organizacional, tendo como critério de seleção e organização o perfil do profissional desejado e não a estrutura lógica de cada componente como fim em si mesmo.

A prática curricular aqui privilegiada compreende a dimensão teórica e a dimensão prática como pólos que se intercomunicam continuamente proporcionando reflexões contextualizadas, interdisciplinar e multidisciplinar. Isso significa a superação do trabalho disciplinar isolado e fragmentado. Nesse sentido, essas duas dimensões além de se constituírem em orientação para organização das atividades de ensino e aprendizagem, perpassando a maior parte dos elementos curriculares, fornecerão subsídios para o trabalho de conclusão de curso a ser esboçado no último ano do curso.

Considera-se prática disciplinar as atividades práticas previstas no desenho curricular do projeto político pedagógico do curso de graduação em enfermagem. Elas deverão ser desenvolvidas com acompanhamento direto e indissociável da supervisão de docentes enfermeiros do Curso de Enfermagem. As práticas disciplinares têm como propósito possibilitar conhecimentos práticos, de forma a desenvolver habilidades técnicas e científicas necessárias ao exercício da profissão.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) constitui-se em créditos obrigatórios que são considerados cumpridos e creditados ao aluno após sua apresentação à comunidade universitária. Serão orientados por docentes designados pelo Colegiado do Curso, que deverá aprovar em reunião as normas para a sua elaboração e apresentação.

O Estágio Supervisionado, realizado nos dois últimos semestres do curso, totalizando 675 horas divididas em 15 créditos. É uma atividade obrigatória e tem como propósito a inserção do aluno no processo de trabalho em saúde, de forma a lhe possibilitar novos conhecimentos e aperfeiçoamento das habilidades adquiridas no processo inicial de formação, tendo como lócus o sistema de saúde em todos os níveis, o contexto o sociocultural e o Sistema Único de Saúde – SUS. Isto implica não só na realização de atividades já estabelecidas no processo de trabalho das unidades prestadoras de serviço, mas no desenvolvimento da capacidade analítica, reflexiva, crítica e criativa, para promover mudanças no atendimento das necessidades de saúde do indivíduo e da coletividade.

O Estágio Supervisionado será regulamentado pelas normas do Estágio Supervisionado vigentes no país, bem como pelas normas internas desta IFES. No decorrer da implementação da Estrutura curricular proposta, as normas do Estágio Supervisionado serão avaliadas sistematicamente pelo Colegiado do Curso, podendo ser alteradas para atender à sua necessidade.

De acordo com a Lei nº. 11788 de 25 de setembro de 2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes, o estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória tendo como propósito primordial possibilitar ao acadêmico a oportunidade de complementar conhecimentos práticos em instituições com serviços ligados à área da saúde, de forma a desenvolver habilidades técnicas e científicas relevantes ao exercício da profissão.

As Atividades Complementares correspondem a estudos e práticas, presenciais e/ou à distância, a saber: monitorias; programas de iniciação científica e de extensão.

Contemplam uma carga horária equivalente há 45 horas, que poderão ser realizadas ao longo do curso de graduação, devendo ser comprovadas por meio de documentação assinada por docentes desta IFES ou de outras instituições que promovam atividades de ensino e pesquisa em saúde.

9 ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

A Estrutura Curricular do Curso de Bacharelado em Enfermagem está distribuída da seguinte forma: componentes obrigatórias: 4.065 horas; componentes optativas ou eletivas: 120 horas; atividades complementares: 45 horas e curricularização da extensão com 410 horas, totalizando para integralização do currículo 4.640 horas.

9.1 Quadro¹: componentes curriculares obrigatórios

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	
CCSD 248	Anatomia Humana	105	3	2	0	
CCBN 809	Biologia Celular	60	2	1	0	
CCSD 565	Bioquímica	60	4	0	0	
CCSD 249	Histologia	60	2	1	0	
CCSD 566	História da Enfermagem	30	2	0	0	
CCSD 247	Fundamentos de Parasitologia	60	2	1	0	
CCSD 600	Microbiologia	45	3	0	0	
CFCH 003	Psicologia I	60	4	0	0	
CCSD 601	Iniciação à extensão	30	2	0	0	
CCBN 810	Genética Humana	60	4	0	0	
CCSD 569	Epidemiologia e Bioestatística	90	6	0	0	
CCSD 568	Saúde e Meio Ambiente	60	4	0	0	

¹CH= carga horária ou quantidade de horas;

T= quantidade de créditos teóricos, onde cada crédito é equivalente a 15 horas;

P= quantidade de créditos práticos, onde cada crédito é equivalente a 30 horas;

E= quantidade de créditos de estágio, onde cada crédito é equivalente a 45 horas

CCSD 570	Introdução à Saúde Coletiva com ênfase na Atenção Primária	90	4	1	0	
CCSD 254	Fisiologia Humana	105	3	2	0	Anatomia Humana
CCSD 571	Ética, Bioética e Legislação em Enfermagem	45	3	0	0	
CFCH 390	Psicologia Aplicada a Saúde	45	3	0	0	
CCSD 572	Práticas Educativas em Saúde	45	1	1	0	

CCSD 250	Farmacologia	60	4	0	0	
CCSD 126	Atividade Física na Promoção da Saúde	60	2	1	0	
CCSD 573	Imunologia	60	2	1	0	
CCSD 574	Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem	120	4	2	0	Fisiologia Humana
CCSD 252	Processos Patológicos Gerais	60	2	1	0	
CCBN 811	Embriologia Humana	60	2	1	0	
CCSD 575	Metodologia do Trabalho Acadêmico	30	2	0	0	
CCSD 576	Práticas Integradas em Saúde (PIS)	90	2	2	0	
CCSD 577	Fundamentos de Enfermagem	240	4	6	0	Fisiologia Humana Farmacologia
CCSD 578	Elaboração de Projeto de Pesquisa	30	2	0	0	
CCSD 579	Gestão e Gerenciamento em Enfermagem	60	2	1	0	
CCSD 257	Antropologia da saúde, comunidades tradicionais e indígenas	60	2	1	0	
CCSD 580	Promoção e Vigilância em Saúde	75	3	1	0	
CCSD 581	Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto	195	7	3	0	Fundamentos de Enfermagem Semiologia e Semiotécnica
CCSD 582	Enfermagem em Centro Cirúrgico	90	2	2	0	Fundamentos de Enfermagem Semiologia e Semiotécnica
CCSD 583	Enfermagem em Saúde Mental	60	4	0	0	
CCSD 584	Enfermagem na Atenção à Saúde do Neonato e da Criança	150	4	3	0	Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto
CCSD 585	Enfermagem em Psiquiatria	90	2	2	0	Fundamentos de enfermagem Enfermagem em Saúde Mental
CCSD 586	Enfermagem em Emergência	105	3	2	0	Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto
CCSD 587	Enfermagem na Saúde da Mulher e Reprodutiva I	135	3	3	0	Fundamentos de Enfermagem Embriologia
CCSD 588	Política, Planejamento e Gestão em Saúde	120	4	2	0	

CCSD 589	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	105	3	2	0	Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto
CCSD 590	Enfermagem na Saúde da Mulher e Reprodutiva II	75	3	1	0	Enfermagem na Saúde da Mulher e Reprodutiva I
CCSD 591	Enfermagem em Saúde Coletiva I	105	3	2	0	Gestão e Gerenciamento em Enfermagem Enfermagem em Doenças Transmissíveis
CCSD 592	Estágio curricular supervisionado na rede hospitalar	270	0	0	6	Enfermagem em Doenças Transmissíveis Enfermagem em Centro Cirúrgico Enfermagem em Emergência Enfermagem na Atenção à Saúde do Neonato e da Criança Enfermagem em Psiquiatria Enfermagem na Saúde da Mulher e Reprodutiva II Política, Planejamento e Gestão em Saúde
CCSD 593	Estágio curricular supervisionado na atenção primária a saúde	225	0	0	5	Enfermagem em Saúde Coletiva I Enfermagem na Saúde da Mulher e Reprodutiva II Enfermagem em Psiquiatria Promoção e Vigilância em Saúde
CCSD 595	Trabalho de Conclusão de Curso	60	4	0	0	Elaboração de Projeto de Pesquisa

CCSD 594	Estágio curricular supervisionado em serviços e unidades especializadas e em comunidades urbanas, rurais ou indígenas.	225	0	0	5	Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar e Estágio Curricular Supervisionado na Atenção Primária
TOTAL		4.065	127	48	16	

9.2 Quadro: Componentes curriculares optativos e eletivos

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	
CELA 274	Língua Portuguesa I	60	4	0	0	
CCSD 278	Ciência e Tecnologia em Saúde II	60	4	0	0	
CCSD 279	Plantas Medicinais na Amazônia	60	2	1	0	
CELA 307	Língua Inglesa Instrumental I	60	4	0	0	
CCSD 280	Segurança do paciente e dos profissionais de saúde e suas implicações no cuidado	60	4	0	0	Disciplinas do 1º ao 4º período
CCSD 281	Socorros Básicos	60	2	1	0	
CCSD 283	Sistematização da Assistência de Enfermagem	30	2	0	0	
CELA 745	Libras	60	2	1	0	
CCSD 596	Direitos Humanos, Sociais e Saúde	30	2	0	0	
CCSD 597	Toxicologia	60	4	0	0	Farmacologia
CCSD 598	Enfermagem em Gerontologia	60	2	1	0	Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto

O aluno deverá cumprir 120 horas de disciplinas optativas e/ou eletivas. O quadro acima refere-se as disciplinas optativas ofertadas pelo curso de enfermagem, as disciplinas eletivas poderão ser realizadas nos demais cursos desta IFES conforme aceite da coordenação correspondente.

9.3 Componentes curriculares distribuídos por semestre

1º Semestre

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	
CCSD 248	Anatomia Humana	105	3	2	0	
CCBN 809	Biologia Celular	60	2	1	0	
CCSD 565	Bioquímica	60	4	0	0	
CCSD 249	Histologia	60	2	1	0	
CCSD 566	História da Enfermagem	30	2	0	0	

CCSD 247	Fundamentos de Parasitologia	60	2	1	0	
CCSD 600	Microbiologia	45	3	0	0	
CFCH 003	Psicologia I	60	4	0	0	
CCSD 601	Iniciação à Extensão	30	2	0	0	
Total		510	26	4	0	

2º Semestre

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	
CCBN 810	Genética Humana	60	4	0	0	
CCSD 569	Epidemiologia e Bioestatística	90	6	0	0	
CCSD 568	Saúde e Meio Ambiente	60	4	0	0	
CCSD 570	Introdução à Saúde Coletiva com ênfase na Atenção primária	90	4	1	0	
CCSD 254	Fisiologia Humana	105	3	2	0	Anatomia Humana
CCSD 571	Ética, bioética e legislação em enfermagem	45	3	0	0	
CFCH 390	Psicologia Aplicada à Saúde	45	3	0	0	
CCSD 572	Práticas Educativas em Saúde	45	1	1	0	
Total		540	26	5	0	

3º Semestre

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	
CCSD 250	Farmacologia	60	4	0	0	
CCSD 126	Atividade física na promoção da saúde	60	2	1	0	
CCSD 573	Imunologia	60	2	1	0	
CCSD 574	Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem	120	4	2	0	Fisiologia Humana
CCSD 252	Processos Patológicos	60	2	1	0	
CCBN 811	Embriologia Humana	60	2	1	0	
CCSD 575	Metodologia do Trabalho Acadêmico	30	2	0	0	
CCSD 576	Práticas Integradas em Saúde (PIS)	90	2	2	0	
Total		540	20	8	0	

4º Semestre

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	
CCSD 577	Fundamentos de Enfermagem	240	4	6	0	Fisiologia Humana Farmacologia
CCSD 578	Elaboração de Projeto de Pesquisa	30	2	0	0	
CCSD 579	Gestão e Gerenciamento em Enfermagem	60	2	1	0	
CCSD 257	Antropologia da Saúde, Comunidades Tradicionais e Indígenas	60	2	1	0	
	Optativa					

Total	390	10	8	0	
--------------	------------	-----------	----------	----------	--

5º Semestre

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	
CCSD 580	Promoção e Vigilância em Saúde	75	3	1	0	
CCSD 581	Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto	195	7	3	0	Fundamentos de Enfermagem Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem
CCSD 582	Enfermagem em Centro Cirúrgico	90	2	2	0	Fundamentos de Enfermagem Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem
CCSD 583	Enfermagem em Saúde Mental	60	4	0	0	
	Optativa					
Total		420	16	6	0	

6º Semestre

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	
CCSD 584	Enfermagem na Atenção à Saúde do Neonato e da Criança	150	4	3	0	Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto
CCSD 585	Enfermagem em Psiquiatria	90	2	2	0	Fundamentos de enfermagem Enfermagem em Saúde Mental
CCSD 586	Enfermagem em Emergência	105	3	2	0	Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto
	Optativa					
Total		345	9	7	0	

7º Semestre

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	

CCSD 587	Enfermagem na saúde da mulher e reprodutiva I	135	3	3	0	Fundamentos de Enfermagem Embriologia
CCSD 589	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	105	3	2	0	Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto
CCSD 588	Política, Planejamento e Gestão em Saúde	120	4	2	0	
	Optativa					
Total		360	10	7	0	

8º Semestre

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	
CCSD 591	Enfermagem em Saúde Coletiva I	105	3	2	0	Gestão e Gerenciamento em enfermagem Enfermagem em Doenças Transmissíveis
CCSD 590	Enfermagem na Saúde da Mulher e Reprodutiva II	75	3	1	0	Enfermagem na Saúde da Mulher e Reprodutiva I
	Optativa					
Total		180	6	3	0	

9º Semestre

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	

CCSD 592	Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar	270	0	0	6	Enfermagem em Doenças Transmissíveis Enfermagem em Centro Cirúrgico Enfermagem em Emergência Enfermagem na Atenção à Saúde do Neonato e da Criança Enfermagem em Psiquiatria Enfermagem na Saúde da Mulher e Reprodutiva II Política, Planejamento e Gestão em Saúde
CCSD 593	Estágio Curricular Supervisionado na Atenção Primária a Saúde	225	0	0	5	Enfermagem em Saúde Coletiva I Enfermagem na Saúde da Mulher e Reprodutiva II Enfermagem em Psiquiatria Promoção e Vigilância em Saúde
Total		495	0	0	11	

10º Semestre

Código	Disciplina	C/H	Créditos			Pré-Requisito
			T	P	E	

CCSD 595	Trabalho de Conclusão de Curso	60	4	0	0	Elaboração de Projeto de Pesquisa
CCSD 594	Estágio curricular supervisionado em serviços e unidades especializadas e em comunidades urbanas, rurais ou indígenas.	225	0	0	5	Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar e Estágio Curricular Supervisionado na Atenção Primária à Saúde
	Atividades complementares*					
Total		285	4	0	5	

9.4 Carga horária resumida da estrutura curricular

Estrutura Curricular	Carga horária
Componentes obrigatórios ^(a)	4.065 Horas
Componentes optativos ^(b)	120 Horas
Atividades complementares ^(c)	45 Horas
Curricularização da Extensão ^(d)	410 Horas

^(a) **Componentes obrigatórios:** 3.345 horas de disciplinas obrigatórias, 720 horas de estágio curricular supervisionado.

^(b) **Componentes optativos:** 120 horas de disciplinas optativas e eletivas.

^(c) **Atividades complementares:** 45 horas de acordo com regimento. ^(d) **Curricularização da extensão:** 410 horas regimentadas.

9.5 Ementas e Referências

9.5.1 Disciplinas obrigatórias com ementas e referências:

1º Semestre

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 248	Anatomia Humana	105	3	2	0
Ementa: Introdução ao estudo da anatomia humana com descrição das estruturas dos sistemas corporais, com ênfase nos sistemas: tegumentar, muscular, esquelético, circulatório, respiratório, digestório, renal, endócrino, reprodutor e nervoso.					
Bibliografia Básica: TORTORA, Gerard J. Corpo Humano: Fundamentos de Anatomia e Fisiologia. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012, 619p DRAKE, Richard L.; VOGL, A. Wayne; MITCHELL, Adam W. M. Gray's anatomia para estudantes. 2ª ed. Ed. Elsevier. Rio de Janeiro, 2010. MOORE, K. L.; DALLEY A. F. Anatomia orientada para a clínica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.					
Bibliografia complementar: SPENCE, A. P. Anatomia humana básica. 2. ed. São Paulo: Manole. 1991. 713 p. NETTER, F.H. Atlas de anatomia humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier. 2011. 640p. SOBOTTA, J. Atlas de anatomia humana. 22. ed. 2 v. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2008. DANGELO, J.G.; FATTINI, C.A. Anatomia humana básica. 2.ed. São Paulo: Atheneu. 2011. 184p. WOLF-HEIDEGGER, GERHARD. Wolf-Heidegger: atlas de anatomia humana, partes 1 e 2 / 6. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. 493 p.					

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCBN 809	Biologia Celular	60	2	1	0
Ementa: Estudo da estrutura, composição e fisiologia (membranas celulares, citoesqueleto e organelas citoplasmáticas, componentes nucleares) complementada por aspectos patológicos. Processos de síntese da célula e divisão					
Bibliografia Básica: DE ROBERTIS, E. M. F. Bases da biologia celular e molecular / 4.ed., rev. e atual. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015. 389 p. JUNQUEIRA, LUIZ CARLOS UCHÔA. Biologia celular e molecular / 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 364 p. ROSS, MICHAEL H. Histologia: texto e atlas: em correlação com biologia celular e molecular / 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 987p.					

Bibliografia complementar:

ALBERT, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K. **Fundamentos da Biologia Celular**. 4ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2017.

ALBERTS, B.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. **Biologia Molecular da Célula**. 5ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2010. 1396 p

CARVALHO, Hernandes F. Informação Obrigatória LI, **Células**: Barueri: Manole, 2005.

LODISH, Harvey et al. **Biologia celular e molecular**. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BOZZA, FERNANDO A.; D AVILA, JOANA C.; RITTER, CRISTIANE; SONNEVILLE, ROMAIN; SHARSHAR, TAREK ; Dal-Pizzol, Felipe. **Bioenergetics, Mitochondrial Dysfunction, and Oxidative Stress in the Pathophysiology of Septic Encephalopathy**. Shock (Augusta, Ga.). v. 39, p. 10-16, 2013.

CIMOLAI MC, ALVAREZ S, BODE C, BUGGER H. **Mitochondrial Mechanisms in Septic Cardiomyopathy**. Int J Mol Sci. 2015 Aug 3;16(8):17763-78. doi: 10.3390/ijms160817763. Review.

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/?term=>

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 565	Bioquímica	60	4	0	0
Ementa: A disciplina Bioquímica propicia oportunidades para o estudante consolidar bases de informação e elaborar conhecimentos sobre temas de Bioquímica geral e bioquímica clínica, visando o preparo para os estudos clínicos futuros. Os conteúdos são desdobrados em 17 tópicos, os quais enfocam, conceitos e princípios pertinentes às funções e aos mecanismos moleculares relacionados aos processos de regulação dos diversos componentes do organismo humano bem como aplicações dos conhecimentos em questões de saúde e doença.					
Bibliografia Básica: NELSON. David L; COX. Michael M. Lehninger. Princípios de bioquímica de Lehninger . 6º ed. São Paulo: Artmed, 2014. VOET, Donald; VOET, Judith. Bioquímica. 3º. ed. São Paulo: Artmed, 2006. PINTO, WJ. Bioquímica Clínica. 1ª. Ed. Guanabara Koogan, 2017.					

Bibliografia complementar:

DEVLIN, Thomas M(Coord.). **Manual de bioquímica com correlações clínicas**. 3º. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2011.

CAMPBELL, M. – Bioquímica, 3º edição. Editora Artmed, 2006.

CHAMPE, PC, HARVEY, RA, Ferrier DR. – **Bioquímica Ilustrada**. Editora Artmed, 2006.

STRYER L, TYMOCZKO J, Berg JM. **Bioquímica**, 6º ed., Editora Guanabara Koogan, 2008.

PRATT CH, CORNELLY K. **Bioquímica Essencial**. Editora Guanabara koogan, 2006.

BAYNES & DOMINICZAC. **Bioquímica Médica**. Editora Manole, 2000.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCBN 249	Histologia	60	2	1	0

Ementa: Estudos dos quatro tipos básicos de tecidos animais, quanto a sua estrutura, classificação, forma e função. Fundamentos teóricos e práticos quanto à preparação e interpretação de lâminas.

Bibliografia Básica:

JUNQUEIRA L. C. & CARNEIRO, JOSÉ. **Histologia Básica**. Guanabara Koogan, 12d. Rio de Janeiro, 2013.

JUNQUEIRA, LUIZ C., **Histologia básica: texto/atlas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

CARVALHO, HERNANDES F. **A célula** / 3.ed. Barueri, SP: Manole, 2013.

Bibliografia Complementar:

EYNARD, A.R., **Histologia e embriologia humanas: bases celulares e moleculares** / 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 695p

PIEZZI, R.S; FORNÉS, M. W. **Novo atlas de Histologia**, 3ª. ed. Rio de Janeiro Guanabara Koogan, 2008, 333p.

GARTNER, L. P; HIATT, J. L. **Tratado de Histologia**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 425p.

ROSS, M. H; ROMRELL, L. J. **Histologia – Texto e Atlas Colorido**. 5 ed. São Paulo. Guanabara Koogan. 2008.

HIB JDF. **Histologia: texto e atlas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 513 p.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 566	História da Enfermagem	30	2	0	0

Ementa: Estuda a história da enfermagem situando esta profissão no tempo e as culturas nas quais a mesma pode ser identificada (Egito, Índia, Grécia e Europa). O cuidado com os seres humanos, cuidado com a vida, água, comida, abrigo, habitação e nas enfermidades. A enfermagem e o cuidado organizado em locais terapêuticos: santuários, casas de enfermos, e hospitais. A enfermagem moderna com escolas organizadas por conhecimentos das ciências modernas e as personalidades que consolidaram essa profissão: Nightingale, Nery e outras. A enfermagem no Brasil do Império, República e principais escolas até a atualidade. As escolas de enfermagem na organização da saúde pública no Brasil: Ana Nery e SESP. A enfermagem no Acre ao longo do tempo. A consolidação legal da profissão.

Bibliografia Básica:

LUNARDI, Valéria Lerch. **História de enfermagem: rupturas e continuidades**. Pelotas: Ed. Universitária, 1998.

NASH Rosalind. **Um esboço da vida de Florence Nightingale**. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

PIRES, Denise. **Hegemonia médica na saúde e na enfermagem**. São Paulo: Cortez, 1989.

Bibliografia Complementar:

PORTO, Fernando (Org.). **História da Enfermagem Brasileira**. S. Caetano do Sul: Yendis Ed., 2010.

SANTOS, Franco dos et.al. **Legislação em enfermagem**. São Paulo: E. Etheneu, 1997.

TOCANTINS, Leandro. **Formação Histórica do Acre**. V 1, 2. Brasília: Senado Federal, 2001.

LOPES, Creso Machado. **Enfermagem História e Criação: Memórias à Primeira Turma da UFAC (1976 – 1979)**. Rio Branco: Edufac, 2016. 230p.

WALDOW, Vera Regina. **Estratégias de ensino na enfermagem**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 247	Fundamentos de Parasitologia	60	2	1	0

Ementa: Estuda os princípios fundamentais dos parasitos humanos, fornecendo base para o estudo da epidemiologia e profilaxia das doenças parasitárias, principalmente as existentes na região Amazônica.

Bibliografia Básica:

NEVES, D.P., MELO, A.L., LINARDI, P.M. et al. **Parasitologia humana**. 11ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2010. 494p.

AMATO NETO, V., GRYSCHKE, R.C.B., AMATO, V.S., TUON, F.F. **Parasitologia - uma abordagem clínica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 434p.

CIMERMAN, B., CIMERMAN, S. **Parasitologia humana**. 2ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2001.

Bibliografia complementar:

NEVES, D.P. **Parasitologia básica**. 2ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2010. 196p.

NEVES, D.P. **Parasitologia dinâmica**. 3ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2009, 592p.

FOREYT, W.J. **Parasitologia veterinária**. 5ed. Ed. ROCA, 2005.

FORTES, E. **Parasitologia veterinária**. 4ed. ICONE, 2004.

URQUHART, G.M., ARMOUR, J., DUNCAN, J.L. et al. **Parasitologia Veterinária**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCBN 600	Microbiologia	45	3	0	0

Ementa: Bacteriologia básica e clínica - Principais características das bactérias e sua relação com as doenças humanas. Virologia básica e clínica- Principais classes de vírus relacionado às viroses. Micologia básica e clínica- Principais características e fungos de interesse médico.

Bibliografia Básica:

BURTON GRW, PAUL GE. **Microbiologia para as Ciências da Saúde**. 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. 288 p.

MURPHY, K.; TRAVERS, P.; WALPORT, M. **Imunobiologia de Janeway**. 8ª ED. Editora Artmed. 2014.

JAWETZ, E.; MELNICK, J.; ADELBERG, E. **Microbiologia médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

Bibliografia Complementar:

TIZARD, I. **Imunologia Veterinária**: Uma Introdução 8ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier.

TRABULSI, L.; ALTERTHUM, F.; GOMPERTZ, O.; CANDEIAS, J. **Microbiologia**. São Paulo: Ed. Atheneu, 2002.

MIMS, C; PLAYFAIR, J; ROITT, I; WAKELIN, D; WILLIAMS, R. **Microbiologia Médica**. 2ª ED. Editora Manole LTDA. 1999

ACTOR J K. **Imunologia e Microbiologia**. Elsevier, 2007. 184 p.

MADIGAN MT, MARTINKO JM, PARKER J. **Microbiologia**. 10. ed. Pearson. 2004. p. 606

Artigos de revistas e periódicos especializados

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CFCH 003	Psicologia I	60	4	0	0

Ementa: Origem, Evolução e Desenvolvimento Histórico da Psicologia. Abordagens Teóricas em Psicologia. Personalidade: Conceitos, Teorias e Distúrbios.

Bibliografia Básica:

TELES, M^a Luiza S. **O que é Psicologia**. Coleção “Primeiros Passos”. Círculo do Livro.

BOCK, Ana M. B., FURTADO, Odair e TEIXEIRA, M^a de Lourdes P. **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva

FADIMAN, J. e FRAGER, R. **Teorias da Personalidade**. São Paulo: Harbra.

Bibliografia complementar:

HALL, Calvin e LINDZEY, Gardner. **Teorias da Personalidade**, vols. 1 e 2. São Paulo: EPU.

HERRMANN, Fábio. **O que é Psicanálise**. Coleção “Primeiros Passos”. Círculo do Livro.

PULASKI, Mary Ann S. **Compreendendo Piaget: uma introdução ao desenvolvimento da criança**. Rio de Janeiro: Guanabara.

JUNG, Carl G. **O Homem e seus Símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MARX, Melvin H. e HILIX, William A. **Sistemas e Teorias em Psicologia**. São Paulo: Cultrix.

MORGAN, Clifford T. **Introdução à Psicologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil.

EDWARDS, David C. **Manual de Psicologia Geral**. São Paulo: Cultrix

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 601	Iniciação à Extensão	30	2	0	0

Ementa: Evolução histórica, construção conceitual, princípios e diretrizes da extensão nas universidades públicas. Políticas de extensão universitária na Ufac e no Brasil. Tipos de ações de extensão, inserção curricular das ações de extensão; metodologias aplicáveis; apresentações e aproximação com as ações de extensão das Unidades e da Ufac.

Bibliografia Básica:

FARIA, D. S. de. (Org.). **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

JEZINE, Edineide Mesquita. **A Crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA, J.A. **Pesquisa em Extensão Rural: um manual de metodologia**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989. 182p

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, DF: SAF; Dater, 2004.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez, 1986.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOGUEIRA, M. D. P. (org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

2º Semestre

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCBN 810	Genética Humana	60	4	0	0

Ementa: Histórico e desenvolvimento da genética. Características e propriedades do material genético. Regulação gênica e diferenciação celular. Cromossomos humanos normais e aberrações cromossômicas. Padrões de herança genética. Genética bioquímica. Genética e câncer. Aconselhamento genético. Terapia gênica

Bibliografia Básica:

GRIFFITHS, A.J.F.; WESSLER, S.R.; LEWONTIN, R.C.; GELBART, W.M. **Introdução à genética**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

JORDE, L. B.; CAREY, J.C.; BAMSHAD, M.J.; WHITE, R.L.(2004) **Genética Médica**. 3ª edição. Rio de Janeiro. Elsevier.

THOMPSON & THOMPSON. (2008). **Genética Médica**. 7ª ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan S.A.

Bibliografia complementar:

MALUF SW; RIEGEL M. **Citogenética Humana**. Porto Alegre: Artmed, 2011. 336 p.

JORDE LB, CAREY JC, BAMSHAD MJ. **Genética médica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 350 p.

BORGES-OSÓRIO MR, ROBINSON WM. **Genética humana**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. 775 p

PIMENTEL, MMG, GALLO CVM, SANTOS-REBOUÇAS, CB. **Genética essencial**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. xv, 296 p.

OMIM. Online Mendelian Inheritance in Man. **Center for Medical Genetics**. John Hopkins University (Baltimore, MD) and National Center for Biotechnology Information. National Library of Medicine (Bethesda, MD), (2006). Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/omim>

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 568	Saúde e Meio Ambiente	60	4	0	0
Ementa: Estuda o processo saúde x enfermidade e sua relação com o meio ambiente, considerando as bases conceituais e diferentes enfoques. Trata das interações das comunidades humanas com o ambiente, enfocando a água na natureza e seu uso, as relações entre a água, resíduos sólidos e esgotamento com a ocorrência de enfermidades. Aborda o controle de zoonoses, vetores, serviços e alimentos, ocupação dos espaços públicos e relação com poluição de ar, solo. Inclui a política de Saneamento.					
Bibliografia Básica: AZEVEDO NETO, José Martiniano Botelho. Manual de Saneamento de Cidades e Edificações. São Paulo: Editora Pini, 1998. PHILLIPI Jr., Arlindo ET AL. Saneamento, Saúde e Ambiente. São Paulo: Ed. Manole, 2008 ROUQUAYROL, M. Z. e FILHO, N. A. Epidemiologia e Saúde. 7ª Ed. Rio de Janeiro: MEDBOOK, 2012.					
Bibliografia complementar: GUGGENHEIM, David. Uma Verdade Inconveniente: Um Aviso Global. Paramount Pictures, 2006. (Filme) KLEIN, Estanislau Paulo. Práticas Sociais de Saúde entre Seringueiros e Agricultores do Estado do Acre. Recife: UFPE, 1996. _____ Extensão universitária na Amazônia: Um programa de Educação					
Popular em Saúde. Rev Baiana de Saúde Pública., v. 27, n. 1/2 , p. 84-98, jan/jul. 2003. LIMA, Luiz Mário Queiróz. Tratamento do Lixo. 2ª Ed. São Paulo: Editora Hemus, 1998. LUCY WALKER. Lixo Extraordinário. Paris Filmes, 2010					

TENDLER, Sílvia. **O Veneno está na Mesa**. 2011.(Filme)

WALDOW, Vera Regina. **Estratégias de Ensino na Enfermagem**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 569	Epidemiologia e Bioestatística	90	6	0	0
Ementa: Conceitos, aplicações e usos da epidemiologia. Evolução histórica. Processo saúde-doença. Indicadores de Saúde. Epidemiologia descritiva e analítica. Medidas de associação. Epidemiologia das doenças transmissíveis e não transmissíveis. Fontes de dados epidemiológicos e sistemas nacionais de informação para a saúde. Conceitos, história e aplicações da bioestatística. Fases do método estatístico, técnicas de amostragem. Tipos de variáveis. Organização de dados quantitativos: tabelas e gráficos. Medidas de tendência central e de dispersão. Noções sobre: correlação, probabilidade, regressão. Distribuição normal. Hipóteses e testes de hipóteses.					
Bibliografia Básica: GORDIS, L. Epidemiologia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2009. MEDRONHO RA. Epidemiologia. 3ª ed. São Paulo: Atheneu, 2006. VIEIRA S. Introdução à Bioestatística. 3a. Ed., Rio de Janeiro, Campus, 1998.					
Bibliografia Complementar: PEREIRA MG. Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995. ALMEIDA FILHO N., ROUQUAYROL MZ. Introdução à Epidemiologia Moderna. Salvador - Rio de Janeiro, Apce Produtos do Conhecimento e ABRASCO, co- edição, 1990. CALLEGARI-JACQUES SM. Bioestatística: princípios e aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003. FRANCO LJ, PASSOS ADC. Fundamentos de Epidemiologia. São Paulo: Manole, 2005. TRIOLA MF. Introdução à estatística. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005. 656 p. VIEIRA S. Bioestatística: Tópicos Avançados. Rio de Janeiro, Campus, 2003.					

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 570	Introdução à Saúde Coletiva com ênfase na Atenção Primária	90	4	1	0

Ementa: Discutir o campo da Saúde Coletiva a partir do nascimento da saúde pública no contexto mundial e brasileiro, os marcos teóricos da saúde coletiva, a reforma sanitária brasileira, a Seguridade Social e o Sistema Único de Saúde. Ênfase na atenção primária como ordenadora da Rede de Atenção em saúde, organização do processo de trabalho da equipe de saúde como estratégia de horizontalização do cuidado, as relações de gênero e as implicações na saúde da população. Estudar a saúde e as situações de vulnerabilidade entre a população negra, indígena, seringueiros e grupos minoritários e socialmente excluídos.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, GWS.; MINAYO, MCS. (Org.). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ª Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Hucitec, 2012.

GIOVANELLA, L. (Org). **Políticas e Sistemas de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

HOCHMAN, G. (Org.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA-FILHO, N. **O conceito de Saúde e a vigilância sanitária: notas para compreensão de um conjunto organizado de práticas de saúde**. In: COSTA, Ediná Alves (Org.). *Vigilância Sanitária: desvendando o enigma*. Salvador: EDUFBA, 2008, p. 1944.

ANDRADE, S.M., SOARES, D. A., CORDONI JR, L. (organizadores). **Bases da saúde coletiva**. Londrina: Ed. UEL, 267 p., 2001.

AYRES, JR. **O cuidado, os modos de Ser (do) Humano e as práticas de saúde**. *Saúde e Sociedade*, v. 13, n. 3, p 16:29, set-dez 2004.

BELISÁRIO, Soraya Almeida. **Algumas contribuições ao texto “Saúde pública e saúde coletiva: campo e núcleo de saberes e práticas”**. *Ciência & Saúde Coletiva*, 5(2):241-242, 2000;

ROSEN, G. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo: Hucitec/Unesp/ Abrasco, 1994. Cap.VI (O Industrialismo e o movimento sanitário). Cap.VIII (A era bacteriológica e suas consequências).

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 254	Fisiologia Humana	105	3	2	0

Ementa: Compreender a organização estrutural do organismo humano e seus níveis de hierarquia. Estabelecer relações entre os órgãos e sistemas estudados de modo a compor uma visão harmônica do organismo humano e suas relações com o ambiente. Buscar associações na bioquímica, histologia e fisiopatologia no sentido de manter a homeostasia. Fornecer a base de conhecimentos necessários ao pleno entendimento da farmacologia e patologia aplicadas à clínica.

Bibliografia Básica:

GUYTON, ARTHUR C. **Fisiologia humana** / 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Hoogan, 2011.

HALL, JOHN E. **Tratado de fisiologia médica** / 12. ed. Rio de Janeiro : Elsevier, 2011

SILVERTHORN, DEE UNGLAUB. **Fisiologia humana : uma abordagem integrada** / 5.ed. Porto Alegre : Artmed, 2010. 957p.

Bibliografia complementar:

NETTER, FRANK H. **Atlas de fisiologia humana** / Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 223p.

BERNE, LEVY, KOEPPEN, STATON. **Fisiologia**, Editora Elsevier, 2004.

GUYTON AC, HALL JE. **Tratado de fisiologia médica**. 13 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017. 1176 p.

TORTORA, GJ; DERRICKSON, B. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan; 12 ed; 2012. 1228 p.

AIRES, MARGARIDA DE MELLO. **Fisiologia**. Rio de Janeiro; Guanabara Koogan; 4. ed; 2012. 1352 p.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 571	Ética, Bioética e legislação em Enfermagem	45	3	0	0

Ementa: Moral e ética: os autores de interesse na saúde. Bioética e direitos humanos, origens e orientações filosóficas, suas especificidades, as relações com o adoecer humanos, saúde e enfermagem. Bioética em Princípios e valores morais e da bioética no cuidado e assistência, considerando a autonomia dos seres humanos, seus direitos de decidir. Deontologia na enfermagem, as bases legais e valorativas que orientam o exercício profissional, considerando o código de ética, leis e regulações da profissão. As condutas profissionais, as relações do trabalho no mercado das ocupações, considerando atribuições, direitos e deveres de todos os membros da equipe de enfermagem.

Bibliografia Básica:

GUY, Durand. **Introdução à Bioética**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HOLLAND, Stephen. **Bioética, enfoque filosófico**. Tradução Luciana Pudenzi. São Paulo: Centro Camiliano; Ed, Loyola, 2008.

NAMBA, Edson Tetsuzo. **Manual de bioética e biodireito**. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia Complementar:

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis: Vozes, 2002.

KLEIN Estanislau Paulo. **Antropologia, cultura, sociedade Estado e saúde pública**. Belém, PR: Paka-Tatu, 2015.

NIETZSCHE, Fridrich. **Genealogia da Moral**. Trad. Paulo César Souza. São Paulo, Brasiliense, 1987.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. **Ética e Sociabilidade**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

REALE. Giovanni, **História da filosofia: antiguidade e idade média**. São Paulo : Paulus, 2012.

TUGENDHAT, Ernst. **Lições sobre ética. Tradução do grupo de doutorandos de filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul**. Petrópolis: Vozes, 1996.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CFCH 390	Psicologia Aplicada à Saúde	45	3	0	0

Ementa: A relação mente/corpo; Psicologia e saúde; psicologia e doença; Psicologia e processo de cura; o relacionamento terapêutico.

Bibliografia Básica:

Angerami, V. A. (1988). **A Psicologia no Hospital**. São Paulo: Traço Editora. (pp. 133-159).
Angerami-Camon, V. A. (1984). (Org.). **Psicologia hospitalar: a atuação do psicólogo no contexto hospitalar**. São Paulo: Traço Editora. (pp.15-75;116-148).

Ariès, P. (2003). **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro. (227-302)
D'Épinay, M.L. (1988) Groddeck: a doença como linguagem. Trad. Graciema Pires Therezo. Campinas, Papirus,. (pp. 67-132).

Foucault, M. (2000). **Microfísica do poder**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal. (pp.79-111)(Capítulo V e VI). (Originalmente publicado em 1979).

Foucault, M. (1997). **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**, Rio de Janeiro: Zahar (pp 45-57). (Originalmente publicado em 1994).

Freud, S. (2006). **Luto e melancolia**. (L. A. Hanns Coord. Geral Trad.). Escritos sobre a

psicologia do inconsciente, volume II: 1915-1920. (pp.99-122). Rio de Janeiro: Imago. (Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (Vol. 14). Retirado em 08-05- 2013 de <http://books.google.com/books>. (Originalmente publicado em 1917).

Lancetti, A. (org.). (2001). **Saúde loucura 7 - Saúde Mental e Saúde da Família**. São Paulo: Hucitec. (pp. 121-135). Spink, M. J. (Org.). (2002). **Psicologia Social e Saúde**. Petrópolis: Vozes. (pp. 163-193 e 204-214)[8ª edição em 2011].

Wartel, R. (org) (1996). **Psicossomática e psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Originalmente publicado em 1986). (pp. 9-38).

Zanello, V. & Andrade, A.P.M. (Orgs.). (2014). **Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinariedade**. Curitiba: Appris. (pp. 17-77)

Bibliografia complementar:

Assis, M. (2005) **O Alienista**. (1ª publicação em 1882). São Paulo. Martin Claret.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. (2007). **Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde. SEMINÁRIO

Goffman, E.(1992). **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva.

Kübler-Ross, E. (2002) **Sobre a morte e o morrer**. São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1969).

Martins, V.A. (2007). **Psicossomática e transtornos de somatização: Caracterização da demanda em hospital escola no período de 1996 a 2004**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Enfermagem Psiquiátrica da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto – USP - SP.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 572	Práticas Educativas em Saúde	45	1	1	0
Ementa: Estudo da metodologia do processo ensino-aprendizagem e sua utilização pelo profissional de saúde em ações de educação e saúde. Discute as condições e conjunturas que favoreçam a atitude crítica, a autonomia e o autocuidado do sujeito, da família e da comunidade, bem como as dinâmicas de ensino-aprendizagem com interação no campo da saúde para diferentes grupos etários, com enfoque na Estratégia de Saúde da Família, enfatizando os princípios da integralidade, autonomia e equidade no cuidado em saúde.					
Bibliografia Básica: FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia : saberes necessários à prática educativa. 39 ed. São Paulo: Paz & Terra, 2010. ARRUDA, Bertoldo Kruse Grande de (Org.). A educação profissional em saúde e a realidade social . Recife: IMIP, 2001.					

CAMPOS, G.W. de S.; BONFIM, J.R. de A.; MINAYO, M.C. de S.; AKERMAN, M.; DRUMOND JÚNIOR, M.; CARVALHO, Y.M. de. **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 2012 / 2015.

Bibliografia complementar:

MIRANDA, Sonia Maria Rezende Camargo de; MALAGUTTI, William (org.). **Educação em Saúde**. São Paulo: Phorte, 2010.

MATTOS, Magda de; VERONESI, Camila Lucchese; JUNIOR, Aristides José da Silva (org.). **Enfermagem na Educação em Saúde**. Curitiba: Prismas, 2013.

WALDOW, Vera Regina. **Estratégias de ensino na Enfermagem**: enfoque no cuidado e no pensamento crítico. Petrópolis: Vozes: 2005.

ROCHA, Aristides Almeida; CESAR, Chester Luiz Galvão. **Saúde Pública**: bases conceituais. São Paulo: Atheneu, 2008.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C. M. **Promoção de saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

GAZZINELLI, Maria Flávia et al. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 200-206, Feb. 2005. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000100022&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 abril de 2018.

3º Semestre

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 250	Farmacologia	60	4	0	0
Ementa: Introdução ao estudo da terapêutica farmacológica e terapêutica alternativa. Importância da farmacologia para o acompanhamento de usuários submetidos a terapêutica medicamentosa. Mecanismos gerais de ação dos fármacos, inclusive efeito placebo. Princípio de fármaco cinético. Vias de administração de drogas. Tópicos em absorção, distribuição e eliminação de drogas, aspectos gerais do sistema nervoso.					
Bibliografia Básica: KATZUNG, B G. Farmacologia: Básica & clínica. 10. ed., Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1060p., 2010. GOODMAN & GILMAN. As bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. Artmed: 12. ed. 2012 SILVA, P. Farmacologia. 8. ed., Guanabara Koogan: Rio de Janeiro, 1352p., 2010.					
Bibliografia complementar: CLAYTON, BRUCE, STOCK, YVONNE N, COOPER, SANDRA. Farmacologia na prática de enfermagem, 15ª. ed, Elsevier Editora Ltda, 2012					
GOODMAN, G A. Manual de Farmacologia e Terapêutica. 1. ed., Artmed, 1219p., 2010.					

RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M. **Farmacologia**. 7. ed., Eselvier: Rio de Janeiro, 2012.

LOYD V. ALLEN JR.; NICHOLAS G. POPOVICH; HOWARD C. ANSEL. **Formas Farmacêuticas e Sistemas de Liberação de Fármacos**. Porto Alegre. Artmed. 2013.

GOLAN, DAVID E. et al. **Princípios de farmacologia: a base fisiopatológica da farmacoterapia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 126	Atividade Física na promoção à Saúde	60	2	1	0
Ementa: Estudo da atividade física e os seus benefícios para a saúde. Prática desportiva para manutenção, aprimoramento da aptidão e conservação da saúde.					
Bibliografia Básica:					
Pollock ML e Wilmore JH. Exercício na saúde e na doença . 2ª. ed. Rio de Janeiro: Medsi,1993.					
BALSAMO S e SIMÃO R. Treinamento de força para osteoporose, fibromialgia, diabetes tipo 2, artrite reumatóide e envelhecimento . 1ª. ed. São Paulo: Phorte, 2005.					
NIEMAN, C David. Exercício e Saúde: Como se prevenir de doenças usando o exercício como seu remédio, São Paulo: Manole, 1999.					
Bibliografia complementar:					
FARINATTI, Paulo de Tarso Veras. FERREIRA, Marcos Santos. Saúde promoção da saúde e educação Física: Conceitos, princípios e aplicações , Rio de Janeiro: ed. UERJ, 2006.					
GONCALVES, Aguinaldo. VILARTA, Roberto. Qualidade de Vida e Atividade Física: Explorando teoria e pratica , Barueri-SP: Manole, 2004.					
LANDIM FLP, CATRIB AMF, COLLARES PMC. Promoção da saúde na diversidade e na pluralidade de itinerários terapêuticos . 1 ed. Campinas: Saberes Editora, 2012. 448 p.					
Arce, Vladimir Andrei Rodrigues and Sousa, Maria Fátima de Integralidade do cuidado: representações sociais das equipes de Saúde da Família do Distrito Federal . Saúde Soc 2013; 22(1):109-123.					
Santos AM, Giovanella L. Gestão do cuidado integral: estudo de caso em região de saúde da Bahia, Brasil . Cadernos de Saúde Pública 2016; 32(3): e00172214.					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 573	Imunologia	60	2	1	0
Ementa: Estudo das moléculas, células e tecidos que compõem o sistema imune, seguindo-se um estudo das interações celulares, com ênfase nos mecanismos reguladores que envolvem as respostas humorais e as respostas mediadas por células. Estudo da relação destes mecanismos reguladores com o desenrolar de processos clínicos relacionados com a Imunologia, tais como infecções por microrganismos, tumores, autoagressão, rejeição a transplantes, reações de hipersensibilidade, tolerância imunológica, regulação do sistema imune, terapia imunológica e imunodiagnóstico. Estudo da senescência e doenças crônicas não transmissíveis relacionado à regulação do sistema imunológico.					
Bibliografia Básica: ABBAS, A. K.; LICHTMAN A, H. Imunologia Celular e Molecular. 7ª Ed. – Com StudentConsult. Elsevier, 2012. ROITT, Ivan M. Fundamentos de Imunologia. 12ª Ed. GUANABARA KOOGAN, 2013. MURPHY, Kenneth. Imunobiologia de Janeway. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.					
Bibliografia Complementar: DOAN, T.; MELVOLD, R.; WALTEBAUGH, C. Imunologia ilustrada. Porto Alegre: Artmed, 2008. MARTINS, M. A.; CARRILHO, F. J.; WEN, C. L. Clínica médica, alergia e imunologia clínica. São Paulo: Manole, 2009. FERREIRA, A W. & AVILA, S.L.M & nbsp. Diagnóstico laboratorial das principais doenças infecciosas e auto-imune. 3ª edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. Actor J K. Imunologia e Microbiologia. Elsevier, 2007. 184 p Khan, T. A., Schimke, L. F., Amaral, E. P., Ishfaq, M., Barbosa Bonfim, C. C., Rahman, H., Iqbal, A., D'Império Lima, M. R., Costa Carvalho, B. T., Cabral-Marques, O. and Condino-Neto, A. (2016), Interferon-gamma reduces the proliferation of <i>M. tuberculosis</i> within macrophages from a patient with a novel hypomorphic NEMO mutation. <i>Pediatr Blood Cancer</i>, 63: 1863-1866. doi:10.1002/psc.26098					

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 574	Semiologia e Semiotécnica em Enfermagem	120	4	2	0
Ementa: Estudar o relacionamento em enfermagem enfocando o aspecto da interação e processo de ajuda enfermeiro-paciente. Abordar os princípios científicos e teorias de enfermagem, como elementos da evolução histórica do saber em					

enfermagem, assim como a metodologia da Sistematização da Assistência de Enfermagem, com ênfase na coleta de dados, envolvendo a entrevista, o exame físico (inspeção, ausculta, percussão e palpação) e aplicação da TAXONOMIA da NANDA, CIPE e CIPESC na prática de Enfermagem. Proporcionar ainda a leitura, apresentação, discussão e análise crítica de literaturas envolvendo aspectos do processo de enfermagem.

Bibliografia Básica:

BICKLEY, L. S. B. **Propedêutica Médica**. 8ª edição. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2005.

CARPENITO-MOYET, L. J. **Diagnósticos de Enfermagem: Aplicação à prática clínica**. 13ª edição. Editora Artmed, Porto Alegre, 2012.

DOCHTERMAN, J. McCLOSKEY. **Classificação das intervenções de enfermagem**. 4ª edição. Editora Artmed, Porto Alegre, 2008.

HORTA, Wanda de Aguiar. **Processo de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 95p.

PORTO, Celmo Celso. **Semiologia médica**. Celmo Celso Porto; co-editor Arnaldo Lemos Porto. 7.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2014. 1413 p.

Bibliografia Complementar:

POTTER, Patrícia A. **Fundamentos de enfermagem**. 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. 1480 p.

ALFARO-LEFEVRE, R. **Aplicação do Processo de Enfermagem: fundamento para o raciocínio clínico**. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 272 p.

ALMEIDA, M. C. P. **O saber em enfermagem e sua dimensão prática**. São Paulo. Cortez, 1986.

CAMPEDELLI, M. C. & Colaboradores. **Processo de Enfermagem na Prática**. Editora Ética. São Paulo, 1989.

Classificação Internacional das Práticas de Enfermagem em Saúde Coletiva - **CIPESC**

Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem – **CIPE**

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 252	Processos Patológicos	60	2	1	0

Ementa: Abordar os diversos processos patológicos que acometem o ser humano, com ênfase em seus agentes etiológicos e as alterações anatômicas, histológicas e fisiológicas relacionadas a eles.

Bibliografia Básica:

BRASILEIRO FILHO, G. **Bogliolo – Patologia Geral**. 9ed. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan, 2011.

KUMAR, V.; ABBAS, A. K.; FAUSTO, N. **Robbins & Cotran Patologia – Bases Patológicas das Doenças**. 8ed. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2005.

MONTENEGRO, M. R.; FRANCO, M. **Patologia Processos Gerais**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1999.

Bibliografia complementar:

SANZ PÉREZ, I. et al. Subclinical cardiovascular disease and Systemic Sclerosis: A comparison between risk charts, quantification of coronary calcium and carotid ultrasonography. **Autoimmunity Reviews**, 11 jul. 2018.

SHLOMI, D. et al. Non-invasive early detection of malignant pulmonary nodules by FISHbased sputum test. **Cancer Genetics**, v. 226, p. 1–10, 1 out. 2018.

SIMONATO, L. E.; MIYAHARA, G. I. O papel do papilomavírus humano na carcinogênese bucal: [revisão]. **Rev. bras. cancerol**, v. 53, n. 4, p. 471–476, 200712.

WANG, S. et al. Comprehensive analysis of lung cancer pathology images to discover tumor shape and boundary features that predict survival outcome. **Scientific Reports**, v. 8, n. 1, p. 10393, 10 jul. 2018.

FARIA, J.L. **Patologia Geral: fundamentos das doenças com aplicações clínicas**. 4ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCBN 811	Embriologia Humana	60	2	1	0
Ementa: Gametogênese, fertilização, caracterização dos períodos do desenvolvimento humano: pré-embrionário, embrionário e fetal. Organização morfo-funcional dos anexos embrionários. Estudo de à formações e agentes teratogênicos e organogênese dos principais sistemas.					
Bibliografia Básica:					
CARLSON, B. M. Embriologia humana e biologia do desenvolvimento . Rio de Janeiro, Guanabara Koogan. 2014. 505 pp.					
MOORE, K. L., PERSAUD, T.V.N. 2016. Embriologia clínica . 10 ed. Rio de Janeiro, Elsevier. 2016. 544 pp.					
SADLER TW, BEVILACQUA E (REV.). LANGMAN, Embriologia médica . 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016. xvi, 330 p.					

Bibliografia complementar:

COCHARD, L. R. 2003. **Atlas de Embriologia Humana de Netter**. Porto Alegre, Artmed, xx

pp.

MOORE, K. L., PERSAUD, T.V.N., SHIOTA, K. 2002. **Atlas colorido de embriologia clínica**. 2ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, xx pp.

SADLER, T. W. 2010. **Langman: Embriologia médica**. 11 ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, xx pp.

GARCIA SML. **Embriologia**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2012. 667 p.

ALBERTS, B.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. 2010. **Biologia Molecular da Célula**. 5ª Ed. Porto Alegre Artmed, 1463 pp.

SCHOENWOLF GC, BLEYL SB, BRAUER PR, FRANCIS-WEST PHL. **Embriologia humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. xv, 555 p

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 575	Metodologia do Trabalho Acadêmico	30	2	0	0
Ementa: Concepção e organização dos trabalhos acadêmicos. Leitura e tipos de análise de textos, seminários, fichamentos (composição e conteúdo: ficha bibliográfica, de citações, de resumo, de esboço, de comentário) e resumos. Normas de citações e referências segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas.					
Bibliografia Básica: LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia do Trabalho Científico. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002. ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos de graduação. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.					

Bibliografia complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:<<http://www.usjt.br/arg.urb/arquivos/nbr10520-original.pdf>>. Acesso em 04 maio 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: Informação e documentação - Referências - Elaboração. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em:<<http://www.usjt.br/arg.urb/arquivos/abntnabr6023.pdf>>. Acesso em 04 maio 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 21 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LOBIONDO-WOOD, Geri; HABER, Judith. **Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FEITOSA, Vera Cristina. **Redação de textos científicos**. 2 ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 576	Práticas Integradas em Saúde (PIS)	90	2	2	0

Ementa: Disciplina longitudinal integrada com os cursos de medicina, enfermagem, nutrição, psicologia, saúde coletiva e educação física. Realização de estágios multidisciplinares na Atenção Primária. Enfoque principal direcionado para a promoção da saúde, com especial atenção para aspectos nutricionais, psicológicos e para a importância do exercício físico para um equilíbrio de vida.

Aspectos principais do núcleo da enfermagem serão: experiências e práticas no contexto da atuação do enfermeiro na saúde coletiva, humanização das práticas de saúde no cuidado e no trabalho em enfermagem, abordagem conceitual da família, visita e cuidado domiciliar centrado na família, genograma, história da família, prontuário família, territorialização, matriciamento, projeto terapêutico, apoio matricial e educação popular em saúde.

Bibliografia Básica:

Souza, M.C.M.R., Horta, N. C., **Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

CAMPOS, G.W.S.; GUERRERO, A.V.P. **Manual de práticas de atenção básica. Saúde ampliada e compartilhada**. São Paulo: Hucitec, 2013.

Vasconcelos EM organizador. **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde**. São Paulo: Hucitec, 2001.

Bibliografia Complementar:

Carvalho, S. R. **Saúde Coletiva e promoção da saúde: sujeito e mudança**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2007.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 224 p. Disponível em:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

Vasconcelos. E, **Educação Popular nos Serviços de Saúde**. 3a edição Hucitec; São

Paulo, 1997.

Abrahão, A. L., Souza, A. C., Marques, D. (Orgs.) **Estratégia saúde da família: desafios e novas possibilidades para a atenção básica em saúde**. Niterói: Editora da UFF, 2012.

GIORDANI, A. T. **Humanização da saúde e do cuidado**. São Paulo: Difusão, 2008.

4º Semestre

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 577	Fundamentos de Enfermagem	240	4	6	0

Ementa: Proporcionar conhecimento técnico e científico, iniciando o aluno nos procedimentos básicos da enfermagem voltados aos cuidados aos indivíduos em seus aspectos biopsicossocial de forma sistematizada, atuando nos níveis de atenção primária, secundária e terciária à saúde.

Bibliografia Básica:

POTTER. P. A.; A. G. **Fundamentos de Enfermagem**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ATIKINSON, L. D.; MURRAY, M. E. **Fundamentos de Enfermagem: Introdução ao Processo de Enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

HARADA, M. J. C. S.; PEREIRA, M. L. G. **Terapia Intravenosa e Infusões**. 1ª ed. São Paulo: Editora Yendis, 2011.

Bibliografia Complementar:

PHILLIPS L. D., **Manual de Terapias Intensivas**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. **Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koongan, 2011.

FERNANDES, A. T.; FERNANDES, M. O. V.; RIBEIRO-FILHO, N. **Infecção hospitalar e suas interfaces na área da saúde**. São Paulo: Atheneu, 2000.

GUYTON, A. C. & HALL, J. E. **Tratado de Fisiologia Médica**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

CABRAL, I. E. (Rev.) **Administração de medicamentos**. Trad. de Nurse's Clinical Guide. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2002.

BORGES, E. L. et al. **Feridas: como tratar**. Belo Horizonte: Coopmed, 2009.

MISTISUKO, Ohnushl, et al. **Feridas: cuidados e condutas**. Londrina: Vel, 2001.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 578	Elaboração de Projeto de Pesquisa	30	2	0	0

Ementa:

Estuda os diferentes tipos de conhecimento (popular, filosófico, religioso e científico), bem como as características do trabalho científico. Compreende os aspectos metodológicos da abordagem qualitativa e quantitativa da pesquisa. Discute os princípios gerais da elaboração e formatação do projeto de pesquisa (formulação do problema, objetivo geral e específicos, justificativa, hipóteses e variáveis, revisão bibliográfica, sujeitos/amostra, delineamento/técnicas/instrumentos de pesquisa, tratamento e análise de dados). Focaliza ainda os aspectos éticos em pesquisa científica envolvendo seres humanos.

Bibliografia Básica:

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Bibliografia complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15287: informação e documentação: projeto de pesquisa: apresentação. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em:<<http://www.usjt.br/arq.urb/arquivos/nbr15287-original.pdf>>. Acesso em 04 maio 2018.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. 21 ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.

VOLPATO, Gilson. **Ciência**: da filosofia à publicação. 5 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

VÍCTORA, Ceres Gomes; KNAUTH, Daniela Riva; HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **Pesquisa qualitativa em saúde**: uma introdução ao tema. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. p. 11-23.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 579	Gestão e Gerenciamento em Enfermagem	60	2	1	0

Ementa: Formar discentes com conhecimento reflexivo e competência para exercer dentro da legislação em saúde, a gestão nos diversos níveis dos serviços do SUS, na organização dos serviços e ações de saúde, sob a égide da melhoria da qualidade da saúde individual e coletiva. Desenvolver competências para formular intervenções, implementar decisões, avaliar os processos de implantação de programas e serviços, e analisar os resultados das intervenções.

Bibliografia Básica:

ARRETCHE, M. Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia. *Ciência & Saúde Coletiva*. 8(2): 331-345, 2003.

ARAÚJO, M. A. Duarte. Responsabilização pelo controle de resultados no Sistema Único de Saúde no Brasil. Ver. *Panamericana de Salud Publica*, 27(3), 2010.

CAMPELO, GRAHAM STEPHAN BENTZEN. Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos. *CI e Trp*. Recife, v. 34, n. 2, p. 297-324. 2010.

KURCGANT, Paulina (Coord.), Administração em enfermagem. São Paulo : EPU, 1991.

Bibliografia complementar:

Assi, E.; Cruz, V. S.; Trentin, E. F.; Lucio, H. M. et al. Regionalização e Novos Rumos para o SUS: a experiência de um colegiado regional. *Saúde e Sociedade*, v. 18, supl. I, 2009.

Barbosa, P. R. A profissionalização do dirigente hospitalar público como condição para melhores performances gerenciais. *Saúde em debate*, Londrina, PR. 52, 24-34, Setem. 1996.

Brasil. Principios, diretrizes e regras da auditoria do Sus no âmbito do Ministério da Saúde. Brasília, 2017.

Brasil. Sistema Nacional de Auditoria. Decreto Regulamenta o Sistema de Auditoria Nacional no SUS. Brasília, 1995.

Costa, Frederico Lustosa da. *RAP* – Rio de Janeiro 42 (5): 829- 74, set./Out.. 2008.

Fadel, C. B.; Schneider, L. Moimaz, S. A. S.; Saliba, N. A. Administração pública: o pacto pela saúde como uma nova estratégia de racionalização das ações e serviços em saúde no Brasil. *RAP* – Rio de Janeiro 43(2): 445-56, Mar./Abr. 2009.

Guimarães, R. B. Regiões de Saúde e escalas geográficas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 21(4): 1017-1025, jul./ago., 2005.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 257	Antropologia da Saúde, Comunidades Tradicionais e Indígenas	60	2	1	0

Ementa: Trata de fenômenos sociais relacionados à saúde e enfermidades. Estuda as concepções culturais e simbólicas que interpretam o estar saudável ou enfermo. Estuda as práticas simbólicas e práticas sociais de saúde, considerando a biomedicina dominante na sociedade de consumo, a cultura da população de periferias urbanas nos contextos dos grupos étnicos desta região, bem como a diversidade étnica da Amazônia, particularizando os principais grupos étnicos do Estado do Acre. Discute aspectos da cultura dos povos naturais desta região com um enfoque nas etnomedicinas e o Sistema Único de Saúde no atendimento às comunidades indígenas.

Bibliografia Básica:

BERNARDI, Bernardo. **Introdução aos estudos etno-antropológicos**. Lisboa: ed. 70, 1988.

KLEIN, Estanislau Paulo. **Antropologia, cultura, sociedade Estado e saúde pública**. Belém, PR: Paka-Tatu, 2015.

SANTOS, Ricardo V. (e) COIMBRA, Carlos E. A. Jr. **Saúde e Povos Indígenas**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1994.

Bibliografia complementar:

ACRE. **O Acre em números**. Secretaria de Estado de Planejamento, 2011. Disponível em: <www.Ac.gov.br/>

AMIET, Pierre. *A antiguidade oriental*. Tradução Luis Serrão. Portugal: Pulicações EuropaAmérica, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas 2002**. Disponível em

<http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf> BRETON,

David Le. **Antropologia do Corpo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CAILLOIS, Roger. **O Homem e o Sagrado**. Lisboa: Edições 70, 1998.

DIAS, Reinaldo. **Fundamentos de sociologia geral**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2011.

CENTRO Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos Indígenas no Brasil**. São Paulo, 1991.

DURHAM, Eunice R. **A Dinâmica da Cultura: Ensaio Antropológico**. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

KLEIN, Estanislau Paulo. **Práticas Sociais de Saúde Entre Seringueiros e Agricultores do Estado do Acre**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1996.

5º Semestre

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 580	Promoção e Vigilância em Saúde	75	3	1	0

Ementa: Aborda os aspectos históricos e conceituais da promoção da saúde, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e vigilância ambiental. Modelos de atenção à saúde e fundamentos metodológicos das medidas de prevenção individuais e coletivas. Sistemas Locais de Saúde (SILOS), aspectos conceituais da territorialização e desenvolvimento do modelo de vigilância à saúde enquanto conjunto de intervenções intersetoriais sobre problemas de saúde que merecem uma atenção continuada, através de operações voltadas para os grupos populacionais no território. Principais sistemas de informação, produção e análise de dados para o trabalho da vigilância em saúde.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G. W. de S. et. al. **Tratado de Saúde Coletiva**. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: 2 ed. FIOCRUZ, 2012.

PAIM, J. S. Modelos de Atenção e Vigilância da Saúde. In: ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA F. N. **Epidemiologia e Saúde**. 6.ed. Rio de Janeiro, RJ: MEDSI, 2003, 567-586.

SOUZA, M.C.M.R., HORTA, N. C. **Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

Bibliografia complementar:

BRASIL, Ministério da Saúde. Portaria Ministerial nº 2446/2014 que redefine a Política Nacional de Promoção de Saúde (PNPS) estabelecida pela portaria nº 687 (Mar 30, 2006).

Política nacional de promoção da saúde. Disponível em: http://promocaodasaude.saude.gov.br/promocaodasaude/arquivos/pnps-2015_final.pdf [Acesso 22.02.2018].

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Projeto Promoção da Saúde. **As Cartas da Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Políticas de Saúde, Projeto Promoção da Saúde**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre promoção da saúde; 1986 Nov 17-21; Ottawa, Ca. Disponível em: <http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/Ottawa.pdf> [Acesso 22.02.2018]

CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em saúde**. Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS: livro 6, tomo I, 2013. Disponível em: http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/biblioteca/livros/colecao-progestores-2013-paraentender-a-gestao-do-sus/livro6_tomo1.pdf [Acesso 22.02.2018].

CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. **Vigilância em saúde**. Coleção Progestores – Para entender a gestão do SUS: livro 6, tomo II, 2013. Disponível em: http://extranet.saude.prefeitura.sp.gov.br/biblioteca/livros/colecao-progestores-2013-para-entender-a-gestao-do-sus/livro6_tomo2.pdf [Acesso 22.02.2018]

Declaração de Alma-Ata. Conferência Internacional sobre cuidados primários de saúde; 1978 Sep 6-12. Disponível em: <http://www.opas.org.br/coletiva/uploadArq/Alma-Ata.pdf> [Acesso 18.12.2008]

GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. **Políticas e sistema de saúde no Brasil**. 2. Ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos
--------	--------------------	---------------	----------

			T	P	E
CCSD 581	Enfermagem na Atenção à Saúde do Adulto	195	7	3	0
Ementa: Proporcionar conhecimento científico para o desenvolvimento de competências e habilidades na assistência ao adulto e idoso, portador de afecções clínicas e cirúrgicas dos diversos sistemas corporais, em estados agudos, crônicos e terminal, aplicando as evidências científicas e a sistematização da assistência de enfermagem.					
Bibliografia Básica: BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 10^a ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koongan, 2008. BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 13^a ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koongan, 2011. DIAGNÓSTICOS DE ENFERMAGEM DA NANDA international: Definições e classificação 2012-2014. North American Nursing Diagnosis Association, Tradução de Regina Machado Garcez. Porto Alegre: Artmed, 2013. MARTINS, M.A.; CARRILHO, F.J.; ALVES, V.A.F.; CASTILHO, E.A. Clínica Médica. Manole, 2009. POTTER.P.A.; PERRY, A.G. Fundamentos de Enfermagem. 6.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.					
Bibliografia Complementar: ARIAS, K. M.; SOULE, B. M. Manual de Controle de infecções da APIC/JCAHO. Tradução de Paulo Henrique Machado. Porto Alegre: Artmed, 2008. BARBOSA, Hélio e Aloysio. Controle Clínico do Paciente Cirúrgico. 4^a ed. Rio de Janeiro: Editora Atheneu, 1976. BEYERS, M; DUDAS, S. Enfermagem Médico-Cirúrgica: Tratado de Prática Clínica. 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1989. BOLICK, D. (org). Segurança e Controle de Infecção. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso Editores, 2000. BONASSA, E. M. A.; SANTANA, T. R. Enfermagem em Terapêutica Oncológica. 3^a ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005 CARPENITO-MOYET, L.J. Manual de diagnósticos de enfermagem. 11^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2008. DOCHTERMAN, J.M.; BULECHEF, G. M. Classificação das intervenções de enfermagem (NIC). 4^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2008 FERRAZ. E.A. Manual de Controle de Infecção em Cirúrgica. Rio de Janeiro: EPU, 1983					

JARVIS, C. **Exame Físico e Avaliação de Saúde**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2006.

KNOBEL, E. **Terapia Intensiva**: Enfermagem. São Paulo: Editora Atheneu, 2006.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 582	Enfermagem em Centro Cirúrgico	90	2	2	0
Ementa: Estudo da estrutura física, organização, funcionamento e administração do centro cirúrgico bem como, planejamento, avaliação e execução da assistência de enfermagem sistematizada pré-operatória, transoperatória e pós-operatória ao paciente cirúrgico em sala pré-operatória, operatória e recuperação pós-anestésica. Fundamenta-se ainda no estudo organizacional e estrutural da central de material e esterilização com acompanhamento das inovações tecnológicas direcionadas aos processos físicos e químicos, limpeza e desinfecção de produtos com especificação modernas de indicadores biológicos e/ou químicos necessários ao monitoramento do processo de esterilização. Discorre ainda sobre terminologia cirúrgica, instrumental básico do ato cirúrgico, recursos e drogas anestésicas usuais, enfoque na prevenção e controle de infecção hospitalar, com base na sistematização da assistência de enfermagem ao paciente cirúrgico em acordo com os preceitos ético-legais e da prática baseada em evidência.					
Bibliografia Básica: MEEKER, MARGARET; ROTHROCK, JC. Alexander – Cuidados de Enfermagem ao Paciente Cirúrgico. Rio de Janeiro: Elsevier. 2007. CARVALHO, RACHEL; BIACNHI, ESTELA RF. Enfermagem em centro-cirúrgico e recuperação. Barueri – SP: Manole, 2007. SILVA, M, D A; RODRIGUES, A, P; CESARETTI, I, U, R. Enfermagem na Unidade de Centro Cirúrgico. São Paulo: EPU, 1997. POSSARI J. F. Centro Cirúrgico: planejamento, Organização e Gestão. São Paulo: Iátria, 2004. SANTOS, NCM. Centro-Cirúrgico e os cuidados de enfermagem. São Paulo: Iátria, 2010.					

Bibliografia complementar:

CARVALHO, RACHEL; BIACNHI, ESTELA RF. **Enfermagem em centro-cirúrgico e recuperação**. Barueri – SP: Manole, 2016.

SOBECC. **Práticas Recomendadas – Centro-cirúrgico, Recuperação pós-anestésica e centro de material esterilizado**. 7ª edição – São Paulo: SOBECC, 2017.

SOBECC. **Práticas Recomendadas – Centro-cirúrgico, Recuperação pós-anestésica e centro de material esterilizado**. 6ª edição – São Paulo: SOBECC, 2013.

SMELTZER, Suzane et all. Brunner & Suddarth. **Tratado de enfermagem medicocirúrgica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

WELLS M. P., BRADLEY M. **Instrumental Cirúrgico El Manual Moderno**. México: Editora Santafé de Bogotá, 1997.

GUYTON, Arthur C. **Tratado de fisiologia médica** - Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

TORTORA, GERARD J; GRABOWSKI, SANDRA R. **Princípios de anatomia e fisiologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

JARVIS, C. **Exame físico e avaliação de saúde para enfermagem**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 583	Enfermagem em Saúde Mental	60	4	0	0

Ementa: Estuda os conceitos de normalidade e anormalidade, de pessoa, família, cuidado e sofrimento, bem como os fatores individuais, interpessoais e culturais relacionados a saúde mental. Discute as políticas de atenção à saúde mental no Brasil, as estratégias de cuidado em saúde mental para crianças, adolescentes e adultos com ênfase na atuação da Enfermagem, e a rede de atenção psicossocial dentro da lógica da Reforma Psiquiátrica.

Bibliografia Básica:

SADOCK, Benjamin James; SADOCK, Virginia Alcott. **Compêndio de Psiquiatria**: ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

AMARANTE, P.D.C. Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. In: GIOVANELLA, L; ESCOREL, S; LOBATO, L. de V.C.; NORONHA, J.C. de; CARVALHO, A. I. de (Organizadores). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. p. 635-655.

TAYLOR, Cecilia Monat. **Fundamentos de enfermagem psiquiátrica de Mereness**. 13ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Mental**: Cadernos de Atenção Básica (n. 34). Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab34>. Acesso em 08 maio 2018.

VIDEBECK, Sheila L. **Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BUENO, Austregésilo Carrano. **Canto dos Malditos**: Três anos confinado em Manicômios. 6ª Ed. Curitiba: Scientia et Labor, 1990.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **SUPERA**: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento. 11. e 12. ed. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2017.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO(Org.). **Textos de Apoio em Saúde Mental**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

STUART, Gail; LARAIA, Michelle. **Enfermagem psiquiátrica**: princípios e prática. São Paulo: Artmed Editora, 2003.

6º Semestre

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 584	Enfermagem na Atenção à Saúde do Neonato e da Criança	150	4	3	0
Ementa: Estudar o indivíduo do nascimento à idade pré-escolar, considerando o contexto socioeconômico, político, cultural e epidemiológico. Implementa metodologia de assistência de enfermagem durante o processo de crescimento, desenvolvimento e hospitalização nas diversas faixas etárias (recém-nascido, lactente, pré-escolar), possibilitando a promoção da saúde através de uma abordagem centrada na família.					
Bibliografia Básica: Dioclécio Campo Júnior, Dennis Alexander Rabelo Burns (Org) Tratado de pediatria. Sociedade Brasileira de Pediatria. 3. ed. Barueri, SP: Manole, 2014. RICCI, Susan S. Enfermagem Materno-neonatal e Saúde da Mulher. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. FUJIMORI, E; OHARA, C. V. S; Organizadoras. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. 1a ed. Barueri, SP – Editora Manole, Série Enfermagem, 2009. HOCKENBERRY, M. J. WILSON, D. WINKELSTEIN, M. L. WONG Fundamentos de Enfermagem Pediátrica. 7 a ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. KYLE, T. Enfermagem Pediátrica. 1a ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.					

Bibliografia complementar:

GOMES, Maysa Luduvica. **Enfermagem Obstétrica: Diretrizes Assistenciais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2010.

MONTICELLI, M; OLIVEIRA, M. E.; **Assistência de Enfermagem ao recém-nascido no centro obstétrico**. In: Enfermagem Obstétrica e Neonatológica: textos fundamentais. Florianópolis: UFSC, CCS, 1999.

WHALEY & WONG. **Enfermagem Pediátrica. Elementos essenciais à intervenção efetiva**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

Manual de exame físico para a prática da enfermagem em pediatria / 2. ed. São Paulo: látria, 2011. 188 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à Saúde do Recém-nascido: Guia para os profissionais de Saúde**. Brasília: MS, v. 1, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à Saúde do Recém-nascido: Guia para os profissionais de Saúde**. Brasília: MS, v. 2, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à Saúde do Recém-nascido: Guia para os profissionais de Saúde**. Brasília: MS, v. 3, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção à Saúde do Recém-nascido: Guia para os profissionais de Saúde**. Brasília: MS, v. 4, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde**. Departamento de Atenção Básica. – Brasília. Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde sexual e saúde reprodutiva** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação-Geral de Atenção Especializada. **Manual de Normas Técnicas e Rotinas Operacionais do Programa Nacional de Triagem Neonatal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 585	Enfermagem em Psiquiatria	90	2	2	0

Ementa: Estuda os transtornos psiquiátricos e demais problemas de saúde mental de maior morbidade e mortalidade no Brasil, e o respectivo processo de cuidar em enfermagem e suas tecnologias, nos diversos cenários da rede de atenção, visando a promoção, prevenção e recuperação da saúde, em âmbito individual, familiar e comunitário.

Bibliografia Básica:

SADOCK, Benjamin James; SADOCK, Virginia Alcott. **Compêndio de Psiquiatria:** ciência do comportamento e psiquiatria clínica. 9 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

AMARANTE, P.D.C. Saúde mental, desinstitucionalização e novas estratégias de cuidado. In: GIOVANELLA, L; ESCOREL, S; LOBATO, L. de V.C.; NORONHA, J.C. de; CARVALHO, A. I. de (Organizadores). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2012. p. 635-655.

TAYLOR, Cecilia Monat. **Fundamentos de enfermagem psiquiátrica de Mereness**. 13ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde Mental:** Cadernos de Atenção Básica (n. 34). Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab34>. Acesso em 08 maio 2018.

Bibliografia complementar:

VIDEBECK, Sheila L. **Enfermagem em Saúde Mental e Psiquiatria**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **SUPERA:** Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: encaminhamento, intervenção breve, reinserção social e acompanhamento. 11. e 12. ed. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2017.

FRAGA, Maria de Nazaré de Oliveira. **A prática de enfermagem psiquiátrica**. São Paulo: Cortez, 1993.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO(Org.). **Textos de Apoio em Saúde Mental**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

STUART, Gail; LARAIA, Michelle. **Enfermagem psiquiátrica:** princípios e prática. São Paulo: Artmed Editora, 2003.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 586	Enfermagem em Emergência	105	3	2	0

Ementa: Estudo fisiopatológico e assistencial das principais enfermidades clínicas e traumáticas de natureza nacional e regional para promoção do conhecimento técnico científico de procedimentos essenciais para o atendimento de emergência hospitalar e pré-hospitalar, tendo como base protocolos nacionais e internacionais; e manuais ministeriais de atendimento a urgência e emergência. Conhecimento da estrutura, normatização, equipamentos e dispositivos das unidades de emergência no Brasil, fundamentando-se na política nacional de atenção às urgências com a compreensão de portarias de funcionamento e regulação das unidades, com base na assistência humanizada promovendo uma aprendizagem específica voltada para resolubilidade de problemas de saúde de urgência e emergência da população brasileira assegurando as particularidades dos indivíduos e perfis epidemiológicos. Compreende-se ainda na imersão teórico-prático dos alunos nas simulações clínicas e traumáticas para atenção especializada, oportunizando a aplicabilidade do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades e atitudes pertinentes ao cuidado de emergência. Especifica-se fundamentalmente na formação acadêmica teórico-prático da assistência de urgência e emergência hospitalar.

Bibliografia Básica:

PIRES, M.T.B; STARLING, S.V. **Manual de Urgências em Pronto-Socorro**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

MARTINS, H.S; BRANDÃO NETO, R.A; VELASCO, I.T. **Emergências Clínicas – Abordagem Prática**. Barueri – SP: Manole, 2015.

PHTLS. **Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado**. 8 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

SOUSA, R.M.C et al. **Atuação no trauma: Uma abordagem para a enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2009.

OLIVEIRA BFM, PAROLIN MKF, TEIXEIRA JR EV. **Trauma: atendimento pré-hospitalar**. 3 ed. São Paulo: Atheneu; 2014.

FERIANI G et al. **Pré-hospitalar: Grau – Grupo de resgate e atenção às urgências e emergências**. 2 ed. Barueri/SP: Manole;2015.

Bibliografia complementar:

SANDRI, P; MORATO J.B; GALASSI, M.S; GUIMARÃES HP. **Manual prático de ventilação mecânica em pronto-socorro e UTI**. São Paulo: Atheneu, 2014.

Diretrizes 2015 da American Heart Association. **Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) e Atendimento Cardiovascular de Emergência (ACE)**. Parte4: Suporte básico de vida em adultos. São Paulo: Prous Science.

SOUSA, R.M.C et al. **Atuação no trauma: Uma abordagem para a enfermagem**. São Paulo: Atheneu, 2009.

DANDY, D.J; EDWARDS, D.J. **Fundamentos em ortopedia e traumatologia: Uma abordagem prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KOVAL, K.J; ZUCKERMAN, J.D. **Fraturas manual para consulta rápida**. Rio de Janeiro: Di livros, 2008.

VIANA, R.A.P.P. **Sepse para enfermeiros – As horas de ouro – identificando e cuidando do paciente séptico**. São Paulo: Atheneu, 2013.

TALLO, F.S; VENDRAME, L.S; LOPES, R.D. **Ventilação mecânica na urgência e emergência: Uma abordagem para o clínico**. São Paulo: Atheneu, 2014.

GOMES, A.M. **Emergência – planejamento e organização da unidade. Assistência de enfermagem**. São Paulo: EPU. 2008

VIANA, R.A.P.P; WHITAKER, I.Y. **Enfermagem em terapia intensiva: Prática e vivências**. Porto Alegre: Artmed, 2011

SANTANA, J.C.B; MELO, C.L; DUTRA, B.S. **Monitorização invasiva e não invasiva – Fundamentação para o cuidado**. São Paulo: Atheneu. 2015

JARVIS, C. **Exame físico e avaliação de saúde para enfermagem**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002

ATLS - **Advanced Trauma Life Support**. American College of Surgeons. Brasil, 2012

7º Semestre

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 587	Enfermagem na Saúde Da Mulher e Reprodutiva I	135	3	3	0

Ementa: Aborda as políticas de assistência à saúde da mulher na sociedade atual, assistência à mulher no ciclo gravídico puerperal e clínico ginecológico, ações educativas, planejamento familiar, violência contra a mulher e processo de socialização na construção de gênero e sua interferência na saúde da mulher, aplicando a sistematização da assistência de enfermagem.

Bibliografia Básica:

SANTOS, L.C., FIGUEIREDO, S.R., AMORIM, M.M.R. de, GUIMARÃES, V., PORTO, A.M. **Ginecologia Clínica – Diagnóstico e Tratamento**. Rio de Janeiro: MedBook. 2007.

REZENDE, JORGE DE. **Obstetricia Fundamental**. 14ª ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2018.

RICCI, SUSAN SCOTT. **Enfermagem Materno-Neonatal e Saúde da Mulher**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas., **Aspectos jurídicos do atendimento às vítimas de violência sexual: perguntas e respostas para profissionais de saúde**. 2ª ed. Brasília: MS, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. (Cadernos de Atenção Básica, 32)

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. **Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada**. Brasília: MS, 2006.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de Comitês de Mortalidade Materna**. 3. ed. Brasília: MS, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Área Técnica de Saúde da Mulher. **Assistência em Planejamento Familiar**. Normas e Manuais Técnicos.4. ed. Brasília: MS, 2002

BRASIL. Ministério da Saúde. **Programa de Assistência Integral de Saúde da Mulher: Bases de Ação Programática**. Brasília: MS, 1984

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Controle dos Cânceres do Colo do Útero e da Mama**. Brasília: MS, 2013

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Diretrizes para a detecção precoce do câncer de mama no Brasil**. Rio de Janeiro, 2015

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (Brasil). **Diretrizes brasileiras para o rastreamento do câncer do colo do útero**. Rio de Janeiro, 2016

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 588	Política Planejamento e Gestão em Saúde	120	4	2	0

Ementa: Compreende os estudos e análises dos processos de formulação, implementação, planejamento, execução e avaliação de políticas, sistemas, serviços de saúde a partir da legislação em saúde vigente, com base na consolidação de conhecimentos construído na relação teoria-prática, em diversos níveis da gestão pública em saúde.

Bibliografia Básica:

Arretche, M.T.S. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização.** – Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: Fapesp, 2000.

Bobbio, N. Estado, Governo, Sociedade – **Para uma teoria geral da política.** Tradução Marco Aurélio Nogueira. – Rio de Janeiro: Paz e Terra. 14ª ed. 2007. (Coleção Pensamento Crítico, v. 69)

Bobbio, Norberto; Matteucci, N.; e Pasquino, G. **Dicionário de Política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1.330 p. 1998.

Davel, E.; Melo, M.C.O.L. **Gerência em ação: singularidades e dilemas do trabalho gerencial.** –Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Giovanella, L. (Organizadora). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008. Heidemann, F.G.; Salm, J.F. (Organizadores). Políticas Pública e Desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise. –Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

Ibanez, Nelson (Organizador). **Política e Gestão Pública em Saúde.** Hucitec Editora. São Paulo, 2011.

Rouquayrol, M.Z.; Gurgel, M. (Organizadores) **Epidemiologia e Saúde.** 7ª Ed. São Paulo. Medbook, 2013.

Bibliografia complementar:

Cecilio, L.C.O. (Organizador). **Inventando a Mudança na Saúde.**– São Paulo: Editora Hucitec, 3ª ed., 2006.

Machado, C.V. **Direito Universal, política nacional; o papel do Ministério da Saúde brasileira de 1990 a 2002.** – Rio de Janeiro, Museu da República, 2007.

Sobral, F. et al. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.

Ugá, M.A.D. (organizadora) **A Gestão do SUS no Âmbito Estadual: o caso do Rio de Janeiro.** - Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2010

Matus, C. **Adeus, senhor presidente: governantes e governados.** Tradução de Luiz Felipe Rodrigues del Riego. – São Paulo: Fundap, 1996.

Matus, C. **Estratégias Políticas: chimpanzé, Maquiavel e Gandhi;** Tradução de Giselda Barroso Sauveur. – São Paulo: Fundap. 1996.

Merhy, E.E. (organizador). **O trabalho em saúde: olhando e experienciando o SUS no cotidiano.** – São Paulo.; Editora Hucitec, 2003.

Nascimento, V.B. **SUS: Pacto federativo e gestão pública.** – São Paulo: Aderaldo & Rothschild Ed.; Santo André, São Paulo: Cescos, 2007.

Neto, V. et al. **Gestão em Saúde.** 2ª ed. Editora Guanabara. Rio de Janeiro: 2016. Peters, B.G. & Pierre, J. (org.) Administração Pública: coletânea. Tradução Sonia Midori Yamamoto, Miriam Oliveira. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: ENAP, 2010.

Klering, L. R. ; Porsse, M.C.S.; Guadagnim, LA. **Novos Caminhos da Administração.** Análise- A Revista Acadêmica da FACE. Porto Alegre, v. 21 n. 1, p. 4-17, jan/junh. 2010.

Campelo, Graham Stephan Bentzen. **Administração pública no Brasil: ciclos entre patrimonialismo, burocracia e gerencialismo, uma simbiose de modelos.** CI e Trp. Recife, v. 34, n. 2, p. 297-324. 2010.

Araújo, M. A. Duartte. **Responsabilização pelo controle de resultados no Sistema Único de Saúde no Brasil.** Ver. Panamericana de Salud Publica, 27(3), 2010.

Costa, Frederico Lustosa da. RAP – Rio de Janeiro 42 (5): 829- 74, set./Out.. 2008

Arretche, M. **Financiamento federal e gestão local de políticas sociais: o difícil equilíbrio entre regulação, responsabilidade e autonomia.** Ciência & Saúde Coletiva. 8(2): 331-345, 2003.

Fadel, C. B.; Schneider, L. Moimaz, S. A. S.; Saliba, N. A. **Administração pública: o pacto pela saúde como uma nova estratégia de racionalização das ações e serviços em saúde no Brasil.** RAP – Rio de Janeiro 43(2): 445-56, Mar./Abr. 2009.

Guimarães, R. B. **Regiões de Saúde e escalas geográficas.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 21(4): 1017-1025, jul./ago., 2005.

Lotufo, M.; Miranda, A. S. **Sistemas de direção e práticas de gestão governamental em secretarias de Saúde.** RAP, Rio de Janeiro, 41 (6): 1143-63, Nov./Dez. 2007.

Machado, C. V; Baptista, T. W. F.; Lima, L. D. **O Planejamento nacional da política de saúde no Brasil: estratégias e instrumentos nos anos 2000.** Ciência & Saúde Coletiva. 15(5): 2367-2382, 2010.

Misoczky, M. C. **Redes e hierarquias: uma reflexão sobre arranjos de gestão na busca da equidade em saúde.** RAP, Rio de Janeiro, 37 (2): 335-54, Mar./Abr. 2003

Nogueira, R. Passos. **O Estado, as agências e a saúde.** Saúde em Debate, v. 30, n. 72, p. 35-43, jan./abr. 2006.

Junqueira, L. A. P. **Gerência dos Serviços de Saúde.** Cadernos de Saúde Pública v. 6, n. 3 Rio de Janeiro, set.1990.

Rivera, F. J. U. **A gestão situacional (em saúde) e a organização comunicante.** Cadernos de Saúde Pública, v. 12, n. 3 Rio de Janeiro, Jul./Setem. 1996.

Santos, N. R. **Política pública de saúde no Brasil: encruzilhadas, buscas e escolhas de rumos.** Ciência & Saúde Coletiva, 13 (Sup. 2): 2009-2018, 2008.

Silva, I. F.; Labra, M. E. **As instâncias colegiadas do SUS no Estado do Rio de Janeiro e o processo decisório.** Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 17 (1), 161-170, jan./fev. 2001.

Viana, A. L.; Lima, L. D.; Ferreira, M. P. **Condicionantes estruturais da regionalização na saúde: tipologia dos Colegiados de Gestão Regional.** Ugá, M. A.; Piola, S. F.; Vianna, S. Magalhães. Descentralização e alocação de recursos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ciência & Saúde Coletiva, 8(2):417-437, 2003.

Assis, E.; Cruz, V. S.; Trentin, E. F.; Lucio, H. M. et al. **Regionalização e Novos Rumos para o SUS: a experiência de um colegiado regional.** Saúde e Sociedade, v. 18, supl. I, 2009.

Barbosa, P. R. **A profissionalização do dirigente hospitalar público como condição para melhores performances gerenciais.** Saúde em debate, Londrina, PR. 52, 24-34, Setem. 1996. Santos, N. R. Desenvolvimento do SUS, rumos estratégicos e estratégias para visualização dos rumos. Ciência & Saúde Coletiva, 12 (12): 429-435, 2007.

Weber, M. **Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal.** In: Campos, E. Sociologia da burocracia 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

Kopf, A. W.; Hortale, V. A. **Contribuições dos sistemas de gestão de Carlos Matus para uma gestão comunicativa.** Ciência & Saúde Coletiva, 10 (Sup.): 157-165, 2005.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 589	Enfermagem em Doenças Transmissíveis	105	3	2	0
Ementa: Visa apresentar e discutir as principais doenças transmissíveis de caráter regional, sob aspectos da Vigilância Epidemiológica e cuidados de enfermagem, com enfoques preventivo, curativo e reabilitacional. Abordando ainda, o Programa Nacional de Imunização, normas de biossegurança, princípios de isolamento, bem como, o desenvolvimento de habilidades assistenciais e ações de enfermagem em todos os níveis de atenção ao portador de doenças transmissíveis					
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de Vigilância em Saúde. Brasília, 2016. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6385405/4170293/GUIADEVS2016.pdf Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Manual de Normas e Procedimentos para Vacinação – Brasília : Ministério da Saúde, 2014. VERONESI, Ricardo. Tratamento de Infectologia. 5ª Ed. São Paulo. Editora Atheneu, 2015.					
Bibliografia complementar: COURA, José Rodrigues. Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias. Rio de Janeiro. Editora Guanabara Koogan, 2005. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Febre de chikungunya: manejo clínico. Brasília, 2015. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/febre_chikungunya_manejo_clinico.pdf BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Dengue: diagnóstico e manejo clínico: adulto e criança Brasília: 5. ed. – Brasília, 2016. Disponível em: http://portalsaude.saude.gov.br/images/pdf/2016/janeiro/14/dengue-manejo-adulto-crianca5d.pdf SOUZA, M. (org.). Assistência de Enfermagem em Infectologia. São Paulo: Atheneu, 2004. FALCÃO, M., et al. Guia de manejo da infecção pelo vírus zika. Sociedade Brasileira de Infectologia filiada Associação Medica Brasileira, 2016. Disponível em: http://www.infectologia.org.br/admin/zcloud/125/2016/07/Guia_Manejo_Zika_SBI.pdf					

8º Semestre

Código	Nome da Disciplina	Carga Horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 590	Enfermagem na Saúde da Mulher e Reprodutiva II	75	3	1	0
Ementa: Estudar a fisiologia do trabalho de parto, parto e pós-parto, destacando o cuidado de enfermagem e as ações educativas em cada uma destas fases. Aborda as hemorragias em todas as fases da gravidez e as tecnologias de enfermagem para alívio da dor no trabalho de parto, e as práticas obstétricas baseada em evidências científicas. Estuda também a fisiologia e o manejo do aleitamento materno, aplicando a sistematização da assistência de enfermagem.					
Bibliografia Básica: NEME, B. Obstetrícia Básica. 3. ed. São Paulo: Sarvier, 2005. REZENDE, Jorge de. Obstetricia. 10ª ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2005. CUNNINGHAM, F.G. et al. Obstetrícia de Williams. 24. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. RICCI, Susan Scott. Enfermagem Materno-Neonatal e Saúde da Mulher. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.					
Bibliografia Complementar: BRASIL. Atenção humanizada ao abortamento: norma técnica. 2.ed. Brasília: MS, 2011. BRASIL, Ministério da Saúde. Parto, aborto e puerpério: assistência humanizada à mulher. Brasília: MS, 2003. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd04_13.pdf BRÜGGEMANN, O. M.; OLIVEIRA M. E.; SANTOS E. K. A. Enfermagem na Atenção Obstétrica e neonatal. 22ª ed. Curitiba: Progressiva 2011. MONTENEGRO, C. A. B.; REZENDE FILHO, J. Rezende: Obstetrícia. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. RICCI, Susan Scott. Enfermagem Materno-Neonatal e Saúde da Mulher. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.					

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 591	Enfermagem em Saúde Coletiva I	105	3	2	0

Ementa: Abordagem integral dos programas de Saúde do Adolescente na Atenção Primária, Saúde do Homem, Saúde do Adulto: ações de enfermagem de prevenção, tratamento e controle de Hipertensão Arterial Sistêmica, Diabetes Mellitus, Excesso de peso, Obesidade e tabagismo. Programa de Práticas Integrativas e Complementares, Saúde do Trabalhador, aplicando a sistematização da assistência de enfermagem em saúde coletiva.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G.W.S et. Al. (Orgs). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2012.

GIOVANELLA, LÍGIA (org). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2 ed. rev. e amp. / organizado por Lígia Giovanella, Sarah Escorel, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato et al. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

VASCONCELOS. E, **Educação Popular nos Serviços de Saúde**. 3ª edição Hucitec; São Paulo, 1997.

Bibliografia complementar:

CARVALHO, S. R. **Saúde Coletiva e promoção da saúde: sujeito e mudança**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 2007;

FIGUEIREDO, M. F. S.; RODRIGUES-NETO, FELÍCIO, J; SOUZA, L., TAVARES. M. **Modelos aplicados às atividades de educação em saúde**. Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 63, núm. 1, enero-febrero, 2010, pp. 117-121. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v63n1/v63n1a19.pdf>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 224 p. Disponível em http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/2_caderno_educacao_popular_saude.pdf

Alves VS. **Um modelo de educação em saúde para o Programa Saúde da Família: pela integralidade da atenção e reorientação do modelo assistencial**. Interface Comunic., Saúde, Educ. v.9, n.16, p.39-52, fev.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141432832005000100004&lng=en&nrm=iso>.

AROUCA, A. S. S. **“Saúde e democracia”**. *Anais 8ª Conferência Nacional de Saúde*, 1986. Brasília: Centro de Documentação do Ministério da Saúde, 1987, p. 35-47.

BRASIL Ministério da Saúde. **Legislação do SUS. Lei n.8.080/90**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Legislação do SUS. Lei n.8.142/90**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br>

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Coordenação de Apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes operacionais para os pactos pela vida, em defesa do SUS e de**

gestão / Ministério da Saúde, Secretaria- Executiva, Coordenação de Apoio à Gestão Descentralizada – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica.** Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pnab>

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

9º Semestre

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 274	Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar	270	0	0	6

Ementa: Implementa a prática de enfermagem no atendimento ao cliente em unidades de internação, bem como o planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem e o gerenciamento do cuidado. O aprendizado é centrado no contexto real da prática, onde o discente realiza o trabalho de forma compartilhada, sob a preceptoria de um enfermeiro e supervisão indireta do docente.

Bibliografia Básica:

ALCÂNTRA, P. e MARCONDES. **Pediatria Básica.** 5ª Ed. São Paulo: Sarvier, 1985.

AMATO, Vicente Neto. **Doenças Transmissíveis.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1978.

BEYERS, M e DUDAS, S. **Enfermagem Médico-Cirúrgica – Tratado de Prática Clínica.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

SMELTZER, S et all. Brunner & Suddarth. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

Bibliografia complementar:

GUYTON, A.C. **Tratado de fisiologia médica** - Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

TORTORA, G.J; GRABOWSKI, S.R. **Princípios de anatomia e fisiologia.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

POTTER, P.A; PERRY, A.G. **Fundamentos de Enfermagem.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ZALOGA, G.P. **Manual de drogas em terapia intensiva.** Rio de janeiro: Revinter, 2002.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 593	Estágio Curricular Supervisionado na Atenção Primária à Saúde	225	0	0	5

Ementa: Implementa o cuidado de enfermagem no atendimento ao cliente, família e comunidade, no âmbito da atenção básica, organizando e gerenciando o serviço e identificando problemas e agravos de saúde nas múltiplas implicações e relações para propor e promover uma atenção à saúde de caráter individual e coletivo com vistas a promover mudanças no perfil epidemiológico, considerando os aspectos culturais. O aprendizado é centrado no contexto real da prática, onde o discente realiza o trabalho de forma compartilhada, sob a preceptoria de um enfermeiro e supervisão indireta do docente

Bibliografia Básica:

CAMPOS, G.W.S et. Al. (Orgs). **Tratado de Saúde Coletiva**. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Fiocruz, 2012.

GIOVANELLA, LÍGIA (org). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2 ed. rev. e amp. / organizado por Lígia Giovanella, Sarah Escorel, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato et al. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

VASCONCELOS. E, **Educação Popular nos Serviços de Saúde**. 3ª edição Hucitec; São Paulo, 1997.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Ministério da Saúde. Legislação do SUS. **Lei n.8.142/90**. Disponível em: <http://www.saude.gov.br>.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva. Coordenação de Apoio à Gestão Descentralizada. **Diretrizes operacionais para os pactos pela vida, em defesa do SUS e de gestão** / Ministério da Saúde, Secretaria- Executiva, Coordenação de Apoio à Gestão Descentralizada – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/D7508.htm

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp141.html.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. Disponível em <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/pnab>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 2.488, DE 21 DE OUTUBRO DE 2011. Política Nacional de Atenção Básica**, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica para o Programa Saúde da Família (PSF) e o Programa Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2488_21_10_2011.html.

10º Semestre

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 594	Estágio Curricular Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas	225	0	0	5
Ementa: Implementa a prática de enfermagem no atendimento ao cliente em unidades especializadas, bem como o planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem e o gerenciamento do cuidado. O aprendizado é centrado no contexto real da prática, onde o discente realiza o trabalho de forma compartilhada, sob a preceptoria de um enfermeiro e supervisão indireta do docente. Implementa o planejamento, a organização, o gerenciamento e a prática de enfermagem, em nível de atenção primária e da educação para a saúde, na sua dimensão individual, familiar, grupal ou coletiva no âmbito das comunidades urbanas, rurais, ou indígenas, visando promover a melhoria da atenção à saúde e a qualidade de vida. O aprendizado é centrado no contexto real da prática, onde o discente realiza o trabalho de forma autônoma, sob a preceptoria de um enfermeiro e supervisão indireta da coordenação do estágio curricular supervisionado.					
Bibliografia Básica: SMELTZER, S et all. Brunner & Suddarth. Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. NANDA. Diagnósticos de enfermagem da NANDA. Definições e Classificação. 20152017. 10ed. Porto Alegre: Artmed; 2015. Souza MCMR, Horta NC. Enfermagem em Saúde Coletiva: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012					
Bibliografia complementar: AMATO, Vicente Neto. Doenças Transmissíveis. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koongan, 1978. ALCÂNTRA, P. e MARCONDES. Pediatria Básica. 5ª Ed. São Paulo: Sarvier, 1985. Springhouse et al. Garcez RM (Trad). As melhores práticas de enfermagem. Procedimentos baseados em evidências. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. Ibañez N, Elias PEM, Seixas PHD (org). Política e gestão pública em saúde. São Paulo: Editora Hucitec Cealag, 2011. Marquis BL, Huston CJ. Administração e Liderança em Enfermagem: teoria e prática. 3.ed Guanabara Koogan, 2016. BEYERS, M e DUDAS, S. Enfermagem Médico-Cirúrgica – Tratado de Prática Clínica. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koongan, 1989.					

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 595	Trabalho de Conclusão de Curso	60	4	0	0

Ementa: Aprofunda a discussão dos aspectos metodológicos da abordagem qualitativa e quantitativa da pesquisa. Acompanha a fase de elaboração do relatório final de pesquisa, bem como sua apresentação pública.

Bibliografia Básica:

POLIT, Denise F; BECK, Cheryl Tatano; HUNGLER, Bernadete P. **Fundamentos de pesquisa em Enfermagem**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 20 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Bibliografia complementar:

TURATO, Egberto Ribeiro. **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, LucVan. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 5 ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

LOBIONDO-WOOD, Geri; HABER, Judith. **Pesquisa em Enfermagem: métodos, avaliação crítica e utilização**. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

9.5.2 Quadro: Disciplinas Optativas com Ementas e Referências

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CELA 274	Língua Portuguesa I	60	4	0	0

Ementa: Comunicação oral e escrita. Níveis de linguagem. Prática e leitura, compreensão e interpretação de textos. Estrutura e produção e parágrafo. Redação criativa.

Bibliografia Básica:

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, 750 p.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever: estratégias de produção textual**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015a.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Planejar gêneros acadêmicos**. 3. ed. São Paulo: Parábola, 2008.

MOTTA-ROTH, Désirée (org.). **Redação acadêmica: princípios básicos**. Laboratório de Leitura e Redação. Santa Maria: Imprensa Universitária, 2001.

PRETI, Dino. **Estudos de língua oral e escrita**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

Bibliografia complementar:

CAVALCANTE, Monica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012, 176 p.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2015b.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E. G.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Resenha**. São Paulo: Parábola, 2004a.

_____. **Resumo**. São Paulo: Parábola, 2004b.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske (Orgs.). **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2011.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 5 ed. revisada. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CELA 745	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	60	2	1	0

Ementa:

Utilização Instrumental da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e seu uso em contextos reais de comunicação com a pessoa surda. Conhecimento específico acerca dos aspectos sintáticos, morfológicos e fonológicos de Libras. Fundamentos legais do ensino de Libras.

Bibliografia básica:

BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão:** desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos. Brasília, SEESP/MEC, 2006.

FERNANDES BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão:** desenvolvendo competências para o atendimento, S. **Educação de Surdos.** Curitiba: Ibeplex, 2007.

QUADROS, R. M. de. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

Bibliografia complementar:

HONORA, M.; FRIZANDO, M. L. E. **Livro Ilustrado da Língua Brasileira de Sinais.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KOJIMA, C. K.; SEGATA, S. R. **Língua de Sinais:** A imagem do Pensamento. São Paulo: Escala, 2012.

PERLIN, G.; STROBEL, K. **Fundamentos da Educação de Surdos.** Florianópolis: UFSC, CCE/CE/CLLL, 2006.

QUADROS, R. M. de; KARNOPP, L. B. **Língua de Sinais Brasileira:** Estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** Florianópolis: UFSC, 2008.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 278	Ciência e Tecnologia em Saúde II	60	4	0	0

Ementa: Tecnologia da Informação. Informática em Saúde: manejo de principais configurações da internet. Habilitação básica em aplicativos informatizados aplicados em saúde. Utilização de programas de concepção de figuras, gráficos, imagem e áudio; questionários, avaliações e instrumentos de coleta, registro e processamento de dados em pacotes informatizados. Introdução a programas de análise de dados e técnicas informatizadas de tratamento de dados e informações. Tabuladores genéricos de dados em saúde.

Bibliografia Básica:

ABIMO. **Estudo setorial da indústria de equipamentos médicos e hospitalares no Brasil: relatório 2002.** São Paulo:

ANTUNES, E. et al. **Gestão da Tecnologia Biomédica: tecnovigilância e engenharia clínica.** Paris: Éditions Scientifiques, ACODESS, 2002.

BANTA, H. D.; LUCE, B. R. **Health care technology and its assessment: an international perspective.** Oxford: Oxford University, 1993.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Portaria n. 1.418, de 24 de julho de 2003. Institui o Conselho de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde do Ministério da Saúde. **Diário Oficial da União** de 25 jul. 2003, Seção 1.

DATASUS.TABWIN/TABNET. <ftp://ftp.datasus.gov.br/tabnet/doc/ManualTabnet.pdf>

BARRETO, L. M. **O conhecimento científico e tecnológico como evidência pra políticas e atividades regulatórias em saúde**. Pesquisa em Saúde, v. 9, n. 2, p. 329-38, 2004.

Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde – REBRATS: rede de centros colaboradores e instituições de ensino no Brasil, dedica-se à geração e síntese de evidências científicas na área de avaliação de tecnologias em saúde. Disponível em: <http://rebrats.saude.gov.br/>

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pnds/index.php>

<http://www.inca.gov.br/>

<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=040802>

<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude>

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 279	Plantas Medicinais na Amazônia	60	2	1	0
Ementa: Iniciação a etnobotânica no saber popular. Uso de plantas medicinais nas práticas sociais de saúde. Relacionar as práticas sociais de saúde com o SUS, objetivando a saúde com assistência de enfermagem inserida no contexto social.					
Bibliografia Básica: JOANNE, B.; ANDERSON, L. A.; PHILLIPSON, J. D. Fitoterápicos 3ª Ed. Porto Alegre, Editora: Artmed, 2012. HERTWING, I.F.V. Plantas Medicinais e Aromáticas: plantio, colheita, secagem e comercialização. 2 ed.São Paulo: Editora Ícone, 1991. 449p. LORENZI, H.; MATOS, F.J.A. Plantas Medicinais no Brasil: nativas e exóticas cultivadas. Nova Odessa, SP :Instituto Plantarum, 2002. 544p. SIMÕES, C. M. O. Farmacognosia da planta ao medicamento. Editora PharmaBooks. 2007. 1102 p.					

Bibliografia complementar:

OLIVEIRA, F.; AKISUE, G. **Fundamentos de Farmacobotânica**. Editora Atheneu, 2a. Ed., 2005.

ESAU, K. **Anatomia das plantas com sementes**. Ed. Edgard Blücher. Reimp.

CASTRO, D. M.; CASTELLANI, D.C.; MARTINS, E. R.; DIAS, J. E. **Plantas Medicinais**. Editora UFV, 1ª Ed., 2000.

SARTÓRIO, M. L.; TRINDADE, C.; RESENDE, P.; MACHADO, J. R. **Cultivo Orgânico de Plantas Medicinais**. Viçosa. Aprenda Fácil Editora/CPT, 2000.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia Vegetal**. Editora Artmed, Porto Alegre, 3º Ed., 2003.

MONTERIO, S. C. **Farmacobotânica: Aspectos Teóricos e Aplicação**. 1º e Ed. Artmed. Porto Alegre 2017.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CELA 307	Língua Inglesa Instrumental I	60	4	0	0

Ementa: Gramática elementar aplicada a textos relativos à área de estudo. Leitura e compreensão de textos.

Bibliografia Básica:

MUNHOZ, Rosângela. **Inglês Instrumental: Estratégias de Leitura**. Módulos I e II. São Paulo: Textonovo, 2005.

NASH, Mark Guy; FERREIRA, Williams Ramos. **Real English: vocabulário, gramática e funções a partir de textos em inglês**. São Paulo: Disal, 2005.

SOUZA, Adriana Grade Fiori. Et. Al. **Leitura em Língua Inglesa: uma abordagem instrumental**. 2. Ed. Atualizada. São Paulo: Disal, 2005.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Antonia Dilamar and SILVA, Santilha Maria Sampaio e (orgs.). **Inglês Instrumental: Caminhos para leitura**. Teresina: Alínea Publicações, 2002.

BENNETTO, Andrew, JONES, Heather. **Our World: Protecting the Environmet**. São Paulo: SBS, 2001.

CRUZ, Décio Torres. **English online: Inglês Instrumental para informática**. Barueri, São Paulo: Disal, 2013.

FERRO, Jeferson. **Inglês Instrumental**. Curitiba: Ibpex, 2004.

PAKENHAM, Kenneth J. **Markeng Connections: A Strategic Approach to Academic Reading**. 2nd edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 280	Segurança do Paciente e dos Profissionais de Saúde e suas Implicações no Cuidado	60	4	0	0
Ementa: Aspectos relativos à segurança do paciente, profissionais e serviços de saúde. O sistema de medicação nas instituições de saúde e seus processos: prescrição de medicamentos, dispensação e distribuição, preparo, administração de medicamentos e monitoramento. Abordagem teórica dos eventos adversos: definição, tipos, taxonomia, notificação e monitoramento nas instituições de saúde.					
Bibliografia Básica: GOILDENZWAIG, Nelma Rodrigues Soares Choiet, 1962-, Administração de medicamentos na enfermagem: 207-2008 / 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. 714 p. MOTTA, Ana Leticia Carnevali. Informação Obrigatória LI, Manuseio e administração de medicamentos. 2.ed. São Paulo: Iatria, 2003. Informação Obrigatória OPITZ, Simone Perufo. Informação Obrigatória DT, compreendendo o significado da administração de medicamentos para os estudantes de graduação em enfermagem. Ribeirão Preto: USP, 2002. Informação Obrigatória.					
Bibliografia complementar: Carvalho-Filho ET, Saporetto L, Souza MAR, Arantes ACLQ, Vaz MYKC, Hojaiji NHSL, et al. latrogenia em pacientes idosos. Rev Saúde Pública 1998; 32:36-42. Ebbesen J, Buajordet I, Erikssen J, Brors O, Hilberg T, Svaar H, et al. Drug- related deaths in a department of internal medicine. Arch Intern Med 2001; 161:2317-23. Escosteguy CC, Portela MC, Medronho RA, Vasconcelos MTL. O Sistema de Informações Hospitalares e a assistência ao infarto agudo do miocárdio. Rev Saúde Pública 2002; 36:491-9. Foster AJ, Andrade J, van Walraven C. Validation of a discharge summary term search method to detect adverse events. J. Am Med Inform Assoc. 2005;12(2):200-206. Heede KVD, Sermeus W, Diya L, Lesaffre E, Vleugels A. Adverse outcomes in Belgian acute hospitals: retrospective analysis of the national hospital discharge dataset international. Journal for Quality in Health Care 2006; 18(3):211-219.					

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 281	Socorros Básicos	60	2	1	0
Ementa: Aborda aspectos, teóricos e práticos, vinculados à primeira assistência nas principais situações que apresentam risco de morte e/ou prejuízos a integridade física humana, além das medidas profiláticas dessas situações. Discute a proteção dos socorristas e da vítima contra injúrias relacionadas ao sinistro, como doenças e/ou lesões.					
Bibliografia Básica: MARTINS, HERLON S; BRANDÃO, RODRIGO NA; SCALABRINI, AUGUSTO N; VELASCO, IRINEU T. Emergências clínicas - Abordagem prática. - 10 ed- Barueri- SP, Manole, 2015. FERIANI, GUSTAVO; RIBERA, JORGE; DAMASCENO, MARIA; CARDOSO, RICARDO. Pré-hospitalar, GRAU- Grupo de resgate e atenção às urgências e emergências. 2 ed- Barueri, SP: Manole, 2015. BACCARINI, MARCO; STARLING, SIZENANDO. Erazo, manual de urgências em prontoso socorro. 10 ed- Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.					
Bibliografia complementar: BRUNO, PAULO; OLDENBURG, CYNTIA. Enfermagem em pronto-socorro. Rio de Janeiro: Editora SENAC Nacional, 2005. LOMBA, MARCOS. Objetivo e saúde: Emergências e atendimentos pré hospitalares. 3 ed- Olinda PE MONTEIRO, BEATRIZ; PAROLIN, MONICA; TEIXEIRA, EDISON. Trauma: atendimento pré-hospitalar. 3 ed- São Paulo: editora Atheneu, 2014. NASI, LUIZ. Rotinas em pronto-socorro. Porto Alegre, RS. Editora Artmed, 2005. SOUSA, R.M.C et al. Atuação no trauma: Uma abordagem para a enfermagem. São Paulo: Atheneu, 2009. OLIVEIRA BFM, PAROLIN MKF, TEIXEIRA JR EV. Trauma: atendimento pré-hospitalar. 3 ed. São Paulo: Atheneu; 2014.					

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 596	Direitos Humanos, Sociais e Saúde	30	2	0	0
Ementa: A disciplina tem a finalidade de estimular à compreensão dos fundamentos e aspectos normativos inerente aos direitos humanos, sobretudo no que tange os direitos humanos relacionados e/ou aplicados à saúde.					
Bibliografia Básica: Bobbio, Noberto., A era dos direitos / Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 212p.					

TRINDADE, Antonio Augusto Cançado. Informação Obrigatória PG, **Tratado de direito internacional dos direitos humanos**.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 6a ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia complementar:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FIGUEIREDO, Mariana Filchtiner. **Direito Fundamental à Saúde: parâmetros para sua eficácia e efetividade**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007. p. 208.

GIOVANELLA, Lúcia (org). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. 2 ed. rev. e amp. / organizado por Lúcia Giovanella, Sarah Escorel, Lenaura de Vasconcelos Costa Lobato et al. – Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional**. 6a edição. São Paulo. Saraiva, 2017.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 283	Sistematização da Assistência em Enfermagem	30	2	0	0

Ementa: Disciplina teórica que enfoca o processo de enfermagem como fundamento para a prática do enfermeiro. Visa a análise das etapas da Sistematização da Assistência de Enfermagem dando ênfase ao diagnóstico de enfermagem.

Bibliografia Básica:

HORTA, Wanda de Aguiar. **Processo de enfermagem**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011. 95p.

CARPENITO-MOYET, L. J. **Diagnósticos de Enfermagem: Aplicação à prática clínica**. 13ª edição. Editora Artmed, Porto Alegre, 2012.

DOCHTERMAN, J. McCLOSKEY. **Classificação das intervenções de enfermagem**. 4ª edição. Editora Artmed, Porto Alegre, 2008.

NANDA. **Diagnósticos de Enfermagem da Nanda – Definições e Classificações**. Porto Alegre-RS: Ed. Artmed. 2007-2008.

Bibliografia complementar:

COREN-SP. Conselho Regional de enfermagem-SP. **Normatiza a Implementação da Sistematização da Assistência de Enfermagem - SAE - nas Instituições de Saúde, no âmbito do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1999. Anexo do Estado de São Paulo. São Paulo, 1999. Anexo

COREN-SP. Conselho Regional de Enfermagem -SP. **Sistematização**. 2000. 26:12-3.
Galdeano LE, Rossi LA, Nobre LF, Ignacio DS. **Diagnósticos de enfermagem no período transoperatório de cirurgia cardíaca**. Rev. Latino-am Enfermagem 2006; 2(11): mar/abr.

Limal LR, Stivalli MM, Oliveira CR, Chianca TCM. **Proposta de instrumento para coleta de dados de enfermagem em uma Unidade de Terapia Intensiva fundamentado em Horta**. Goiânia: Rev. Eletr. Enf. v.8 n.3. 2006

RISNER PB. **Diagnosis: analysis and synthesis of data**. In: Griffith-Kenney JW, Christensen PJ. Nursing Process application of theories, frameworks, and models. 2.ed. St. Louis, Mosby. 1986a. p.124-51.

SANTOS RR, PICCOLI M, CARVALHO ARS. **Diagnósticos de enfermagem emocionais identificados na visita pré-operatória em pacientes de cirurgia oncológica**. Cogitare Enferm 2007 jan/mar; 12(1): 52-61.

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 597	Toxicologia	60	4	0	0

Ementa:

Histórico da toxicologia; Agente tóxico; Toxicidade e intoxicação. Características da exposição à xenobióticos. Toxicocinética. Toxicodinâmica. Estudo dos efeitos nocivos causados por medicamentos, metais, solventes, gases e vapores, toxinas de origem animal, micotoxinas, toxinas bacterianas, drogas de abuso, agrotóxicos e plantas tóxicas no organismo humano.

Bibliografia Básica:

Andrade Filho, A.; Campolina, D.; Dias, M. B. **Toxicologia na prática clínica**. 2º ed. Editora Folium. 2013.

Klaassen, Curtis D. / Watkins III, John B. **Fundamentos em Toxicologia**. 2ª.ed. São Paulo: Amgh Editora Ed. 2012

Kent R. Olson. **Manual de Toxicologia Clínica**. 6ª.ed. São Paulo. Editora Artmed, 2014.

MÉNDEZ, M.D.C.; RIET-CORREA, F. **Plantas Tóxicas e Micotoxinoses**. Pelotas: UFPEL. 2000.

OGA, S. **Fundamentos de Toxicologia**. 2ª. ed. São Paulo: Editora Atheneu, 2014.

Bibliografia complementar:

CIT-RS. **Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes com Agrotóxicos – Organofosforados e Carbamatos**. (Série Manuais Técnicos, 2). Porto Alegre, 2000. 16p.

CIT-RS. **Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Lonomia**. Porto Alegre, 1998, 20p.

CIT-RS; FIOCRUZ/MS; ATOX. **Monografias em Toxicologia de Urgência – Para uso da Rede Nacional de Centros de Assistência Toxicológica**. Porto Alegre, 1997. 6

volumes CIT-SP; CEATOX; FMUSP. **Intoxicações por Inseticidas e Raticidas**. São Paulo. 15p.

MS/FNS. **Manual de Diagnóstico e Tratamento de Acidentes por Animais Peçonhentos**. Brasília, 2001

MS/SVS; OPAS. **Manual de Vigilância da Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**. Brasília, 1997. 69p

KATZUNG, B G. **Farmacologia: Básica e clínica**. 12. ed., AMGH Editora Ltda, Porto Alegre, 2014

Código	Nome da disciplina	Carga horária	Créditos		
			T	P	E
CCSD 598	Enfermagem em Gerontologia	60	2	1	0

Ementa: Estuda os fenômenos biopsicossociais envolvidos no processo de envelhecimento dos seres humanos. Aborda o processo de transição demográfica e epidemiológica, assim como o impacto do envelhecimento da população mundial, nacional e local; o conhecimento das principais políticas públicas voltadas à saúde do idoso, além de tratar das bases conceituais dos principais agravos à saúde do idoso, da avaliação multidimensional da pessoa idosa, compreendendo a rede de cuidado ao idoso.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Cadernos de Atenção Básica Envelhecimento e saúde da pessoa idosa n.19**, Ministério da Saúde, 2006.

ELIOPOULOS, Charlotte. **Enfermagem Gerontológica**. 7. Ed. Artmed. Porto Alegre, 2011. 568 p.

FREITAS, EV.; PY, L.; NERI, A.L.; et al., **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2006.

Bibliografia complementar:

BRASIL, Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Estatuto do Idoso**. Brasília. 2003.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria MS/GM n. 2.528, de 19 de outubro de 2006**.

Política Nacional de Saúde do Idoso. Brasília, Diário Oficial da União; Poder executivo, DF, 20 de out. 2006, seção 1, p. 142.

BLACKBURN, Elizabeth, EPEL, Elissa. **O segredo está nos telômeros**. Planeta: 2017. p 448. ISBN: 978854220997 LIMA-COSTA, M.F. MATOS, D.L. e CAMARANO, A.M. **Evolução das Desigualdades em saúde entre idosos adultos brasileiros – um estudo baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 1998, 2003)**. Ciências e Saúde Coletiva, vol 11, n 4 . 2006, p 941 – 950.

LEBRÃO, M.L. e LAURENTI, R. Saúde, bem estar e envelhecimento – O Estudo SABE no Município de São Paulo. Revista Brasileira de Epidemiologia, vol 8, n 2, 2005, p 127 – 141.

NERI, A.L. (org). **Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007, 288p.

10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

São atividades curriculares que possibilitam ao aluno ampliar conhecimentos de interesse para sua formação pessoal e profissional, com experiência e vivências acadêmicas dentro e ou fora da instituição. As Atividades Complementares têm a finalidade de enriquecer o processo de ensino e aprendizagem do aluno, privilegiando:

- ✓ A complementação da formação social e profissional;
- ✓ As atividades de disseminação de conhecimentos e prestação de serviços; ✓
As atividades de assistência acadêmica e de iniciação científica e tecnológica;
- ✓ As atividades desenvolvidas no âmbito de programas de difusão cultural.

Deste modo, essas atividades visam uma complementação à formação dos estudantes nos mais diversos eixos de atuação profissional e de interesse de vida, fazendo com que estes realizem e participem de ações outras, além de eventos científicos e culturais indispensáveis a preparação de um enfermeiro para o mercado de trabalho.

Nesse panorama, estão incluídas atividades não cotidianas como participação em eventos e reuniões científicas, encontros, simpósios, congressos, oficinas e quaisquer ações que fundamentem a aplicabilidade e relevância das áreas de atuação de um enfermeiro.

Fazem parte ainda dos componentes nesse contexto avaliativo, a participação em congressos de iniciação científica, atividades científicas dentro e fora do *Campus*, além da participação em coordenação de eventos de ensino, pesquisa.

As atividades serão integralizadas no momento em que o aluno comprovar, através de instrumentos previamente elaborados e legais, ter participado de pelo menos 45 horas de atividades dessa natureza (Anexo I).

11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)

A lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como uma prática educativa escolar supervisionada, que deve ocorrer no ambiente de trabalho e promover a integração do estudante, das escolas, da comunidade e da universidade, em consonância com o projeto pedagógico do curso.

Conforme o Regimento Geral da Ufac e Resolução nº 019, de 22 de maio de 2017, o Estágio é uma atividade acadêmica específica, disciplinada pela legislação vigente, definido como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação do discente para o trabalho produtivo.

Segundo a Lei n.º 11.788/2008, “o estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório”. Denomina-se Estágio Curricular Supervisionado aquele obrigatório, definido como componente curricular indispensável para integralização curricular. Portanto, o seu cumprimento é requisito indispensável à Colação de Grau e Expedição de Diploma.

O estágio curricular obrigatório é aquele definido no Projeto Pedagógico do Curso, como componente curricular indispensável para integralização curricular. O estágio curricular tem caráter eminentemente pedagógico e deve atender aos seguintes objetivos:

- oferecer ao discente a oportunidade de desenvolver atividades típicas de sua futura profissão na realidade social do campo de trabalho;
- contribuir para a formação de uma consciência crítica no graduando, em relação à sua aprendizagem nos aspectos profissional, social e cultural;
- oportunizar a integração de conhecimentos, visando à aquisição de competência técnico–científica comprometida com a realidade social;
- permitir, quando possível ou pertinente, a participação do estudante na execução de projetos, estudos ou pesquisas;
- contribuir para o desenvolvimento da cidadania integrando a Universidade com a comunidade.

As normas específicas para realização dos estágios estão apresentadas no regulamento próprio (Anexo II).

12 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O estágio não obrigatório, conforme a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, afirma no seu § 2º que “o estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”. A Resolução n.º 014 do CONSU, de 06 de dezembro de 2010, acrescenta, em seu § 2º, que esse referido estágio “se constitui em atividade de formação acadêmico-profissional do aluno”. Portanto, além do estágio obrigatório, os discentes podem fazer estágios em

ambientes profissionais específicos, desde que o horário das atividades de estágio não coincida com o horário do curso.

Para auxiliar docentes e discentes na promoção e desenvolvimento de estágios a Ufac dispõe da Diretoria de Desenvolvimento Estudantil (DDE), vinculada a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAES). Essa diretoria é responsável por assessorar e acompanhar, estagiários em ambientes profissionais.

O estágio não obrigatório deve ser previsto no Projeto Pedagógico do Curso, realizado voluntariamente pelo estudante para enriquecer a sua formação acadêmica e profissional, não podendo ter sua carga horária contabilizada para a integralização curricular.

De acordo com o art. 4º da Resolução CONSU n.º 14/2010, a realização do estágio obrigatório ou não obrigatório está condicionada ao cumprimento dos seguintes requisitos:

- Efetivação da matrícula do aluno, de acordo com o período letivo estabelecido na estrutura curricular;
- Formalização do Acordo de Cooperação entre a parte concedente do estágio (empresa) e a Ufac através de Convênio;
- Celebração de Termo de Compromisso entre o aluno, a parte concedente do estágio e a Ufac;
- Compatibilização entre as atividades desenvolvidas no estágio e as previstas no Termo de Compromisso (ver Resolução na Íntegra na pasta do CD-ROM da I Jornada Acadêmica/DIADEN-UFAC, Fevereiro 2013).

13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso - TCC é um componente curricular dos cursos de graduação que deve ser previsto para se garantir a consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos. O Trabalho de Conclusão de Curso passa a apresentar carga horária de 60 horas, a ser desenvolvido no 10º semestre. Esta disciplina permite uma imersão do aluno no campo de atuação da Enfermagem, dando embasamento acerca de questões relevantes respaldadas em literatura pertinente.

Cabe ressaltar que a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso dentre outras funções, aborda temas relacionados à idealização, estruturação, preparação e desenvolvimento de um trabalho científico, demonstrando as características de um

bom trabalho científico. Dentre os objetivos da disciplina TCC tem-se: entender as etapas de elaboração de um projeto; conhecer as normas utilizadas para realização do projeto, incluindo aquelas normas previstas para a elaboração de proposta/projeto que contenha os objetivos, a metodologia e a revisão bibliográfica. Em consonância com os objetivos que culminam na habilidade de criar, coordenar e avaliar projetos; habilidades estas necessárias para o desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso.

Ao finalizar o TCC o aluno deverá apresentar material impresso de acordo com os parâmetros da ABNT ou de acordo com as regras de publicação de qualquer revista científica com indexação. O material produzido deverá ser submetido a uma banca de avaliação composta por três membros. Farão parte da banca: o orientador, docente desta IFES, além de dois outros profissionais indicados pelo orientador e que podem pertencer a esta ou qualquer IFES. Caso o orientador esteja impossibilitado de compor a banca, deverá indicar um substituto para o evento em tempo hábil.

Ainda, o trabalho deverá ser apresentado oralmente à banca, sendo que tanto a apresentação, quanto a arguição serão abertas a quem possa interessar assistir, sendo, contudo, o pronunciamento restrito aos membros da banca.

As regras de padronização geral do trabalho escrito, da apresentação oral, da arguição, bem como os prazos e produtos a serem entregues pelo acadêmico serão regidos pelo regulamento próprio (Anexo III). Todas as ocorrências não previstas no regulamento serão tratadas em Colegiado do Curso.

14 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

A curricularização da extensão diz respeito às atividades culturais e científicas organizadas e desenvolvidas por discentes, articuladas com o ensino e a pesquisa e integram o currículo do curso de Enfermagem, constituindo-se em requisito obrigatório para a integralização dos créditos estabelecido em seu Projeto Pedagógico. Estas atividades de extensão são uma possibilidade de atuação do discente que visa articular as funções de ensino e pesquisa, ampliando e viabilizando a relação entre a Universidade e a sociedade e integram a estrutura curricular do curso de graduação de Enfermagem – Bacharelado, da Universidade Federal do Acre. As atividades de extensão podem ser:

Curricular extensionista: em um total de 410h que deverão ser cumpridas com a participação em Programas e Projetos, Cursos de Extensão e Eventos. São

atividades curriculares, fora da sala de aula, contida na estrutura curricular do curso, em um total de 410 horas, tais como: organização de eventos, bolsistas de programas e projetos de extensão, preparação e ministração de cursos temáticos, monitorias em eventos, e outras atividades de caráter extensionistas que possam ser parte do aprofundamento da formação acadêmica em Enfermagem, com a devida comprovação. Essas atividades são organizadas na estrutura curricular em três eixos: Programas e Projetos, Cursos de Extensão e Eventos (Regulamento no Anexo IV).

15 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

15.1 Sistemática de Avaliação

A avaliação não pode mudar um sistema educativo que, no restante permanece imóvel.
(Perrenoud,1999)

É focada na premissa defendida por Perrenoud que a *cultura avaliativa*, inerente às ações educativas surge como elemento determinante para o sucesso na gestão dos cursos, na medida em que permite um olhar, cuidadoso, constante e global aos processos educativos. Deve ser realizada continuamente, utilizando metodologias, modalidades e mecanismos variados de modo a informar à comunidade envolvida acerca do desenvolvimento didático-pedagógico do ensino, da evolução do processo de pesquisa, da extensão e da gestão.

Os processos avaliativos terão como foco as dimensões: **avaliação da aprendizagem**, a **ação dos docentes**, a **gestão dos cursos**, a **estrutura curricular e a interface entre ensino, pesquisa e extensão** no contexto da avaliação institucional. Seja qual for o foco de preocupação, a metodologia e ou modalidade usada, a avaliação será realizada dentro da concepção de que deve desencadear decisões e assegurar soluções.

A avaliação concedida enquanto processo decisório entende que as metodologias, modalidades e instrumentos estejam voltados para uma ação avaliativa que permita:

“mudar radicalmente o processo avaliativo do aluno, não mais voltado à mera frequência e às notas das provas, mas à pesquisa e a elaboração própria. Está em jogo sua capacidade de questionar e reconstruir, na teoria e na prática, com qualidade formal e política. Busca-se avaliar as condições de formação da competência, dentro de um processo evolutivo sustentado de longo prazo, através sobretudo de um sistema de acompanhamento cuidadoso e dedicado, mas do que por notas, semestre a semestre. Avaliar não é apenas medir, mas sobretudo sustentar o desempenho positivo dos alunos (...) não se avalia para estigmatizar, castigar, discriminar, mas para garantir o direito a oportunidade. As dificuldades devem ser transformadas em desafios, os percalços em retomadas e revisões, as insuficiências em alerta”. (Demo, 2000, p. 97).

Assim, a avaliação deve ser entendida de forma ampla como atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. Dessa forma, ela deve ser percebida como movimento de reflexão desses atores sobre os elementos constitutivos do processo de ensino e aprendizagem e da gestão acadêmica como um todo.

Em um processo de avaliação qualitativo é necessário que se estabeleça diferentes modalidades avaliativas no decorrer da formação, tais como avaliação processual, avaliação contínua e a avaliação credencial. (FORGRAD, 2000).

A avaliação processual constitui-se na análise e reflexão do programa de aprendizagem e atividades curriculares e do desenvolvimento do aluno e ação do professor.

A avaliação contínua é entendida para além da temporalidade, ou seja, aquela realizada ao longo do processo formativo. O caráter de continuidade deve ter como foco, o desenvolvimento dos aspectos cognitivos dos educandos permitindo dar prosseguimento ao seu pensamento com autonomia, criticidade e criatividade.

Por fim, avaliação credencial, que vem representar a somatória e a valoração aferida pelos diferentes instrumentos utilizados no âmbito das atividades educativas.

A avaliação qualitativa, como foi explicitada acima, não implica o abandono dos índices quantitativos para o processo de avaliação. Faz-se necessário, entretanto, relativizá-los, resgatando o caráter indispensável das abordagens qualitativas para o êxito e legitimidade do processo. Assim, elementos constitutivos das ações educativas devem ser avaliados: projeto político-pedagógico, atividades curriculares, opções metodológicas, relação professor aluno, instrumentos e tempos avaliativos, atentando para as particularidades de cada componente curricular (atividade de pesquisa, aulas de explicação e socialização de teorias, atividades teórico-práticas, atividades em

ambientes especiais, trabalhos colaborativos, seminários, projetos, aulas integradas, leituras orientadas, entre outros).

Partindo do caráter múltiplo da avaliação, entende-se que este deva garantir que as ações avaliativas possam agir desencadeando de maneira adequada, observando e interpretando de maneira pertinente, comunicando de modo útil e remediando de modo eficaz. Tornando-se assim em avaliação formativa, que é necessariamente acompanhada de uma intervenção diferenciada respeitando os diversos ritmos e formas de apreender.

Entendendo por fim que a avaliação é um instrumento de poder, recomendase que tecnicamente o avaliador torne os dispositivos transparentes, deontologicamente evite avaliar em um contexto de relação de forças e eticamente somente aceitar exercer seu poder de avaliador se ele contribuir para que o avaliado assuma o poder sobre si mesmo enquanto ser autônomo. (Hadji, 2001).

15.2 Avaliação da Aprendizagem

Com o objetivo de acompanhar a vida acadêmica do aluno, assessorando no seu desenvolvimento de modo que este possa estar consciente de suas possibilidades, potencialidades e limites, a avaliação pedagógica deve:

- Promover a autonomia do estudante através de processos abertos e auto-avaliativos.
- Ter como objetivo os aspectos qualitativos tendo na dimensão quantitativa meios e não fins.
- Permitir, a partir de critérios justos e equânimes, o crescimento do aluno e não a classificação e a exclusão.
- A avaliação pedagógica deve pautar-se pelas normas definidas na instituição. (Regimento Interno e Resolução nº 01, de 02 de Março de 1984 - CEPEX).

16 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

Instituída pela Lei n. 10.681 de 14 de abril de 2004 e regulamentada pela Portaria n.º 2.051, de 09 de julho de 2004 do Ministério da Educação. A Avaliação

Interna ou Autoavaliação é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações.

Conforme o Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, CAPÍTULO IV, Art. 58. A avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes será realizada no âmbito do SINAES, nos termos da legislação aplicável.

§ 1º O SINAES, a fim de cumprir seus objetivos e atender a suas finalidades constitucionais e legais, compreende os seguintes processos de avaliação institucional:

- I - Avaliação interna das instituições de educação superior;
- II - Avaliação externa das instituições de educação superior;
- III - Avaliação dos cursos de graduação; e
- IV - Avaliação do desempenho acadêmico dos estudantes de cursos de graduação.

O sistema de auto avaliação do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Ufac observará indicadores de ensino, pesquisa e extensão e estará respaldado em indicadores quantitativos e qualitativos.

Os aspectos quantitativos que subsidiarão a avaliação do curso incidirão em dados de fluxo estudantil, como número de candidato vaga no processo seletivo, frequência, taxas de evasão, repetência, rendimento escolar, bem como dados semestrais das avaliações, realizadas pelos estudantes, das disciplinas cursadas e dos dados anuais das avaliações realizadas pela CPA – Comissão Própria de Avaliação, dentre outros que são comparados com os dados estatísticos oficiais fornecidos pelo INEP.

A avaliação dos docentes, dentro do processo de avaliação quantitativa - qualitativa, permitirá um acompanhamento das ações do professor por parte: dos discentes; do colegiado; da autoavaliação docente; Tutoria aos docentes em estágio probatório e avaliação das condições de trabalho.

Como aspectos qualitativos ocorrerão o acompanhamento da inserção do egresso do curso no mercado de trabalho, inclusive com o acompanhamento dos resultados dos concursos públicos, além de outros indicadores qualitativos tomados como referência a partir dos eventos pedagógicos que serão promovidos pelo curso

quando da ocorrência de debate acadêmico entre discentes, docentes e egressos. Serão ainda agregados ao processo de autoavaliação do curso os resultados das avaliações externas desenvolvidas pelos MEC, como o Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE) e os Pareceres das comissões de especialistas indicadas pelo MEC, para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento do curso.

Cabe ao colegiado do curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante, propor projetos que possibilitem estar continuamente avaliando a aprendizagem; Gestão e estrutura curricular com objetivo de:

- Garantir a instalação de metodologias que primem por planejamentos coletivos que visem integrar o máximo possível as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- Estar acompanhando a implantação da estrutura curricular sempre em uma discussão aberta e coletiva.
- Acompanhar as orientações legais, teóricas e as necessidades práticas de forma a manter o currículo sempre atualizado.

A aplicação, análise e resultado da autoavaliação do curso é responsabilidade do Núcleo Docente Estruturante (NDE), que deve elaborar um plano de ações de melhorias ou manutenção a curto, médio e longo prazo.

A avaliação interna a ser instituída no Curso de Bacharelado em Enfermagem terá como objetivo a permanente busca da melhoria da qualidade do curso. Acontecerá no fim de cada semestre letivo, momento em que o aluno preencherá um questionário que ficará disponível no portal do aluno relacionado à disciplina, professor e aluno.

17 CORPO DOCENTE

Considerando-se os docentes como sujeitos sociais envolvidos diretamente no processo ensino-aprendizagem, espera-se que:

- sejam comprometidos com o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem;
- tenham uma postura ética com a sociedade, proporcionando uma educação cidadã e solidária;
- tenham atitudes críticas, reflexivas e criativas, promovendo o diálogo com o discente, estimulando-o a refletir sobre a realidade em que está inserido;

- sejam comprometidos com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, estabelecendo articulação entre a teoria e prática;
- dominem o conteúdo em sua articulação teórico-prática, sendo capazes de buscar com as discentes explicações acerca da realidade podendo construir uma elaboração própria;
- busquem a integração dos saberes através da interdisciplinaridade, visando transversalizar seu conhecimento técnico-científico com os demais saberes necessários a formação do discente;
- proporcionem um enfoque pedagógico no qual as relações de ensino-aprendizagem entre docentes e discentes consolidem-se como experiências de aprendizagem;
- considerem o saber e a cultura do discente como sujeito de sua história, devendo ser compreendido no seu todo.

O docente deve oportunizar ao discentes situações de aprendizagem, nas quais o mesmo possa desenvolver a capacidade de enfrentar os desafios frente a situações, construir a autonomia e tomar decisões através do uso do conhecimento em suas diferentes dimensões.

O curso de enfermagem conta com o apoio de docentes enfermeiros e docentes de formação nas demais áreas ofertando disciplinas pertinentes ao currículo, que atuam assessorando atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atualmente, conta com 29 docentes enfermeiros, sendo 17 doutores, nove mestres, destes, sete em fase de doutoramento e três especialistas.

QUADRO DE DOCENTES ENFERMEIROS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM

	NOME	Regime de trabalho	TIT.
1	André Ricardo Maia da Costa de Faro	DE	Mestre
2	Andréa Ramos da Silva Bessa	DE	Doutora
3	Ana Kácia da Silva Cavalcante Ferreira	DE	Especialista
4	Anne Grace Andrade da Cunha Marques	DE	Mestre
5	Carlos Frank Viga Ramos	DE	Mestre
6	Cláudia Machado Alves Pinto	DE	Mestre
7	Clisângela Lago Santos	DE	Doutora
8	Creso Machado Lopes	DE	Doutor
9	Danúzia da Silva Rocha	DE	Doutora
10	Estanislau Paulo Klein	DE	Doutor
11	Greiciane da Silva Rocha	DE	Doutora
12	Herleis Maria de Almeida Chagas	DE	Doutora

13	Ionar Cilene de Oliveira Cosson	DE	Doutora
14	Isabela Nogueira Pessoa	DE	Doutora
15	Jaçamar Aldenora dos Santos	DE	Mestre
16	Katiúscia Larsen de Abreu Aguiar	DE	Mestre
17	Kizzy Montini Ramos Soares	DE	Especialista
18	Margarida de Aquino Cunha	DE	Doutora
19	Mariane Albuquerque Lima Ribeiro	DE	Mestre
20	Maria Cleide Bezerra Mota	DE	Especialista
21	Maria Fernanda de Sousa Oliveira	DE	Doutora
22	Patrícia Rezende do Prado	DE	Doutora
23	Polyana Caroline de Lima Bezerra	DE	Doutora
24	Sandra Maria Sampaio Enes	DE	Mestre
25	Sheley Borges Gadelha	DE	Mestre
26	Simone Perufo Opitz	DE	Doutora
27	Suleima Pedroza Vasconcelos	DE	Doutora
28	Thatiana Lameira Maciel	DE	Doutora
29	Valéria Rodrigues da Silva	DE	Doutora

18 METODOLOGIA ADOTADA PARA A CONSECUÇÃO DA PROPOSTA

Os princípios metodológicos que permeiam as ações acadêmicas são traduzidos pelo movimento da ação-reflexão-ação, em que o foco deve estar voltado para o campo de atuação do futuro profissional e a interlocução entre saberes acadêmicos, científicos e os saberes próprios das comunidades tradicionais. Teoria e prática são inseparáveis, uma visualiza a outra com uma postura investigativa. A teoria não é verdade absoluta, é uma possibilidade, dentre muitas outras. A prática não é imutável, existe para ser examinada, alterada ou mantida a partir dos processos de ação-reflexão-ação.

Os saberes constitutivos da formação profissional e a construção da identidade devem ser garantidos e desenvolvidos de forma concomitante e com igual importância ao longo de todo o processo formativo. Os cursos, prioritariamente, se constituem num espaço estimulador de uma postura crítica-reflexiva, frente ao desenvolvimento pessoal, profissional e organizacional.

A identidade profissional é construída processualmente a partir da leitura crítica dessas três dimensões, articuladas entre si e localizadas historicamente. Nesse sentido, a mobilização de saberes tradicionais, da experiência e do conhecimento

sistematizado irão mediar o processo de construção da identidade dos futuros profissionais.

Tais saberes devem ser valorizados, problematizados e investigados ao longo da formação. Aprender para aplicar depois abre espaço para aprender fazendo, aplicando já no processo de formação vivenciado nos cursos. Aprender, aplicar e construir novos saberes fazem parte de um mesmo processo.

Nessa direção, o esforço metodológico para a formação passa pela compreensão das diversas teorias que orientam o fazer profissional de cada área, explicitando-as e relacionando-as com a prática realizada, tornando esse movimento um eixo balizador do processo formativo.

Portanto, a metodologia visa o processo formativo em sua totalidade, considerando as dimensões de metodologias de aprendizagem, metodologia de implantação, gestão e avaliação dos cursos. Em todas as dimensões, os processos metodológicos serão balizados pelos seguintes princípios: Ancorado em uma concepção de aprendizagem dialógica, que promova o diálogo igualitário, a pluralidade cultural, a transformação, as habilidades de aprender a aprender, a superação da lógica utilitarista que reafirma a si mesma sem considerar as identidades e as individualidades, a solidariedade, a diversidade e as diferenças de formas e ritmos de aprendizagens.

Concebe o currículo como um processo aberto sendo continuamente revisado, visto que, tanto os conhecimentos quanto os processos educativos são velozmente gerados, criados e recriados, armazenados, difundidos, e absorvidos, modificando assim, o papel das instituições educacionais e aumentando sua complexidade; Visão inter, multi e transdisciplinar nas diversas áreas do conhecimento, permitindo o diálogo constante no interior dos cursos, entre os cursos, os centros acadêmicos a extensão e pesquisa; Autonomia como princípio educativo, presente nas relações pedagógicas de modo a transformar a aprendizagem em um processo autônomo e contínuo.

Cultura de avaliação, como um processo inerente às ações educativas com vistas a estar continuamente corrigindo percursos; Democracia na gestão dos processos acadêmicos e nas relações interpessoais e profissionais; Usos das novas tecnologias na otimização da aprendizagem; Relação teoria e prática como elemento integrador dos componentes da formação profissional, possibilitando fortalecimento e a valorização do ensino e da pesquisa individual e coletiva; Valorização dos saberes das comunidades tradicionais, integrando nas atividades os cientistas urbanos e os pesquisadores da mata, os alunos e os moradores nas atividades de sala de aula,

laboratório e de campo de forma a estar promovendo a interlocução dos saberes; Institucionalização da participação dos atores das comunidades tradicionais, nos projetos de pesquisa, no reconhecimento do notório saber, nas atividades.

O curso de Bacharelado em Enfermagem apresenta o cronograma de 05 (cinco) anos para o cumprimento da carga horária total de 4.640 horas e conclusão das disciplinas.

Para aperfeiçoar o conhecimento, as disciplinas interagem entre si através de disciplinas práticas, pois entende-se que a formação não pode se restringir à mera assimilação e recepção passiva de conteúdo. O graduando deverá ser capaz de lidar, em geral, com textos de alta complexidade lógico conceitual, e, sobretudo, deverá ser capaz de exprimir-se (oralmente e por escrito) com clareza e coerência argumentativas. Essas atividades foram incorporadas às várias disciplinas, constantes na estrutura curricular do curso. Tais atividades visam desenvolver nos graduandos a capacidade de se exprimir com clareza e pertinência argumentativa próprias; envolvendo, sobretudo, a discussão de interpretações, problemas e tentativas de solução. Além dessas, as atividades previstas neste Projeto Pedagógico e que deverão fazer parte do currículo, são:

- **Aulas teóricas:** os principais meios de acesso ao conhecimento e de interação dos professores com os alunos e dos alunos com os seus pares. Serão nestas aulas em que, além de ocorrerem discussões sobre os tópicos específicos do conhecimento, surgirão os questionamentos, por parte do estudante. Através delas, os estudantes receberão a orientação em relação ao estudo que deverão realizar para adquirir base do conhecimento pretendido. É importante salientar a participação do professor não apenas como mediador do processo ensino-aprendizagem, mas também como sujeito responsável pelo desenvolvimento de práticas que permitam ao aluno a sua relação/interação/compreensão de situações práticas de sua área de formação, de forma que o mesmo desenvolva competências e habilidades mínimas necessárias ao exercício da profissão.
- **Aulas de laboratório ou campo:** os alunos terão oportunidade de experimentar e ou comprovar, ou não, os conceitos abordados nas aulas teóricas. Nestas aulas os alunos realizarão modelos e experimentos, tendo a oportunidade de desenvolver as suas próprias metodologias de aprendizagem. Deste modo, eles poderão realizar as análises dos resultados experimentais obtidos e deverão procurar as explicações para os eventuais desvios, discordâncias e erros verificados. Isto permite a análise de objetos de estudo (teóricos-práticos) sob diversos olhares

constituindo-se questionamentos permanentes e contribuindo para a formação de profissional crítico.

- **Trabalhos bibliográficos:** a biblioteca deverá ser utilizada de forma ampla, durante os anos que os alunos permanecerem na universidade. Os professores deverão incentivar a pesquisa bibliográfica.
- **Trabalhos e projetos técnicos:** para incentivar a criatividade do estudante e propiciar ao aluno a análise e, muitas vezes a intervenção em situações que exigem o uso de literatura (livros, monografias, manuais, catálogos, etc.), de equipamentos e o desenvolvimento de ações de intervenção, promovendo a indissociabilidade entre ações de ensino, pesquisa e extensão.
- **Visitas técnicas:** poderão ser realizadas durante todo o período de duração do curso. Este fato permitirá que o aluno tenha contato com o lado aplicado do conhecimento que está adquirindo, assegurando uma dinâmica de aula capaz de estimular o interesse e as aplicações adequadas nas ações dos futuros profissionais.

O contínuo aperfeiçoamento do processo ensinar-aprender deverá ser construído coletivamente, num espaço de diálogo que valorize as relações teoria/prática, sujeito/objeto e reflexão/ação/reflexão. Essa dimensão prática estará permeando todo o trabalho na perspectiva da sua aplicação didática, social, econômica e cultural.

19 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), de acordo com a Resolução CONAES n.º 01, de 17 de julho de 2010, OF.CIRC.MEC/INEP/DAES/CONAES N.º 0074, de 31 de agosto de 2010 e o Regimento Geral da Ufac, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas, de natureza consultiva, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso de graduação. São atribuições do NDE:

- contribuir para consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; e,

- zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

A composição do NDE deve ser definida pelo Colegiado de Curso e ter em sua composição um mínimo de: 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do Curso; 60% (sessenta por cento) dos seus membros devem possuir titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; e, 20% (vinte por cento) dos seus membros devem ter regime de trabalho integral.

Os docentes serão eleitos para o NDE pelo Colegiado de Curso pelo prazo de 03 (três) anos, sendo renováveis os seus mandatos, respeitado o Regimento Geral da Ufac. O NDE será presidido por um de seus membros, eleito pela maioria, para um mandato de 03 (três) anos, podendo ser reconduzido.

20 INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL PARA O FUNCIONAMENTO DO CURSO

Espaço Docente

Quantidade: 11 salas

Capacidade: 11 salas com capacidade para 4 docentes, utilizado para sala de professores.

Espaço Multimeios

Sala ambiente do curso de enfermagem

Espaço para atividade administrativa

Sala para Secretaria e sala da Coordenação do curso de enfermagem

Salas de aula

Dispõe de quatro salas de aula com recurso de mídia com capacidade para até 40 alunos.

Laboratório de Informática

Em fase de reestruturação, com sala reformada e equipamento já adquirido.

Instalação de Laboratórios

Laboratórios de Apoio ao Ensino de Conteúdos Básicos:

- Laboratório de anatomia

Laboratórios de Apoio ao Ensino de Conteúdos Profissionalizantes Gerais:

- Laboratório de enfermagem

21 LEGISLAÇÃO BÁSICA

O Projeto Pedagógico do Curso está fundamentado pela Legislação Federal vigente e as normas internas da Ufac. **a) Legislação Federal**

- **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;
- **Resolução cne/CES**
- **Resolução CNE/CP n.º 1, de 17 de junho de 2004** – Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005**, que regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- **Portaria Normativa/MEC n.º 40, de 12 de dezembro de 2007**, reeditada em 29 de dezembro de 2011. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e outras disposições;
- **Resolução CNE/CES n.º 3, de 02 de julho de 2007** – Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dar outras providências;
- **Lei n.º 11.788/2008, de 25 de setembro de 2008** - que dispõe sobre o estágio de estudantes;
- **Portaria Sinaes n.º 1.081, de 29 de agosto de 2008** - aprova em extrato o instrumento de avaliação de Cursos de Graduação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior –Sinaes;
- **Resolução Conaes n.º 01, de 17 de junho de 2010** - Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;
- **OF.CIRC. MEC/INEP/DAES/CONAES N.º 0074, de 31 de agosto de 2010** - Comunica definição do NDE, atualização do PDI e PPC e retificação dos Instrumentos de Avaliação;

b) Normas e Legislação Institucional – Ufac

- **Regimento Geral da Ufac (2013)** – regulamenta os dispositivos constantes no Estatuto da Universidade Federal do Acre nos aspectos de organização e de funcionamento comuns aos vários órgãos e às instancias deliberativas;
- **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015 – 2019** - Aprovado pelo Conselho Universitário, de acordo com a Resolução nº 004, de 03 de fevereiro de 2015, é o instrumento legal de planejamento e gestão que reflete o atual estágio da Instituição no contexto nacional da política de Educação Superior.
- **Resolução Reitoria n.º 05, de 01 de fevereiro de 2008**, aprova *ad referendum* do Conselho Universitário, a organização da Oferta dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Acre, anexos I e II – homologada pela **Resolução Consu n.º 08, de 15 de abril de 2008** e alterada pela **Resolução Reitoria n.º 24, de 11 de agosto de 2008**;
- **Resolução Reitoria n.º 03, de 29 de janeiro de 2009** - regulamenta no âmbito da Ufac a modalidade de estágio não-obrigatório, homologada pela a **Resolução Consu n.º 08, de 05 de fevereiro de 2009**, determina a inclusão da modalidade de estágio não obrigatório nos Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Acre;
- **Resolução Cepex n.º 14, de 06 de dezembro de 2010**, resolve: aprovar as Normas Gerais de Estágio Supervisionado definindo as diretrizes de estágio para os cursos de Licenciatura e Bacharelado da Universidade Federal do Acre;
- **Resolução Reitoria n.º 06, de 30 de agosto de 2011**, aprova *ad referendum* e estabelece normas para o horário de realização das Práticas e Estágios dos cursos de graduação da Ufac, homologada pela **Resolução Cepex n.º 026, de 14 de outubro de 2011**.

22 REFERÊNCIAS

1. BRASIL, **Lei nº 9394/96, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases para a Educação Nacional. Diário Oficial, Brasília, Ano CXXXIV, nº 248, 23.12.96, pp.27.833-27.841.
2. BRASIL. ACRE. **Plano de Manejo. Parque Nacional da Serra do Divisor**. Rio Branco: Associação SOS Amazônia, 1998.
3. BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos da Atenção Básica. **Estratégias Saúde da Família. A implantação de uma unidade de Saúde da Família**. Brasília, 2000.
4. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília, 1997.
5. BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2004(a). Uma Análise da Situação de Saúde**. Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação de Saúde. Brasília, 2004.
6. BRASIL, Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2004(b). Agenda de Compromissos para a Saúde Integral da Criança e Redução da Mortalidade Infantil**. Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília, 2004.
7. BRASIL, Secretaria de Estado e Saúde do Acre – SESACRE, 2005.
8. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO/ CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. **Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem**. Resolução CNE/CES Nº 3, 2001.
9. DEMO, Pedro. **A Nova LDB: Ranços e Avanços**. São Paulo: Papirus, 1997. 111p.
10. FORUM DE PRO-REITORES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS – FORGRAD. **Política Nacional de graduação**. Manaus/AM: EDUA, 2004.
11. FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
12. FREIRE, P. **Educação e mudança**. 23 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999. 79p.
13. HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Tradução por Patrícia C. Ramos. Porto Alegre: ARTEMED Editora, 2001.136p.
14. **HISTÓRIA DA ENFERMAGEM**. Disponível em http://planeta.terra.com.br/saude/ssciencia/historia_da_enfermagem.htm. Acessado em 12/01/2004.
15. <http://www.ac.gov.br/> acessado em 22 de Outubro de 2005
16. IMBERNÓN, F. (org.). **Educação no Século XXI: Os desafios do Futuro imediato**. Traduzido por Ernani Rosa. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.205p.
17. MACEDO, Elizabeth e LOPES, Alice Casimiro (Org's). **Currículo: debates contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2002 (Série cultura memória e currículo)
18. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Plano Nacional de Educação**.

Brasília 2001

19. OLIVEIRA, Inês Barbosa de (Org.). **Alternativas Emancipatorias em Currículo**. São Paulo: Cortez, 2004 (Série cultura, memória e currículo)
20. PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Traduzido por Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.183p.
21. POPKEWITZ, Thomas S. **Reforma Educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação**. Traduzido por Betriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. 294p.
22. SACRISTAN, J. Gimeno, GOMEZ, A.I. Peres. **Compreender e transformar o ensino**. Traduzido por Ernani F. da Fonseca Rosa. 4ª ed., Porto Alegre: ARTEMED.Editora,1998.396p.
23. SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e a prática de avaliação e reformulação de currículo**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1995. 151p.
24. SAUPE, Rosita (org.). **Educação em Enfermagem: da realidade construída à possibilidade em construção**. Florianópolis: Ed. Da UFAC, 1998.
25. TOMMASI, Livia, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.279p.
26. TORRES, Rosa Maria. **melhorar a qualidade da Educação Básica? As estratégias do Banco Mundial**. In. TOMMASI, Livia, WARDE, Mirian Jorge, HADDAD, Sérgio (orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996. 279
27. <http://datasus.gov.br>

ANEXOS

ANEXO I: Regulamentação das Atividades Complementares

ANEXO II: Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado (Obrigatório).

ANEXO III: Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

ANEXO IV: Regulamento da Curricularização da Extensão.

Portaria Ministerial Nº 74, de 15 de Janeiro de 1980. Documento legal de autorização do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Acre.

Portaria SERES/MEC Nº 823, de 30 de dezembro de 2014. Renovação de reconhecimento do curso de Bacharelado em Enfermagem.

Portaria Nº 44, de 05 de janeiro de 2017. Coordenação do curso de bacharelado em enfermagem.

Portaria nº 674 de 03 de março de 2016: Comissão Técnica de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Enfermagem (NDE)

Portaria nº 1.632, De 20 de Junho de 2017. Composição Do Colegiado Do Curso De Bacharelado Em Enfermagem

Ata de aprovação do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Bacharelado em Enfermagem pelo Núcleo Docente Estruturante.

Ata de aprovação do Projeto Pedagógico Curricular do Curso de Bacharelado em Enfermagem pelo Colegiado de Enfermagem.

ANEXO I

Anexo I – Regulamentação das Atividades Complementares

O Colegiado do Curso de Enfermagem, no uso de suas atribuições, e considerando:

- a Resolução CNE/CES nº 2/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- a necessidade de regulamentar a integralização da carga horária de 45 horas pelos alunos que realizarão Atividades Complementares;

RESOLVE:

TÍTULO I – Da definição de Atividades Complementares no curso de Enfermagem

Art. 1º - São consideradas Atividades Complementares (AC):

- PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS pertinentes aos conteúdos de estudos do Curso, com carga horária máxima a ser incorporada de 30 (trinta) horas/aula;
- INICIAÇÃO PROFISSIONAL – ESTÁGIO NÃO CURRICULAR, com carga horária máxima a ser incorporada de 15 (quinze) horas/aula;
- MONITORIA, com carga horária máxima a ser incorporada de 15 (quinze) horas/aula;
- LIGA ACADÊMICA cadastrada na UFAC, com carga horária máxima a ser incorporada de 15 (quinze) horas/aula;
- INICIAÇÃO À PESQUISA, com carga horária máxima a ser incorporada de 15 (quinze) horas/aula;
- PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS, com carga horária máxima a ser incorporada de 15 (quinze) horas/aula.

§ 1º - A carga horária a ser conferida às Atividades Complementares é de 45 horas, conforme o estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso de Enfermagem, distribuídas por no mínimo duas atividades;

TÍTULO II - Da comissão de Atividades Complementares

Art. 2º - Fica constituída a Comissão de Atividades Complementares, presidida pelo Coordenador do Curso de Enfermagem e formada, além deste, por dois professores indicados pelo Colegiado do Curso. A esta Comissão caberá a avaliação das Atividades Complementares relacionadas no art. 1º e a observância desta Resolução.

§ 1º Os membros da Comissão de Atividades Complementares terão mandato de 02 (dois) anos, com o direito à reeleição, exceto o Coordenador do Curso de Bacharelado em Enfermagem, cujo mandato é prerrogativa da função que desempenha.

§2º Em caso de impedimento do Coordenador do Colegiado do Curso, este será substituído pelo vice-coordenador que, para este fim, exerce função supletiva.

§ 3º A Comissão terá como atribuições:

- I – Avaliar a qualidade acadêmica das atividades propostas e se estão de acordo com esta resolução;
- II- Encaminhar à Coordenação do Curso de Enfermagem o relatório final das atividades desenvolvidas pelos alunos;
- III – O relatório final deverá ser encaminhado de acordo com o calendário estipulado pela coordenação.

Art. 3º - As atividades complementares permitem aos alunos a incorporação ao currículo de até um máximo de 45 (quarenta e cinco) horas/aula. As atividades complementares se constituem em uma obrigatoriedade para o aluno integralizar o currículo.

TÍTULO III – Dos procedimentos e avaliações

§ 1º - A incorporação de carga horária referente a Atividades Complementares deve ser solicitada pelo aluno à Coordenação do Curso de Enfermagem, mediante a apresentação de documentação comprobatória original, de acordo com as especificações expressas nesta Resolução.

§ 2º - O aproveitamento da carga horária para as atividades descritas abaixo é independente do usufruto de bolsas ou de outras formas de auxílio e remuneração.

§ 3º - A participação em Atividades Complementares poderá resultar de propostas oferecidas pela Ufac ou de iniciativas dos próprios alunos.

Art. 4º – A avaliação das atividades desenvolvidas obedecerá aos seguintes critérios:

§ 1º – Para PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS

I - O reconhecimento como AC da participação de aluno em seminário ou evento, seja como participante, como expositor ou organizador, dependerá de avaliação do relatório entregue pelo aluno, juntamente com o comprovante de participação que deverá indicar carga horária do evento e frequência do estudante. Somente serão consideradas participações em eventos cuja temática seja pertinente aos conteúdos do currículo de Enfermagem. II – A carga horária de AC para participação em seminários e eventos computada será de até 15 (quinze) horas por semestre, não ultrapassando 45 (quarenta e cinco) horas totais.

§ 2º - Para a INICIAÇÃO À PESQUISA:

I – Serão consideradas as atividades comprovadas mediante a entrega do plano de trabalho aprovado em iniciação científica cadastrado na Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PROPEG.

II - O aluno poderá converter em AC até 15 (quinze) horas de participação em pesquisa por semestre, não ultrapassando 45 (quarenta e cinco) horas totais.

§ 3º - Para INICIAÇÃO PROFISSIONAL – ESTÁGIO NÃO CURRICULAR

I - Serão considerados como AC as atividades de estágios oferecidos por empresas e instituições em convênio com a Ufac;

II - Os estágios não conveniados serão encaminhados a Comissão de Atividades Complementares para avaliação da possibilidade de conversão de sua carga horária em AC;

III – O aluno poderá converter em AC até 15 (trinta) horas totais da carga horária relativa a estágio profissional conveniado, e para os não conveniados aceitos.

IV – Não serão considerados como AC atividades de estágio obrigatório.

§ 4º - Para MONITORIA:

I - Serão considerados como AC atividades de monitoria desde que o aluno entregue relatório das atividades desenvolvidas, devidamente assinado pelo professor orientador.

II - O aluno poderá converter em AC até 15 (quinze) horas de monitorias totais.

§ 5º – Para PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS:

I – Para ser considerados como AC as publicações dependerão ser comprovadas por meio da entrega do texto completo, referências da publicação e do relatório de avaliação do aluno.

II- Para ser considerada como AC a publicação deverá ser pertinente aos conteúdos do currículo de Enfermagem.

III - As publicações serão contabilizadas conforme o quadro abaixo, não ultrapassando 15 (quinze) horas totais:

Tipo de publicação	Especificação	Carga horaria
Artigo em periódico científico	Periódico impresso	15h
	Periódico online	15h
Livro	Capítulo de livro	15h
	Livro organizado	15h
	Autor de livro	15h
Anais em eventos científicos	artigo completo	10h
	Resumo	5h

§ 6º – Para LIGA ACADÊMICA:

I - Serão considerados como AC atividades de Liga Acadêmica desde que a liga seja cadastrada do Diretório Acadêmico e na UFAC.

II- O aluno deverá entregar declaração do professor orientador constando a carga horária cumprida nas atividades da Liga Acadêmica.

II - O aluno poderá converter em AC até 15 (quinze) horas de Liga Acadêmica.

TÍTULO IV - Das disposições gerais

Art. 5º - Os processos para solicitar avaliação de comprovantes de AC devem ser protocolados na Secretaria do Curso, preferencialmente, durante o último mês de cada semestre letivo.

Art. 6º - Atividades não previstas nesta resolução serão avaliadas e regulamentadas pela Comissão de Atividades Complementares, sendo assegurado, caso necessário, recurso ao Colegiado do Curso de Enfermagem.

Art. 7º - O colegiado de curso é a instância de recurso.

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

ANEXO II REGULAMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO) DO CURSO DE ENFERMAGEM

CAPÍTULO I: DEFINIÇÕES GERAIS

Art. 1º – Nos termos da Lei n 11.788, de 25 de setembro de 2008, considera-se Estágio Curricular Supervisionado o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

§ 1º O estágio supervisionado faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do educando.

§ 2º O estágio visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

CAPÍTULO II: DO CARATER DAS DISCIPLINAS DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 2º – Trata-se de componente curricular de caráter obrigatório onde é o momento em que o acadêmico do curso de enfermagem terá a oportunidade de desenvolver atividades relacionadas à sua formação acadêmica, preparando-se mais efetivamente para o desempenho de suas funções como enfermeiro, conforme listadas a seguir:

a) Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar: Implementa a prática da enfermagem no atendimento ao cliente em unidades de internação, bem como o planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem e o gerenciamento do cuidado. O aprendizado é centrado no contexto real da prática, onde o discente realiza o trabalho de forma compartilhada, sob a preceptoria de um enfermeiro e supervisão indireta do docente.

b) Estágio Curricular Supervisionado na atenção primária à saúde: Implementa o cuidado de enfermagem no atendimento ao cliente, família e comunidade, no âmbito da atenção básica, organizando e gerenciando o serviço e identificando problemas e agravos de saúde nas múltiplas implicações e relações

para propor e promover uma atenção à saúde de caráter individual e coletivo com vistas a promover mudanças no perfil epidemiológico, considerando os aspectos culturais. O aprendizado é centrado no contexto real da prática, onde o discente realiza o trabalho de forma compartilhada, sob a preceptoria de um enfermeiro e supervisão indireta do docente.

c) Estágio Curricular Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas : Implementa a prática da enfermagem no atendimento ao cliente em unidades especializadas, bem como o planejamento, execução e avaliação da assistência de enfermagem e o gerenciamento do cuidado. O aprendizado é centrado no contexto real da prática, onde o discente realiza o trabalho de forma compartilhada, sob a preceptoria de um enfermeiro e supervisão indireta do docente.

CAPÍTULO III: DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 3º – As disposições legais para a implantação e implementação dos estágios de estudantes de estabelecimentos de ensino superior devem respeitar a legislação vigente:

I. Lei nº 7498/86, de 25 de junho de 1986 que regulamenta o exercício profissional da enfermagem no Brasil e regulamentado pelo Decreto nº 94.406/87, de 08 de junho de 1987;

II. Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Ensino Superior, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. O Presidente da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, tendo em vista o disposto no Art. 9º, do § 2º, alínea “c”, da Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento no Parecer CNE/CES 1.133, de 7 de agosto de 2001, peça indispensável do conjunto das presentes Diretrizes Curriculares Nacionais, homologado pelo Senhor Ministro da Educação, em 1º de outubro de 2001, Art. 7º Na formação do Enfermeiro, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados, ambulatorios, rede básica de serviços de saúde e comunidades nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem.

Parágrafo Único. Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio curricular supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio. A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá totalizar 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

CAPÍTULO IV: DOS OBJETIVOS

Art. 4º – Entende-se por Estágio Supervisionado as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, proporcionadas ao estudante pela participação em situações reais de vida e trabalho, sendo realizadas na comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado sob a responsabilidade, coordenação e supervisão indireta da instituição de ensino superior.

Art. 5º – O Estágio Supervisionado deverá proporcionar ao aluno estagiário experiência prática que leve ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à sua formação. No decorrer do Estágio Supervisionado, o aluno estagiário deverá:

I. Identificar os problemas de saúde prevalentes, grupos de risco e fatores determinantes do agravo a saúde.

II. Analisar a situação de assistência à saúde prestada pelo serviço, face aos problemas prevalentes na área, identificando áreas críticas que interferem na organização dos serviços de enfermagem em nível local.

III. Desenvolver a sistematização da assistência de enfermagem e ações administrativas nas instituições hospitalares, objetivando a qualidade e a desospitalização precoce do indivíduo.

IV. Participar ativamente da dinâmica administrativa e assistencial do serviço de enfermagem e equipe multiprofissional, programando, executando e avaliando as atividades com base em observação, objetivos, planejamento e metas.

Art. 6º – Nos aspectos éticos legais, o aluno estagiário deverá:

I. Aprender a conviver e cooperar dentro da equipe de saúde;

II. Aprender a respeitar as dimensões éticas e humanísticas inerentes ao exercício da profissão, respeitando e desenvolvendo atitudes e valores orientados para a cidadania e para a solidariedade;

III. Agir de forma humanitária, respeitando os princípios bioéticos da autonomia, da beneficência e da não-maleficência ao prestar a assistência de enfermagem;

IV. Refletir sobre a realidade social e buscar a sua transformação através de ações educativas e de pesquisa, visando à produção de novos conhecimentos;

V. Adquirir competências e habilidades para prestar assistência de enfermagem ao cliente nas diferentes etapas do seu ciclo vital, bem como nos diferentes níveis de complexidade.

CAPÍTULO V: DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 7º – Para a realização das disciplinas de Estágio Supervisionado, o aluno estagiário deverá estar regularmente matriculado nas disciplinas Estágio Curricular Supervisionado são elas: Estágio Supervisionado na Rede Hospitalar (270h), Estágio Supervisionado na atenção primária à saúde (225h) e Estágio Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas (225h), ter cursado todos os pré-requisitos na matriz curricular do Curso de Graduação em Enfermagem.

CAPÍTULO VI: DOS CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 8º – O Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar e Estágio Curricular Supervisionado na atenção primária à saúde poderá ser desenvolvido em instituições públicas ou privadas do Estado do Acre, desde que exista convênio de cooperação técnica com a UFAC e, sua realização dar-se-á mediante termo de compromisso, celebrado entre o estudante e a parte concedente, com interveniência obrigatória desta IFES segundo Resolução nº 19, de 22 de maio de 2017.

Art. 9º – Para o estágio de Estágio Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas será permitido a sua realização em qualquer unidade de serviço de saúde pública ou privada do território nacional desde que seja apresentado termo de aceite da instituição concedente e o termo de compromisso do preceptor até 15 dias antes da data do início das atividades.

CAPÍTULO VII: DA CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO

Art. 10 – A carga horária total de Estágio Supervisionado, prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem, é de 720 horas e deverá ser cumprida obrigatoriamente nos dois últimos semestres do curso. Consta de 16 créditos, distribuídos nas disciplinas: Estágio Supervisionado na Rede Hospitalar (270h), Estágio Supervisionado na atenção primária à Saúde (225h) e Estágio Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas (225h), no qual o aluno é inserido em atividades que possibilitem a aprendizagem social, cultural e com especialidades específicas em unidades de saúde. O aluno estagiário que não cumprir a carga horária total de Estágio Supervisionado determinada no Projeto Pedagógico do

Curso não poderá obter o certificado de conclusão do Curso de Graduação em Enfermagem.

Art. 11 – A carga horária das atividades de estágio supervisionado será assim distribuída: Estágio Supervisionado na Rede Hospitalar deverá ser de 30 horas semanais, Estágio Supervisionado na Rede Básica de Saúde deverá ser de 25 horas semanais (em decorrência da especificidade das instituições que atuam na rede básica de saúde), e Estágio Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas deverá ser de 25 horas semanais.

Parágrafo Único: Poderá ser permitida a realização do estágio em regime de 40 horas semanais, quando assim for o regime de trabalho da instituição cedente do campo de estágio e desde que haja a aquiescência da coordenação da disciplina. Não acontecerão atividades em períodos de recesso da IES, domingos, feriados, e plantões noturnos. A jornada de atividades será definida em comum acordo entre a IES e a parte concedente.

CAPÍTULO VIII: DA COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 12 – O funcionamento do Estágio Curricular Supervisionado será normatizado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

I. As atividades de estágio realizadas nos serviços da Rede Hospitalar e da Rede Atenção Primária à Saúde terão supervisão indireta de enfermeiros (as) docentes, lotados na UFAC, bem como de enfermeiros preceptores, indicados pelos serviços, levando em consideração o requisito mínimo de um ano de exercício da profissão e em consonância com a Coordenação da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado.

II. Para o Estágio Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas, os acadêmicos serão acompanhados por profissionais de saúde (preceptores), mediante termos de aceite da instituição cedente e de compromisso do preceptor, levando em consideração o requisito mínimo de um ano de exercício da profissão.

III. Todos os docentes enfermeiros do Curso de Graduação em Enfermagem poderão ser supervisores do estágio supervisionado de acordo com as suas respectivas áreas, conforme disponibilidade de carga horária em acordo com a resolução interna vigente.

CAPÍTULO IX: DAS COMPETÊNCIAS

Art. 13 – Compete à UFAC:

- I. Manter convênio ou outro tipo de acordo com as instituições prestadoras de serviços de saúde para a realização dos estágios curriculares;
- II. Providenciar seguro contra acidentes pessoais em favor dos estudantes e dos docentes.

Art. 14 – Compete ao Centro de Ciências da Saúde e do Desporto:

I. Providenciar os meios legais junto à UFAC e as instituições de saúde para viabilizar a realização dos estágios curriculares.

II. Designar professores para supervisionar, orientar e avaliar as atividades do estagiário, conforme disponibilidade de carga horária do docente, segundo resolução 01/2008 e resolução Cepex 019/2017.

Art. 15 – Compete ao Colegiado de curso:

I. Elaborar e aprovar as normas para operacionalização dos estágios curriculares;

II. Apreciar, discutir e aprovar os programas dos estágios curriculares;

III. Analisar as demandas geradas por parte da coordenação da disciplina durante o desenvolvimento das atividades

IV. Julgar os casos excepcionais.

Art. 16 – Compete ao coordenador do Estágio Supervisionado

I. Coordenar e organizar todas as atividades inerentes ao desenvolvimento dos estágios curriculares;

II. Elaborar e encaminhar o programa da disciplina ao colegiado do curso para apreciação e aprovação;

III. Distribuir os discentes por professor, em conformidade com a carga horária do docente disponível;

IV. Elaborar junto com professores supervisores a programação semestral dos estágios, incluindo a proposta de calendário;

V. Fazer articulação entre esta IES e serviços, definindo campos de estágio, credenciando Preceptores e intervindo quando se fizer necessário;

VI. Encaminhar ao colegiado a lista dos (as) enfermeiras(os) dos serviços de saúde para credenciamento como preceptores;

VII. Promover a articulação entre os professores orientadores que farão a supervisão e os enfermeiros preceptores com vista a operacionalizar a programação do estágio supervisionado;

VIII. Encarregar-se da divulgação e entrega das normas para operacionalização do Estágio Supervisionado aos estagiários, professores orientadores (supervisores), preceptores e demais interessados;

IX. Entregar na Coordenação do Curso de Enfermagem, antes de iniciar as práticas:

a) Cronograma constando início, término, turno e horário do estágio;

b) Relação nominal das instituições/alunos/supervisores e preceptores por campos de estágio e período de realização do mesmo;

c) Relação dos gerentes/diretores dos serviços onde serão desenvolvidas as práticas disciplinares, para que sejam providenciadas as solicitações, com antecedência.

X. Após a conclusão do estágio curricular, entregar na Coordenação do Curso de Enfermagem: as cadernetas, relatórios corrigidos e instrumentos de avaliação devidamente preenchidos e assinados pelos preceptores, docente supervisor e acadêmicos;

XI. Proceder o lançamento das notas e frequências, no portal do professor, ao final do estágio.

XII. Encaminhar relatórios circunstanciados aos serviços de saúde ao final de cada período de estágio;

XIII. Enviar uma cópia dos relatórios entregues pelos discentes à Diretoria de Apoio à Formação Acadêmica (Diafac) para fins de arquivamento e divulgação.

XIV. Zelar pelo cumprimento das normas que regem o funcionamento do Estágio e propor ao Colegiado do Curso de Enfermagem as pertinentes alterações.

Art.17 – Compete ao docente supervisor de Estágio:

I. Participar, juntamente com outros professores, da elaboração do programa das disciplinas de Estágio Supervisionado;

II. Elaborar, juntamente com os alunos e preceptores, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas no campo de estágio;

III. Orientar na elaboração do plano de ação a ser desenvolvido no campo de estágio;

IV. Visitar cada aluno nos campos sob sua responsabilidade, pelo menos, uma vez por semana para acompanhamento do desenvolvimento das atividades planejadas;

V. Realizar reuniões periódicas com os preceptores para acompanhamento do desempenho das(os) estudantes no estágio, com no mínimo um encontro quinzenal para acompanhamento do plano de ação e evolução do aluno;

VI. Prestar apoio técnico e científico ao acadêmico no desenvolvimento das atividades podendo o professor orientador (supervisor) solicitar leitura e discussão de artigos científicos ou outras formas de cobrança vinculadas à teoria;

VII. Atuar junto aos campos de estágio desenvolvendo atividades de apoio a processos e programas, contribuindo para articular Ensino/Serviço;

VIII. Avaliar as condições de realização de estágio e, caso julgar conveniente, propor mudanças à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado;

IX. Realizar avaliação do aluno juntamente com o preceptor, emitindo parecer final e encaminhando à Coordenação do Estágio Curricular Supervisionado;

X. Desenvolver a relação com o aluno e com profissionais e usuários dos serviços de saúde de forma humanizada e ética, entendendo a importância do seu exemplo na formação do aluno;

XI. Ser capaz de comunicar-se de modo eficiente, organizado, ser pontual e cumprir a sua carga horária;

XII. Realizar juntamente com a Coordenação do Estágio Supervisionado o preenchimento da caderneta constando as presenças, faltas e as atividades realizadas no estágio devendo entregar a frequência mensal do aluno;

XIII. Orientar, corrigir e atribuir nota ao trabalho escrito realizado pelo aluno, durante o estágio.

Art. 18 – Compete ao Campo de Estágio:

I. Oferecer instalações (físicas e de serviços) em condições de proporcionar o pleno desenvolvimento das atividades previstas na programação do estágio;

II. Indicar enfermeiros de seu quadro de pessoal, com formação e experiência para serem preceptores dos estudantes no campo de prática;

III. Indicar, de acordo com as possibilidades do serviço e dos preceptores, o número de vagas disponíveis para cada período de estágio;

IV. Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e com a(o) aluna(o).

Art. 19 – Compete ao Enfermeiro Preceptor:

I. Integrar o Estagiário na Instituição/Serviço;

II. Proporcionar ao (à) acadêmico (a) intercâmbio com os diversos setores da instituição para facilitar o desenvolvimento das atividades.

III. Atuar como mediador na relação entre as(os) estudantes e os profissionais do serviço de saúde;

IV. Acompanhar o desenvolvimento das atividades acadêmicas, avaliando diariamente o desempenho dos estagiários podendo levar textos e artigos científicos para discussão com o discente;

V. Participar, juntamente com o supervisor, quinzenalmente, das reuniões de acompanhamento e avaliação do estágio;

VI. Comunicar imediatamente ao (à) professor(a) supervisor(a) ou a Coordenação da disciplina qualquer intercorrência no desenvolvimento do estágio;

VII. Entregar a ficha de avaliação ao (à) professor(a) supervisor(a), no máximo, três dias após o término de estágio, devidamente assinada;

VIII. Ao final do estágio, o (a) preceptor (a) deverá entregar ao (à) supervisor(a) do estágio: as frequências dos acadêmicos, relatórios e instrumentos de avaliação devidamente preenchidos e assinados pelos estagiários e preceptor;

IX. No estágio de Estágio Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas, cabe ao preceptor preencher o instrumento de avaliação de estágio, fornecido pela Coordenação do Curso.

Art. 20 – Compete ao Acadêmico:

I. Elaborar, juntamente com os professores e preceptores, o plano de ação, estudo analítico ou diagnóstico situacional a ser desenvolvido no Estágio Supervisionado o qual deverá ser entregue até 10 dias úteis após o início do estágio.

II. Observar e respeitar as normas e o regulamento da instituição onde estiver desenvolvendo o estágio.

III. Atuar de forma ética e solidária na relação com docentes, preceptores, demais profissionais da unidade, comunidade e usuários dos serviços de saúde.

IV. Ser organizado, pontual e cumprir com compromisso e ética as suas tarefas;

V. Desenvolver as atividades previstas no plano de ação.

VII. Cumprir a carga horária diária estabelecida para o Estágio Curricular Supervisionado. O atraso ou a saída do campo de estágio fora do horário previsto (15 minutos) por três dias consecutivos ou alternados implicará em um dia de falta.

VIII. Participar das reuniões com os supervisores e preceptores para acompanhamento do plano e avaliação do seu desempenho.

IX. Na impossibilidade de comparecer ao estágio, comunicar e justificar ao preceptor, com antecedência de no mínimo 12 horas (exceto em casos de urgência e emergência).

X. Comparecer ao campo de estágio, devidamente uniformizado, preferencialmente, 10 minutos antes do horário previsto, com uniforme identificado, obrigatoriamente;

XI. Elaborar relatórios analíticos dos estágios curriculares (Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar, Estágio Curricular Supervisionado na atenção primária à saúde e Estágio Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas).

XII. Entregar relatório final a Gerência de Enfermagem ou Direção de serviço (uma via) e a coordenação do estágio (duas vias), constando as atividades desenvolvidas e as dificuldades encontradas para realização do estágio (tanto na rede hospitalar quanto na rede básica de saúde) até três dias úteis após o término do estágio.

XIII. Para o Estágio Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas, o aluno deverá responsabilizar-se em contactar o local e a preceptoria devendo apresentá-los à Coordenação do Curso de Enfermagem para deferimento até 15 dias antes do início do estágio.

XIV. Ao final do Estágio Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas o aluno deverá entregar o relatório analítico na Coordenação do curso, em até três dias após final das atividades.

CAPÍTULO X: DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DAS DISCIPLINAS ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO E ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇOS E UNIDADES ESPECIALIZADAS E EM COMUNIDADES URBANAS, RURAIS OU INDÍGENAS.

Art. 21 – O estágio curricular deverá ser avaliado a cada semestre, em relação ao campo, atividades desenvolvidas, desempenho da preceptoria e do professor supervisor;

Art. 22 – Essas avaliações deverão ser realizadas através de instrumentos que deverão ser preenchidos por todos os atores envolvidos aluno, professor e preceptor, bem como através de reuniões ou oficinas com esses mesmos atores, com periodicidade de pelo menos duas vezes durante o semestre, uma no meio e outra no final do período de estágio;

Art. 23 – O aluno será avaliado de forma processual, em dois momentos do estágio curricular: na metade e no final do mesmo, para uma avaliação parcial do seu desempenho. Essas avaliações parciais que deverão ser realizadas com a presença do professor supervisor e do preceptor têm como objetivo indicar a necessidade de melhoria no desempenho da(o) aluna(o) e deverão ser consideradas na avaliação global, no final do estágio;

I. Ao término do estágio, o aluno deverá elaborar um relatório final das atividades desenvolvidas que poderá ser utilizado como nota de prova de final;

II. Será aprovado no estágio curricular o aluno que obtiver média mínima de 8 (oito) no desempenho do estágio;

III. Será considerado **reprovado** nos Estágios Curriculares da Rede Hospitalar e Atenção Primária à Saúde, o aluno que obtiver falta superior a 25% da carga horária de cada estágio;

IV. Será considerado reprovado no estágio o acadêmico com média final inferior a 5,0 (cinco) no estágio supervisionado.

V. O estagiário será avaliado nos seguintes itens:

- **Relatórios (estudo analítico ou diagnostico situacional e plano de ação) que serão desenvolvidos no decorrer do Estágio Curricular Supervisionado na Rede Hospitalar e Estágio Curricular Supervisionado na atenção primária à saúde**, obedecendo o roteiro estabelecido pelo Colegiado de curso e nas normas ABNT em vigência.

- **Desempenho no estágio da Rede hospitalar e Atenção Primária à Saúde** (média das notas do Supervisor + Preceptor), conforme instrumento de avaliação anexo, padronizado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

- **Relatório analítico e desempenho do estágio supervisionado em serviços e unidades especializadas e em comunidades urbanas, rurais ou indígenas**

VI. Atribuições para a composição de notas N1, N2 e Nota Final:

-**Estágio Supervisionado na Rede Hospitalar**

- **N1:** média da nota do supervisor (Anexo I) + nota do preceptor (Anexo II).
- **N2:** nota do supervisor (Anexo I).

- **Nota final – em razão da especificidade de avaliação da disciplina de caráter de estágio não será possível aplicação de exame final, considerando-se aprovado o aluno que obtiver média parcial 5,0 (cinco) e frequência mínima exigida.**

-Estágio Supervisionado na atenção primária à saúde

- **N1:** média da nota do supervisor (Anexo I) + nota do preceptor (Anexo II).
- **N2:** nota do supervisor (Anexo I).
- **Nota final – em razão da especificidade de avaliação da disciplina de caráter de estágio não será possível aplicação de exame final, considerando-se aprovado o aluno que obtiver média parcial 5,0 (cinco) e frequência mínima exigida.**

-Estágio Supervisionado em Serviços e Unidades Especializadas e em Comunidades Urbanas, Rurais ou Indígenas

- **N1:** nota do preceptor quando decorrido 50% da carga horária + nota do relatório analítico (Anexo II).
- **N2:** nota do preceptor quando decorrido 100% da carga horária + nota do relatório analítico (Anexo II).
- **Nota final – em razão da especificidade de avaliação da disciplina de caráter de estágio não será possível aplicação de exame final, considerando-se aprovado o aluno que obtiver média parcial 5,0 (cinco) e frequência mínima exigida.**

VII. Não haverá recuperação para o aluno que não obtiver a nota mínima exigida (inferior a 5,0) após a nota final, devendo o mesmo cursar novamente o estágio curricular supervisionado.

VIII. Não será permitida a reposição de carga horária, exceto em casos excepcionais garantidos em lei ou aprovados pelo Colegiado de curso;

IX. O acadêmico será avaliado conforme instrumento de avaliação definido pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

CAPÍTULO XI: DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 – O estágio Supervisionado será desenvolvido, conforme calendário acadêmico da UFAC, definido pelo colegiado do curso e serviços envolvidos;

Art. 25 – As solicitações de matrículas nos estágios curriculares serão efetuadas no portal do aluno do site da UFAC no período previsto no calendário acadêmico para cada semestre letivo;

Art. 26 – Para desenvolver o Estágio Curricular Supervisionado o aluno deverá ter cumprido todos os pré-requisitos estabelecidos pela estrutura curricular;

Art. 27 – A relação professor/supervisor/aluno para Estágio Supervisionado será de 1 supervisor para quatro (04) alunos no máximo e preceptor/aluno é variável, de acordo com a disponibilidade do serviço;

Art. 28 – A carga horária semanal do professor/supervisor será de 4 horas por aluno;

Art. 26 – A escala de serviço do acadêmico será estabelecida com base no horário de serviço da instituição onde será realizado o estágio;

Art. 29 – Não será permitida reposição de carga horária, exceto em casos excepcionais, garantidos em lei ou aprovados pelo Colegiado.

Art. 30 – Não será permitida a mudança de campo de estágio (preceptoria ou turno), abrindo-se exceções para casos excepcionais, devendo para tanto, o aluno formalizar solicitação na secretaria do Curso, a ser analisada posteriormente pela Coordenação do estágio;

Art. 31 – O Estágio Curricular Supervisionado não acarretará qualquer vínculo empregatício;

Art. 32 – A presentes normas poderão ser modificadas, quando se fizerem necessárias, devendo ser homologadas pelo Colegiado de curso;

Art. 33 – Não será permitido que os preceptores possuam qualquer vínculo familiar com aluno;

Art. 34 – As questões omissas serão apreciadas e resolvidas pelo Colegiado do curso.

FICHAS PARA AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO (OBRIGATÓRIO)

ANEXO I – Ficha de Avaliação do Supervisor

NOME DO ESTAGIÁRIO: _____
 INSTITUIÇÃO: _____ SETOR: _____
 PERÍODO AVALIADO: _____

INDICADORES DE AVALIAÇÃO / ASPECTOS COMPORTAMENTAIS	9,0-10,0	8,0 – 8,9	7,0 – 7,9	5,0 – 6,9	0 – 4,9
1. PONTUALIDADE/ASIDUIDADE – Cumprimentos de prazo e horários;					
2. APRESENTAÇÃO PESSOAL – Aparência bem cuidada, postura e vestiário adequado;					
3. EQUILÍBRIO EMOCIONAL – Capacidade de controlar emoções frente a situações difíceis;					
4. INICIATIVA – Capacidade de adiantar-se na proposição ou ação, de acordo com a necessidade de momento;					
5. INTERESSE – Disposição de aprender, curiosidade técnica e científica;					
6. POSTURA PROFISSIONAL – Respeito aos aspectos éticos e legais da profissão, comprometimento com o trabalho, observância de normas da instituição e do estágio;					
7. RELACIONAMENTO INTERPESSOAL – Capacidade de se ajustar ao grupo de trabalho, aceitando críticas e orientações, respeito aos direitos alheios, cortesia, atenção;					
8. COLABORAÇÃO – Disposição de ajudar o outro;					

INDICADORES DE AVALIAÇÃO / DESEMPENHO TÉCNICO CIENTÍFICO	9,0-10,0	8,0 – 8,9	7,0 – 7,9	5,0 – 6,9	0 – 4,9
1. CAPACIDADE DE OBSERVAÇÃO – Habilidade para identificar problemas, fatos, fenômenos, situações;					
2. COMUNICAÇÃO – Capacidade de expor as idéias com clareza e objetividade. Mobilizar grupos e pessoas para a realização das ações;					
3. DISCERNIMENTO – Capacidade de análise de situação, de identificação de nós críticos dos problemas, de estabelecimento de prioridades e de elaboração de proposta de intervenção para problemas;					
4. LIDERANÇA – Capacidade de constituir um elemento de referência para a equipe multiprofissional e de enfermagem, para encaminhamento das demandas de enfermagem da unidade;					
5. QUALIDADE DO TRABALHO NA ASSISTÊNCIA – Capacidade de desenvolver as atividades assistenciais com conhecimento, habilidade técnica e segurança emocional;					
6. QUALIDADE DO TRABALHO NA GERÊNCIA – Capacidade desenvolver as atividades gerenciais da unidade com conhecimento, habilidade técnica e segurança emocional;					
7. CONHECIMENTO – Grau de informação sobre assuntos e situações;					
8. PRODUTIVIDADE - Desempenho das atividades e o aproveitamento das oportunidades de aprendizagem;					
9. CRIATIVIDADE – Demonstra criatividade nas ações, apresentando alternativas para a melhoria da qualidade da assistência;					
10. RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS / DIFICULDADES ENCONTRADAS					
11. PLANO DE AÇÃO					

ESCALA PARA AVALIAÇÃO

CONCEITO	VALOR	ALCANCE DO NÍVEL DE EFICÁCIA
Excelente	9,0 a 10,0	Com independência
Muito Bom	8,0 a 8,9	Algumas vezes com orientação
Bom	7,0 a 7,9	Sempre com orientação
Regular	5,0 a 6,9	Com ajuda
Insuficiente	0 a 4,9	Nunca atinge

AVALIAÇÃO FINAL

Aspectos Comportamentais	Total (soma dos conceitos) _____ Média (Total ÷ 8) _____
Desempenho Técnico - Científico	Total _____ (Soma dos Conceitos) _____ Média (Total ÷ 11 x 2) _____

NOTA DE ESTÁGIO (Soma das Médias ÷ 3): _____

Data: _____ de _____ de _____

Assinatura Enfermeiro Preceptor

Assinatura do Aluno

Supervisor

ANEXO II – Ficha de Avaliação do Preceptor

NOME DO ESTAGIÁRIO: _____

INSTITUIÇÃO: _____ SETOR: _____

PERÍODO AVALIADO: _____

QUANTO AO CONHECIMENTO E HABILIDADES	9,0-10,0	8,0 – 8,9	7,0 – 7,9	5,0 – 6,9	0 – 4,9
Demonstrou conhecimento científico no desempenho das atividades no transcurso do estágio					
Executou técnicas e procedimentos relacionados ao Plano de ação, respeitando os princípios científicos.					
Buscou soluções adequadas nas dificuldades e dúvidas.					
Apresentou e entregou na Gerência de Enfermagem/Diretoria de Serviços o relatório das atividades realizadas e dificuldades encontradas.					

QUANTO À ATITUDE ÉTICA-PROFISSIONAL	9,0-10,0	8,0 – 8,9	7,0 – 7,9	5,0 – 6,9	0 – 4,9
1. Relacionamento:					
1.1. Com o usuário					
1.2. Com a equipe					
1.3. Com os outros profissionais					
1.4. Com a supervisão					
2. Responsabilidade					
2.1. Assiduidade					
2.2. Pontualidade					
2.3. Cumprimento das atividades previstas					
2.4. Autonomia da implantação do Plano de Ação					
2.5. Responsabilidade no cumprimento das atividades					
3. Atitudes					
3.1. Aceita críticas e sugestões					
3.2. Apresenta disposição para executar as atividades					
3.3. Sabe ouvir, emitir sugestões fundamentadas e reformular idéias e posições a partir das idéias da equipe onde atua.					
3.4. Sabe observar princípios e normas do código de ética dos profissionais de enfermagem.					

ESCALA PARA AVALIAÇÃO

CONCEITO	VALOR	ALCANCE DO NÍVEL DE EFICÁCIA
Excelente	9,0 a 10,0	Com independência
Muito Bom	8,0 a 8,9	Algumas vezes com orientação
Bom	7,0 a 7,9	Sempre com orientação
Regular	6,0 a 6,9	Com ajuda
Insuficiente	0 a 4,9	Nunca atinge

AVALIAÇÃO FINAL

<i>Quanto aos conhecimentos e Habilidades</i>	Total (soma dos conceitos) _____
	Média (Total ÷ 4 x 2) _____
<i>Quanto à Atitude Ética-Profissional</i>	Total (Soma dos Conceitos) _____
	Média (Total ÷ 13) _____

NOTA DE ESTÁGIO (Soma das Médias + 3): _____

Data: _____ de _____ de _____

Assinatura Enfermeiro - Supervisor

Assinatura do Aluno

ANEXO III REGULAMENTO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

CAPÍTULO I – DO CONCEITO E DOS OBJETIVOS

Art. 1º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório do Curso de Enfermagem.

Art. 2º – O TCC é um trabalho científico, podendo ser uma proposta de intervenção, uma pesquisa bibliográfica, experimental, descritiva ou um relato de caso, nos vários eixos metodológicos no formato de artigo científico.

Art. 3º – O TCC consiste em um trabalho com apresentação de resultados, no rigor teórico e metodológico, visando à sistematização das concepções e práticas dos processos vivenciados ao longo do curso. São objetivos do TCC do curso de Enfermagem:

- I. Possibilitar ao aluno o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa sobre tema relevante na área de enfermagem.
- II. Familiarizar o aluno com as estratégias metodológicas da elaboração de um trabalho de iniciação científica.
- III. Proporcionar ao aluno a utilização de referencial teórico das disciplinas no estudo de problemas relevantes para a enfermagem.

Art. 4º – O TCC será desenvolvido por meio de um componente curricular obrigatório de 60 horas correspondendo a 3 créditos (2 teórico e 1 prático), denominado Trabalho de Conclusão de Curso.

CAPÍTULO II – DA ORIENTAÇÃO E DAS ATRIBUIÇÕES DA COORDENAÇÃO DO TCC, DO ORIENTADOR E/OU CO-ORIENTADOR, DO ORIENTANDO E DA BANCA EXAMINADORA.

Art. 5º – Atribuições da Coordenação do Curso de Enfermagem:

- I. Deliberar, em primeira instância, sobre todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento destas normas e do processo de desenvolvimento das atividades curriculares de “Trabalho de Conclusão de Curso”;
- II. Designar um dos professores pertencentes no Colegiado de sua graduação para Coordenar as atividades curriculares do TCC, que será o Coordenador de TCC;
- III. Decidir em conjunto com o coordenador de TCC a troca de professores, com justificativa, quando for necessário;
- IV. Tornar pública a relação das apresentações dos TCC, divulgando as datas, horários, composição das bancas, acadêmicos e título dos trabalhos no mural do

Curso de Enfermagem, conforme informações encaminhadas pelo Coordenador de TCC.

- V. Emitir certidão logo após a apresentação pública dos TCC;
- VI. Arquivar e manter atualizados os documentos referentes ao TCC;
- VII. Registrar e arquivar, a cada período letivo, o recebimento dos TCC, constando no registro título e autores.

Art. 6º – Atribuições do Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso:

- I. Proporcionar orientações gerais sobre as atividades atinentes a todos os trâmites do TCC em fase de iniciação desta atividade curricular;
- II. Elaborar calendário das atividades relativas ao TCC, semestralmente, com o programa da disciplina e cronograma de atividades;
- III. Atender aos professores e orientandos no que se refere às atividades relacionadas ao TCC;
- IV. Entregar a relação de alunos e dos professores à Coordenação do Curso de Enfermagem no início da disciplina de TCC;
- V. Encaminhar aos professores formulário para registro de presença e das atividades de acompanhamento dos orientandos;
- VI. Encaminhar o Termo de Compromisso de Orientação e o de Entrega do Projeto de Pesquisa do TCC;
- VII. Divulgar para os alunos e entregar aos professores instrumentos de avaliação a serem utilizados;
- VIII. Convocar, sempre que necessário, reunião com professores orientadores e/ou com os alunos;
- IX. Realizar anualmente consulta aos professores sobre disponibilidade para orientação e temáticas que se propõe a orientar;
- X. Manter arquivo atualizado na coordenação do Curso de Enfermagem com os projetos de TCC em andamento e os concluídos;
- XI. Encaminhar a proposta de composição da banca examinadora do TCC, sugerida pelo professor orientador, para homologação em reunião de colegiado de curso e para a Coordenação Acadêmica poder emitir as certidões;
- XII. Registrar as notas atribuídas aos acadêmicos;

XIII. Divulgar avisos em local público informando as bancas examinadoras dos TCC, contendo membros das bancas, local, data e horário de defesa;

XIII. Tomar as medidas necessárias para o cumprimento desta instrução normativa.

Art. 7º – São professores orientadores e professores co-orientadores:

I. Poderão ser professores orientadores os docentes da UFAC, com titulação mínima de mestre, com experiência na temática e/ou metodologia a ser desenvolvida.

II. Poderão ser professores co-orientadores docentes, professores substitutos ou profissionais de nível superior com conhecimento relacionado à temática ou à metodologia do trabalho.

III. Cada professor poderá orientar o máximo 5 (cinco) trabalhos científicos de conclusão de curso.

Art. 8º – Ao professor orientador compete:

I. Estabelecer o plano e cronograma de trabalho em conjunto com o orientando e acompanhar seu desenvolvimento em todas as etapas;

II. Orientar e supervisionar as etapas de desenvolvimento do projeto de pesquisa e relatório final do TCC;

III. Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador do Curso ou Coordenador do Trabalho de Conclusão de Curso;

IV. Avaliar o desempenho acadêmico-científico dos orientandos através de encontros periódicos, em horários previamente fixados e devidamente registrados;

V. Orientar e supervisionar o registro, encaminhamento e envio de relatórios do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa;

VI. Informar ao coordenador de TCC qualquer evento ou ocorrência que comprometa as atividades de orientação, com justificativa escrita;

VII. Entregar ao professor responsável pela coordenação da disciplina de TCC, relatórios parciais de suas atividades de orientação, devidamente preenchidos e assinados a cada trimestre;

VIII. Orientar, supervisionar e participar da avaliação dos projetos sob sua orientação do(s) TCC de seus orientandos;

IX. Indicar dois docentes para compor a banca de avaliação do TCC, sendo pelo menos um deles docente do Curso de Enfermagem da UFAC;

- X. Assinar, juntamente com os demais membros da Banca Examinadora, a ficha de avaliação da apresentação do TCC e as fichas de avaliação da versão escrita do TCC;
- XI. Informar à Coordenação de TCC a participação de professores coorientadores, sendo que essa solicitação deve ser feita até um semestre antes da apresentação do trabalho para a banca examinadora;
- XII. Tornar pública a relação das apresentações dos TCC, divulgando as datas, horários, composição das bancas, acadêmicos e título dos trabalhos no mural do Curso de Enfermagem, conforme informações encaminhadas pelo Coordenador de TCC;
- XIII. Zelar para que sejam atendidas as sugestões da banca examinadora, quando da elaboração e entrega da versão final do trabalho;
- XIV. Cumprir e fazer cumprir as normas vigentes de TCC do curso.

Art. 9º – Ao orientando compete:

- I. Cumprir as normas e regulamentos do TCC;
- II. Definir o tema do trabalho, relacionado com sua área de formação ou área afim ao final do 5º período do curso;
- III. Contatar professor da linha de pesquisa que pretende pesquisar e assinar Termo de Compromisso;
- IV. Frequentar as reuniões convocadas pelo Coordenador do Curso, Coordenador de TCC com os professores orientadores e/ou co-orientadores, quando for o caso;
- V. Elaborar juntamente com seu professor orientador, um plano de trabalho que explicita os objetivos do projeto a ser desenvolvido, o suporte ideológico e técnico-científico da literatura especializada, descrição detalhada da metodologia a ser utilizada para a abordagem da temática definida, assim como, os meios e instrumentos que serão utilizados para a consecução do trabalho;
- VI. Estabelecer um cronograma de trabalho factível e condizente com as ações a serem realizadas e o tempo disponível para a elaboração do TCC e entregar à Coordenação de TCC no início do 6º período do curso;
- VII. Registrar as atividades desenvolvidas em formulário de atividades de orientação;
- VIII. Elaborar o Trabalho de Conclusão de Curso, atendendo ao que dispõe as normas da ABNT e as Normas estabelecidas pela revista escolhida para a elaboração do artigo, quando for o caso de entrega de artigo;
- IX. Estabelecer com o seu professor orientador os dias e horários para orientação do TCC;

- X. Providenciar a entrega de 03 (três) exemplares encadernados em espiral ao Coordenador de TCC, com antecedência mínima de 30 dias da apresentação oral;
- XI. Comparecer no dia, hora e local determinado para apresentação e defesa do TCC;
- XII. Ser responsável pela reserva de sala e de recursos audiovisuais que serão utilizados na apresentação do TCC;
- XIII. Realizar as correções sugeridas pela banca examinadora, em acordo com o professor orientador, quando for o caso;
- XIV. Cumprir prazos estabelecidos e divulgados pelo professor da disciplina de TCC, Coordenação do Curso ou orientador para entrega do projeto do TCC, relatórios parciais e relatório final do TCC, bem como para a apresentação e defesa do Trabalho perante banca examinadora;
- XV. Cumprir e fazer cumprir as normas de TCC do curso vigente;
- XVI. Entregar, após avaliação pela banca, uma cópia da versão final revisada em CD no formato PDF e impresso do artigo.

Parágrafo Único: Qualquer problema relacionado a orientação e/ou desenvolvimento das atividades relacionadas ao TCC, o orientando deverá informar a coordenação de TCC por escrito.

Art. 10 – À banca examinadora compete:

- I. Analisar e avaliar o artigo científico que devera ser entregue aos membros da banca examinadora, no prazo mínimo de 30 dias antes da apresentação.

Parágrafo Único: A seção de análise e discussão do projeto e de avaliação do trabalho em sua versão final será presidida pelo professor orientador.

- II. Avaliar o trabalho final em suas formas escrita e oral, levando-se em conta os critérios de excelência de um trabalho acadêmico.
- III. Emitir sugestões ao trabalho, que serão avaliadas pelo professor orientador e alunos.
- IV. A Banca Examinadora será composta por 3 (três) membros sendo: a) o professor orientador, que presidirá a apresentação pública;
 - b) 1 (um) professor efetivo da UFAC que tenha afinidade com a linha de pesquisa do tema do TCC e tenha titulação mínima de mestre;
 - c) 1 (um) professor ou profissional com experiência prática ou reconhecido como referência na área do tema de pesquisa do TCC.

- V. Na composição da Banca Examinadora, deverá ser indicado um membro suplente, encarregado de substituir o titular, em caso de ausência.
- VI. Os membros das bancas examinadoras, a contar da data de suas designações e recebimento dos artigos, têm o prazo de trinta dias para procederem à leitura e análise dos artigos que irão julgar.
- VII. Cada banca tem duração de até 1h e 30min. Nesse período, está prevista a apresentação oral do trabalho pelo discente, com duração de até 30 minutos, assim como o espaço para considerações e questionamentos dos avaliadores.
- VIII. Após as considerações dos avaliadores, a banca se reúne em separado para decidir, por consenso, o conceito final do trabalho, registrando-o na ficha de avaliação do TCC, acompanhado de breve justificativa. No encerramento da banca, o conceito é anunciado e a ficha encaminhada à Secretaria do Curso.
- IX. Os membros da banca receberão certidão de participação no ato da defesa pública.
- X. A banca examinadora, no seu julgamento, deve levar em consideração o texto escrito, a exposição oral e a defesa do acadêmico, durante a arguição e os esclarecimentos finais.
- XI. A avaliação final do trabalho produzido, o exame do texto ou material que o constitui ficará a cargo de uma banca examinadora, composta por três membros, e deve ser registrada em documento próprio com a assinatura de todos os membros.

CAPÍTULO IV - DOS REQUISITOS DO PROJETO DE PESQUISA

Art. 11 – O Projeto de pesquisa deverá:

I. Abranger todas as informações relativas à introdução, ao(s) objetivo(s), a justificativa, a metodologia, ao cronograma, as referências, os apêndices e/ou anexos. Conforme a metodologia proposta deverá constar dos apêndices: instrumento usado para coleta de dados, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, carta de autorização da Instituição onde a pesquisa será realizada, entre outros.

Parágrafo Único: O Projeto de Pesquisa envolvendo seres humanos deverá ser submetido à Plataforma Brasil (<http://aplicacao.saude.gov.br/plataformabrasil/login.jsf>) e a Folha de Registro gerada pela mesma encaminhada a Coordenação do Curso de Enfermagem.

CAPÍTULO V - DOS REQUISITOS DO TRABALHO FINAL

Art. 12 – O trabalho de conclusão de curso em sua versão final deverá:

- I. Conter resumo acompanhado de três descritores e/ou cabeçalho de assunto (unitermo, palavra-chave) e ficha catalográfica segundo orientação da Biblioteca Central.
- II. Entregar três vias encadernadas em espiral para a banca examinadora com 30 dias de antecedência da apresentação pública. Se houver co-orientador o número de vias será de quatro.
- III. Apresentar o TCC em sessão pública, em data definida em comum acordo com a da Coordenação de TCC, professor orientador e orientando.
- IV. Os membros da banca examinadora deverão ser convidados pelo orientador responsável pelo trabalho por meio de documento formal.
- V. Após a defesa do TCC, os membros da banca examinadora poderão solicitar ao Coordenador de TCC a Certidão de Participação em Banca Examinadora de TCC.

Parágrafo Único: O trabalho deverá seguir o roteiro de acordo com as normas da ABNT ou de Vancouver ou da editora da revista para a apresentação de trabalhos dessa natureza;

CAPÍTULO VI - DA AVALIAÇÃO DO TCC

Art. 13 – A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso constará de:

- I. Avaliação de desempenho do aluno no processo de desenvolvimento do trabalho de pesquisa, sendo da responsabilidade do orientador, conforme ficha específica.
- II. Trabalho final em sua forma escrita: avaliação pela banca examinadora considerando os critérios específicos.
- III. Apresentação pública: deverá ser avaliada conforme ficha específica.

Parágrafo Único: O trabalho, em sua versão final, poderá ser: APROVADO, APROVADO COM RESTRIÇÃO OU REPROVADO. Para o trabalho aprovado com restrições, a nota, somente será atribuída após as alterações promovidas pelos autores num prazo de 10 dias após a realização da banca, fazendo-se necessária nova avaliação pela banca examinadora.

Art. 14 – Apresentação pública: deverá ser avaliada conforme ficha específica (ANEXO F).

Parágrafo Único: No caso da não apresentação pública na data estabelecida pela Coordenação de TCC, o aluno deverá encaminhar a justificativa de sua impossibilidade, no prazo de 24hs após a data marcada para apresentação. Após aberto o processo de justificativa, este deverá ser apreciado e deliberado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

Art. 15 – A nota do TCC será obtida por meio da somatória das notas das três etapas de avaliação. O aluno deverá obter média mínima de 8,0 (oito) pontos conforme Regulamento Geral dos Cursos de Graduação.

Art. 16 – O aluno que não obtiver média conforme Regulamento Geral dos Cursos de Graduação e não apresentar a versão digital e impressa do TCC dentro do prazo estabelecido, será considerado REPROVADO.

Parágrafo único: Em razão da especificidade de avaliação da disciplina não será possível a realização de exame final, considerando-se aprovado o aluno que obtiver média parcial 8,0.

Art. 17 – Critério de avaliação da Banca Examinadora constará de:

I. Introdução: Relevância do tema para a área da Comunicação; delimitação clara do tema; apresentação e justificativa do problema de pesquisa, do objeto do estudo e dos objetivos do trabalho; descrição da estrutura do trabalho, com capítulos e principais autores.

II. Fundamentação teórica: Apresentação adequada dos principais conceitos teóricos necessários à compreensão do tema; domínio dos autores e referências pertinentes e relevantes ao tema; conteúdos com desenvolvimento lógico e equilíbrio nas abordagens.

III. Metodologia: Tipo de pesquisa quanto à natureza do estudo e método utilizado; descrição da coleta dos dados, técnicas de coleta e análise dos dados; pertinência da metodologia para o problema de pesquisa proposto; análise dos dados vinculada aos conceitos e teorias que fundamentam o estudo.

IV. Considerações finais: Retomada dos objetivos do estudo, demonstrando como eles foram alcançados ao longo do desenvolvimento do trabalho; apresentação das suas reflexões críticas a partir dos resultados alcançados na investigação; contribuição da análise para a solução do problema de pesquisa.

Parágrafo Único: O interessado que obtiver resultado final insatisfatório, poderá no prazo de 3 (três) dias úteis, solicitar a reavaliação do TCC.

CAPÍTULO VII - DOS REQUISITOS GERAIS DO TCC

Art. 18 – O TCC do curso de Enfermagem tem como requisitos:

I. Ser projeto exclusivo de pesquisa para o TCC;

II. Ser desenvolvido individualmente ou no máximo por dois alunos.

VI. Ser desenvolvido sob a orientação de um professor da UFAC e, se for o caso, de um professor co-orientador.

VII. Cumprir as atividades segundo o calendário proposto pela Coordenação de TCC.

VIII. Ser o trabalho, em sua forma final (escrito e oral), aprovado por uma banca examinadora.

CAPÍTULO VIII – DA APRESENTAÇÃO PÚBLICA DO TCC

Art. 19 – Deverá ser apresentada oral, cabendo ao(s) integrante(s) discorrer sobre a pesquisa desenvolvida, podendo se utilizar de recursos audiovisuais auxiliares.

Parágrafo Único: O acadêmico terá 30 (trinta) minutos para fazer a apresentação oral, após cada membro da banca terá 10 (dez) minutos para fazer a arguição.

CAPÍTULO IX - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 20 – Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação do Curso de Enfermagem, Coordenação de TCC e posteriormente homologado pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

Art. 21 – O presente regulamento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Enfermagem.

ANEXO VI REGULAMENTO DA CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

CAPÍTULO I DA DEFINIÇÃO DE CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO

Art. 1º: A curricularização da extensão diz respeito às atividades culturais e científicas organizadas e desenvolvidas por discentes, articuladas com o ensino e a pesquisa e integram o currículo do curso de graduação em Enfermagem - Bacharelado, constituindo-se em requisito obrigatório para a integralização dos créditos estabelecido em seu Projeto Pedagógico;

I - São atividades extra a sala de aula contida na estrutura curricular do curso, em um total de 410 horas, tais como: disciplina de Iniciação à Extensão, organização de eventos, bolsistas de programas e projetos de Extensão, preparação e ministração de cursos temáticos, monitorias em eventos, e outras atividades de caráter extensionistas que possam ser parte do aprofundamento da formação acadêmica em Enfermagem, com a devida comprovação. Essas atividades são organizadas na estrutura curricular em três eixos: Programas e Projetos, Cursos de Extensão e Eventos-Expedição na área de Enfermagem.

CAPÍTULO II DE PROGRAMAS E PROJETOS: APROVEITAMENTO DE BOLSAS DE EXTENSÃO

Art. 2º: Serão contabilizadas as bolsas de Programas e Projetos de Extensão.

I. Participação nos projetos de extensão da Ufac, como bolsista ou voluntário, aprovado pela a Instituição ou MEC e orientados por professores, com limite máximo de 80 horas por semestre.

CAPÍTULO III DE EVENTOS E PUBLICAÇÕES: COMISSÃO ORGANIZADORA, ORGANIZAÇÃO DE ANAIS, ORGANIZAÇÃO DE PERIÓDICOS E LIVROS

Art. 3º: Diz respeito à pontuação de participação em comissão de organização de eventos e comissões de publicação em periódicos e livros:

I. Comissão de organização de eventos de caráter nacional e internacional, no período vigente da matrícula do discente no curso, na Ufac ou noutras IES; desde que

estas sejam correlatas ou subsidiárias à formação do profissional bacharel em Enfermagem, devendo contar carga horária de acordo com o estabelecido em cada tipo de evento.

II. Comissão de organização de eventos local e Semanas Acadêmicas e afins com o bacharel, no período vigente da matrícula do discente no curso, com carga horária de acordo com o estabelecido em cada tipo de evento.

III. Organização, coordenação ou realização de eventos na Ufac, no período vigente da matrícula do discente no curso, na área do curso com limite máximo de pontuação de 30 horas por evento, podendo acumular até 90 horas.

IV. Participação em comissão de publicação de revistas, no período vigente da matrícula do discente no curso, na área do curso com limite máximo de pontuação de 30 horas por publicação, podendo acumular até 90 horas.

V. Participação na organização de livros ou capítulos, com limite máximo de pontuação de 30 horas por publicação, podendo acumular até 90 horas.

CAPÍTULO IV DE CURSOS DE EXTENSÃO: ORGANIZAÇÃO DE MINICURSOS E OFICINAS

Art. 4º: Diz respeito à pontuação de Oficinas e minicursos.

I: Ministrante de Cursos de Extensão e ou Oficinas, com carga horária de acordo com o estabelecido em cada curso.

II: Organização de oficinas e minicursos, com carga horária de 40 horas por atividade.

Parágrafo Único: Não poderá ser aceito comprovante de curso de extensão, programas de disciplinas ou outras atividades desta natureza que já tenha sido aproveitado na matriz curricular do Curso Bacharelado em Enfermagem da Ufac.

CAPÍTULO V OUTRAS ATIVIDADES

I. Comissão de organização de instrumento informativo do curso de Bacharelado em Enfermagem ou relacionado à promoção do conhecimento em Enfermagem nestes IFES, com o limite máximo de 40 horas por semestre.

CAPÍTULO VI DOS REGISTROS

Art. 5º: Na matrícula do 10º período do Curso de Bacharelado em Enfermagem, para integralização da estrutura curricular em conformidade com as legislações o acadêmico deverá solicitar o registro de sua pontuação integral nas Atividades de Curricularização de Extensão, no total de 490 horas, das quais 30 horas corresponde à disciplina Iniciação à Extensão, ofertada no primeiro período, em observância aos especificados nestes Regulamento conforme exposto no Quadro 1 da Valorização das atividades, do Curso de Bacharelado em Enfermagem da Universidade Federal do Acre.

§ 1º Para os registros acadêmicos e contagem dos pontos das atividades de extensão, o discente deverá preencher formulário padrão na Coordenação do Curso de Bacharelado em Enfermagem anexando:

- I. Relação especificada das atividades apresentadas, com título, carga horária e pontuação máxima para cada item apontado;
- II. Comprovantes com fotocópias da certificação obtidas.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 6º: Situações que fogem ao especificado neste Regulamento serão deliberadas pela Coordenação de Bacharelado em Enfermagem - Ufac, sob a orientação do Núcleo Docente Estruturante e apreciadas no Colegiado do Curso.

Art. 7º: A Carga horária das atividades de extensão não pode ser cumprida com uma única atividade.

Art. 8º: Este Regulamento entra em vigor a partir da data da publicação de sua aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE CURSO DE ENFERMAGEM -
BACHARELADO FICHA PARA SOLICITAÇÃO DE REGISTRO DE ATIVIDADE DE
EXTENSÃO**

Nome do aluno:

Matrícula:

Título da atividade:

.....

Local da atividade:

Período: Carga Horária:

Breve relato sobre a atividade desenvolvida:

.....

.....

.....

.....

Parecer do Professor responsável:

.....

 Data: .../.../....

Assinatura do aluno

Visto do professor responsável

PARECER DO COLEGIADO DO CURSO:

.....

 Data: .../.../....

.....
 Coordenador do Colegiado

Quadro1: Valorização das atividades do Curso de Bacharelado em Enfermagem

Tipos de Atividades	Carga Horária
Programas e Projetos: bolsistas e voluntários	
Projetos e Programas de Extensão.	Para cada semestre de bolsista ou voluntário conta 80 horas.
Tipos de Atividades	Carga Horária
Eventos: comissão organizadora, organização de anais, organização de periódicos e livros	
Comissão de organização de eventos de caráter nacional e internacional, no período vigente da matrícula do discente no curso.	Carga horária de acordo com o estabelecido em cada tipo de evento.
Comissão de organização de eventos local e Semanas de Acadêmicas em Enfermagem e afins com o bacharel, no período vigente da matrícula do discente no curso.	Carga horária de acordo com o estabelecido em cada tipo de evento.
Participação na organização, coordenação ou realização de eventos na Ufac, no período vigente da matrícula do discente no curso.	Carga horária de 30 horas por evento podendo acumular até 90 horas.
Participação em comissão de publicação de revistas, no período vigente da matrícula do discente no curso.	Limite máximo de pontuação de 30 horas por publicação, podendo acumular até 90 horas.
Participação na organização de livros ou capítulos, com limite máximo de pontuação de 30 horas por publicação.	Limite máximo de pontuação de 30 horas por publicação, podendo acumular até 90 horas.

Tipos de Atividades	Carga Horária
De Cursos de Extensão: organização de minicursos e Oficinas	
Ministrante de Cursos de Extensão e Oficinas, com carga horária de acordo com o estabelecido em cada curso.	Carga horária de acordo com o estabelecido em cada atividade.
Organização de Oficinas e minicursos, com carga horária de 40 horas por atividade.	Carga horária de acordo com o estabelecido em cada atividade.
Tipos de Atividades	Carga Horária
Outras atividades	
Comissão de organização de instrumento informativo do curso de Bacharelado em Enfermagem ou relacionado à promoção do conhecimento na área de Enfermagem.	Limite máximo de 40 horas por semestre

PORTARIA MINISTERIAL Nº 74, DE 15 DE JANEIRO DE 1980.

DOCUMENTO LEGAL DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM

Quarta-feira 16

DIÁRIO OFICIAL (Seção I — Parte I)

Janeiro de 1980 1095

PORTARIA Nº 70, DE 15 DE JANEIRO DE 1980

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1472/79, conforme consta do Processo nº 1578-9/78-CFE e 253.776/79 do Ministério da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - É concedido reconhecimento aos cursos de Ciências Contábeis e de Administração, ministrados pela Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração, mantida pela Fundação Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Pato Branco, com sede na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eduardo Portella

PORTARIA Nº 71, DE 15 DE JANEIRO DE 1980

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1618/79, conforme consta do Processo nº 7275/78-CFE e 254894/79 do Ministério da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Enfermagem e Obstetrícia, com habilitação Geral de Enfermeiro e Licenciatura em Enfermagem, ministrado pela Universidade Federal de Mato Grosso, com sede na cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eduardo Portella

PORTARIA Nº 72, DE 15 DE JANEIRO DE 1980

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1522/79, conforme consta do Processo nº 305/78-CFE e 254.897/79 do Ministério da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Bacharelado em Ciência da Computação, ministrado pela Universidade Federal de São Carlos, com sede na cidade de São Carlos, Estado de São Paulo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eduardo Portella

PORTARIA Nº 73, DE 15 DE JANEIRO DE 1980

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1534/79, conforme consta do Processo nº 7603/78-CFE e 253757/79 do Ministério da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Ciências, com habilitação em Química, ministrado pelo Centro de Ciências Exatas e Naturais, da Universidade Federal do Pará, com sede na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eduardo Portella

PORTARIA Nº 74, DE 15 DE JANEIRO DE 1980

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1648/79, conforme consta do Processo nº 0400/79-CFE e 255.723/79 do Ministério da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Enfermagem e Obstetrícia, com habilitação geral de Enfermeiro, ministrado pelo Instituto da Ciências Humanas, da Fundação Universidade Federal do Acre, com sede na cidade de Rio Branco, Estado do Acre.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eduardo Portella

PORTARIA Nº 75, DE 15 DE JANEIRO DE 1980

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1676/79, conforme consta do Processo nº 697/78-CFE e 255.715/79 do Ministério da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - É concedido reconhecimento ao curso de Psicologia, com habilitações em licenciatura e em Formação de Psicólogos, ministrado pela Faculdade de Filosofia e Letras Santo Amaro, mantida pela Organização Santamarense de Educação e Cultura, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eduardo Portella

PORTARIA Nº 76, DE 15 DE JANEIRO DE 1980

O Ministro de Estado DA EDUCAÇÃO E CULTURA, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 83.857, de 15 de agosto de 1979, e tendo em vista o Parecer do Conselho Federal de Educação nº 1625/79, conforme consta do Processo nº 751-2-3/79-CFE e 254.901/79 do Ministério da Educação e Cultura,

RESOLVE:

Art. 1º - É concedido reconhecimento aos cursos de Ciências Contábeis, de Ciências Econômicas e de Administração, ministrados pela Faculdade "Ovídio Mendes", de Campos, Rio de Janeiro, mantida pela Sociedade Brasileira de Instrução com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Eduardo Portella

PORTARIA SERES/MEC Nº 823, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014.

RENOVAÇÃO DE RECONHECIMENTO DO CURSO



50

ISSN 1677-7042

Diário Oficial da União - Seção 1

Nº 1, sexta-feira, 2 de janeiro de 2015

302	201420442	ODONTOLOGIA	BACHARELADO	100	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	IUNI EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA UNIC - PEIRA RIO (SEDE), JARDIM EUROPA MT - CUIABÁ
303	201420444	FISIOTERAPIA	BACHARELADO	180	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	IUNI EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA UNIC - PEIRA RIO (SEDE), JARDIM EUROPA MT - CUIABÁ
304	201420493	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	60	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	IUNI EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA UNIC - PEIRA RIO (SEDE), JARDIM EUROPA MT - CUIABÁ
305	201420740	FARMÁCIA	BACHARELADO	60	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	IUNI EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA UNIC - PEIRA RIO (SEDE), JARDIM EUROPA MT - CUIABÁ
306	201420852	MEDICINA VETERINÁRIA	BACHARELADO	120	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	IUNI EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA UNIC - PEIRA RIO (SEDE), JARDIM EUROPA MT - CUIABÁ
307	201421015	ENFERMAGEM	BACHARELADO	160	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	IUNI EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA UNIC - PEIRA RIO (SEDE), JARDIM EUROPA MT - CUIABÁ
308	201421035	RADIOLOGIA	TECNOLÓGICO	120	UNIVERSIDADE DE CUIABÁ	IUNI EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA MANOEL JOSÉ DE ARRUDA UNIC - PEIRA RIO (SEDE), JARDIM EUROPA MT - CUIABÁ

PORTARIA Nº 823, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2014

A SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e o Despacho do Secretário nº 281, de 18 de dezembro de 2014, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação, constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, a renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE HORTA ANDRADE

ANEXO

Nº de Ordem	Registro e-MEC Nº	Curso	Grau	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201419366	ODONTOLOGIA	BACHARELADO	55	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	FUNDACAO EDSON QUEIROZ	AVENIDA WASHINGTON SOARES, CAMPUS - FORTALEZA, EDSON QUEIROZ, EDSON QUEIROZCE - FORTALEZA
2	201419742	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	220	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	FUNDACAO EDSON QUEIROZ	AVENIDA WASHINGTON SOARES, CAMPUS - FORTALEZA, EDSON QUEIROZ, EDSON QUEIROZCE - FORTALEZA
3	201420062	ENFERMAGEM	BACHARELADO	330	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	FUNDACAO EDSON QUEIROZ	AVENIDA WASHINGTON SOARES, CAMPUS - FORTALEZA, EDSON QUEIROZ, EDSON QUEIROZCE - FORTALEZA
4	201420133	FARMÁCIA	BACHARELADO	110	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	FUNDACAO EDSON QUEIROZ	AVENIDA WASHINGTON SOARES, CAMPUS - FORTALEZA, EDSON QUEIROZ, EDSON QUEIROZCE - FORTALEZA
5	201420763	FISIOTERAPIA	BACHARELADO	180	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	FUNDACAO EDSON QUEIROZ	AVENIDA WASHINGTON SOARES, CAMPUS - FORTALEZA, EDSON QUEIROZ, EDSON QUEIROZCE - FORTALEZA
6	201420932	FONOAUDIOLOGIA	BACHARELADO	80	UNIVERSIDADE DE FORTALEZA	FUNDACAO EDSON QUEIROZ	AVENIDA WASHINGTON SOARES, CAMPUS - FORTALEZA, EDSON QUEIROZ, EDSON QUEIROZCE - FORTALEZA
7	201419225	BIOMEDICINA	BACHARELADO	120	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
8	201419339	ENFERMAGEM	BACHARELADO	320	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
9	201419928	FARMÁCIA	BACHARELADO	120	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
10	201419952	RADIOLOGIA	TECNOLÓGICO	120	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
11	201420008	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	120	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
12	201420337	FISIOTERAPIA	BACHARELADO	120	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
13	201420437	ODONTOLOGIA	BACHARELADO	120	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
14	201420592	MEDICINA VETERINÁRIA	BACHARELADO	220	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
15	201420813	EDUCAÇÃO FÍSICA	BACHARELADO	300	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
16	201420907	GESTÃO AMBIENTAL	TECNOLÓGICO	60	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
17	201420919	FONOAUDIOLOGIA	BACHARELADO	120	UNIVERSIDADE DE FRANCA	ACEF S/A.	AVENIDA DOUTOR ARMANDO SALES OLIVEIRA, POLO NA SEDE, PARQUE UNIVERSITÁRIO - FRANCA
18	201420643	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	120	UNIVERSIDADE DE ITAÚNA	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE ITAUNA	RODOVIA MG 431 KM 45, CAMPUS - ITAUNA - CAMPUS VERDE, CAMPUS VERDE, MG - ITAUNA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/interatividade/diata>, pelo código 00012015010200050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



297	201419354	ODONTOLOGIA	BACHARELADO	80	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	AV. PARÁ CAMPUS UMUARAMA, UMUARAMA, MG - UBERLÂNDIA
298	201420048	ENFERMAGEM	BACHARELADO	80	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	AV. PARÁ CAMPUS UMUARAMA, UMUARAMA, MG - UBERLÂNDIA
299	201420406	BIOMEDICINA	BACHARELADO	25	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	AV. PARÁ CAMPUS UMUARAMA, UMUARAMA, MG - UBERLÂNDIA
300	201420828	FISIOTERAPIA	BACHARELADO	60	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	AVENIDA BENJAMIN CONSTANT, CAMPUS EDUCAÇÃO FÍSICA, APARECIDA, MG - UBERLÂNDIA
301	201420933	MEDICINA VETERINÁRIA	BACHARELADO	80	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	AV. PARÁ CAMPUS UMUARAMA, UMUARAMA, MG - UBERLÂNDIA
302	201419684	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	50	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	AV. PH. ROLES, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, VÍCOSA, MG - VÍCOSA
303	201419772	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	50	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO - RODOVIA BR 324, KM 310, CAMPUS DE RIO PARANAÍBA, VÍCOSA, MG - VÍCOSA
304	201419976	ENFERMAGEM	BACHARELADO	60	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	AV. PH. ROLES, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, VÍCOSA, MG - VÍCOSA
305	201420033	ZOOTECNIA	BACHARELADO	80	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	AV. PH. ROLES, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, VÍCOSA, MG - VÍCOSA
306	201420197	AGRONOMIA	BACHARELADO	50	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	CAMPUS UNIVERSITÁRIO - RODOVIA BR 324, KM 310, CAMPUS DE RIO PARANAÍBA, VÍCOSA, MG - VÍCOSA
307	201420558	GESTÃO AMBIENTAL	TECNOLÓGICO	50	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	RODOVIA MG - KM 6, CAMPUS DE FLORESTAL, VÍCOSA, MG - FLORESTAL
308	201420581	AGRONOMIA	BACHARELADO	210	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	AV. PH. ROLES, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, VÍCOSA, MG - VÍCOSA
309	201420824	MEDICINA VETERINÁRIA	BACHARELADO	60	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VÍCOSA	AV. PH. ROLES, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, VÍCOSA, MG - VÍCOSA
310	201419410	ENFERMAGEM	BACHARELADO	30	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	CAMPUS UNIVERSITÁRIO BE 364, KM 14, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DISTRITO INDUSTRIAL, AC - RIO BRANCO
311	201420549	ENFERMAGEM	BACHARELADO	30	UNIVERSIDADE DO ACRE	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	ESTRADA DO CANELAL FINA KM 12, GLERA FORMOSO LOTE 245, COLONIA SAO FRANCISCO, CAMPUS UNIVERSITARIO DE CRUZEIRO DO SUL, CAMPUS FLORESTA CAMPUS UNIVERSITARIO, AC - CRUZEIRO DO SUL
312	201420576	ENGENHARIA AGRONÔMICA	BACHARELADO	50	UNIVERSIDADE DO ACRE	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	CAMPUS UNIVERSITARIO BE 364, KM 14, CAMPUS UNIVERSITARIO DISTRITO INDUSTRIAL, AC - RIO BRANCO
313	201421002	ENGENHARIA AGRONÔMICA	BACHARELADO	50	UNIVERSIDADE DO ACRE	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	ESTRADA DO CANELAL FINA KM 12, GLERA FORMOSO LOTE 245, COLONIA SAO FRANCISCO, CAMPUS UNIVERSITARIO DE CRUZEIRO DO SUL, CAMPUS FLORESTA CAMPUS UNIVERSITARIO, AC - CRUZEIRO DO SUL
314	201420642	ENFERMAGEM	BACHARELADO	50	UNIVERSIDADE DO AMAPÁ	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	RODOVIA JUSCELINO KUBITSCHEK, KM 2, CAMPUS MARCO ZERO - UNIPAZ, RAO AP - MACAPÁ
315	201419289	EDUCAÇÃO FÍSICA, PROMOÇÃO EM SAÚDE E LAZER	BACHARELADO	26	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	AV. RODRIGO OTÁVIO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO UNIDADE SEDE, COROADO II, AM - MANAUS
316	201419627	SERVIÇO SOCIAL	BACHARELADO	50	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	RUA PARAÍBA, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CAMPUS PROF. DORVAL VARELA MEURA, PALMARES, AM - PARINTINS
317	201419754	ODONTOLOGIA	BACHARELADO	42	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	AV. AYRÃO, FACULDADE DE ODONTOLOGIA, PRACA 14 DE JANEIRO, AM - MANAUS
318	201419866	FISIOTERAPIA	BACHARELADO	40	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	ESTRADA COARI / MAMÁ, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, UNIDADE DO POLO MÉDIO SOLIMÕES, ESPÍRITO SANTO, AM - COARI
319	201419927	ENFERMAGEM	BACHARELADO	56	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	RUA TEREZINA, ESCOLA DE ENFERMAGEM DE MANAUS, ADRIANO POLIS, AM - MANAUS
320	201419955	AGRONOMIA	BACHARELADO	46	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	AV. RODRIGO OTÁVIO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO UNIDADE SEDE, COROADO II, AM - MANAUS
321	201420120	EDUCAÇÃO FÍSICA	BACHARELADO	26	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	AV. RODRIGO OTÁVIO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO UNIDADE SEDE, COROADO II, AM - MANAUS
322	201420237	AGRONOMIA	BACHARELADO	50	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	RUA 29 DE AGOSTO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO POLO VALE DO RIO MADEIRA, CENTRO, AM - HUMAITÁ
323	201420269	ZOOTECNIA	BACHARELADO	50	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	AV. RODRIGO OTÁVIO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO UNIDADE SEDE, COROADO II, AM - MANAUS
324	201420334	FARMÁCIA	BACHARELADO	42	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	RUA COMENDADOR ALEXANDRE AMORIM, FACULDADE DE CIÊNCIAS FARMACÉUTICAS, APARECIDA, AM - MANAUS
325	201420424	FARMÁCIA	BACHARELADO	50	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	RUA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, SÃO JORGE, AM - ITACOATIARA
326	201420540	NUTRIÇÃO	BACHARELADO	40	UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS	ESTRADA COARI / MAMÁ, CAMPUS UNIVERSITÁRIO, UNIDADE DO POLO MÉDIO SOLIMÕES, ESPÍRITO SANTO, AM - COARI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012015010200060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 44, DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
REITORIA

PORTARIA Nº 44, DE 05 DE JANEIRO DE 2017

A PRÓ-REITORA DE GRADUAÇÃO NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Art. 80, Inciso III, do Regimento Geral, e o que consta no processo nº 23107.022438/2016-21,

RESOLVE:

DESIGNAR a servidora **SULEIMA PEDROZA VASCONCELOS**, Professora do Magistério Superior, Classe Adjunto, Nível 601, Matrícula SIAPE n.º 2432361, para exercer a função de Coordenadora do Curso de Bacharelado em Enfermagem, Símbolo FUC-001, e a servidora **DANUZIA DA SILVA ROCHA**, Professora do Magistério Superior, Classe Adjunto, Nível 601, Matrícula SIAPE n.º 1517741, para responder como Vice-Coordenadora do referido curso, para o biênio 2017/2018, a contar de 19 de dezembro de 2016.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Prof. Dra. Aline Andréia Nicolli
Reitora em Exercício

PORTARIA Nº 674, DE 03 DE MARÇO DE 2016.

COMPOSIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
REITORIA

PORTARIA Nº 674, DE 03 DE MARÇO DE 2016

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Art. 80, III, do Regimento Geral, e considerando o que consta no processo 23107.003832/2016-61,

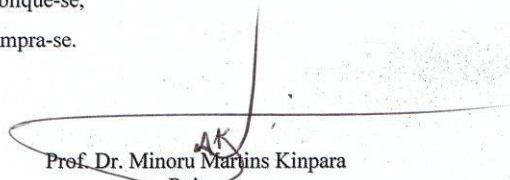
RESOLVE:

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para comporem o Núcleo Docente Estruturante do Curso de Bacharelado em Enfermagem:

Matricula SIAPE	Servidor	Função
1678258	Carlos Frank Viga Ramos	Presidente
2476169	Andrea Ramos da Silva Bessa	Membro
3332032	Claudia Machado Alves Pinto	Membro
2494350	Clisangela Lago Santos	Membro
2492269	Isabela Nogueira Pessoa	Membro
1676876	Kizzy Montini Ramos Azenha	Membro
2432361	Suleima Pedroza Vasconcelos	Membro
2305271	Valeria Rodrigues da Silva	Membro

Fica revogada a Portaria nº 3.505, de 26 de dezembro de 2014, a partir desta data.

Registre-se,
Publique-se,
Cumpra-se.


Prof. Dr. Minoru Martins Kinpara
Reitor

Campus Universitário - BR 364 - KM 04 - Distrito Industrial - Rio Branco - Acre
CEP: 69.915-900 - Telefone: 3901-2500
<http://www.ufac.br> e-mail: reitoria@ufac.br

PORTARIA Nº 1.632, DE 20 DE JUNHO DE 2017.

COMPOSIÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO DE BACHARELADO EM ENFERMAGEM



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE REITORIA

PORTARIA Nº 1.632, DE 20 DE JUNHO DE 2017

A VICE-REITORA NO EXERCÍCIO DA REITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o Art. 80, Inciso III, do Regimento Geral, e o que consta no processo nº 23107.011940/2017-98,

RESOLVE:

DESIGNAR os servidores e discentes abaixo relacionados para comporem o Colegiado do Curso de Enfermagem – exercício 2017, com efeitos retroativos de 29/03/2017:

Matrícula	Membro	Função
2492269	Isabela Nogueira Pessoa	Titular
2476169	Andréa Ramos da Silva Bessa	Suplente
2326999	Ricardo da Costa Rocha	Titular
1676876	Kizzy Montini Ramos Soares	Suplente
2305271	Valéria Rodrigues da Silva	Titular
2182884	Ionar Cilene de Oliveira Cosson	Suplente
1900667	Sandra Maria Sampaio Enes	Titular
0414398	Maria Cleide Bezerra Mota	Suplente
1678258	Carlos Frank Viga Ramos	Titular
3332032	Cláudia Machado Alves Pinto	Suplente
1677016	Anne Greice Andrade da Cunha Marques	Titular
0414820	Estanislau Paulo Klein	Suplente
2278561	Ana Kácia da Silva Cavalcante Ferreira	Titular
2116035	Mariane Albuquerque Lima Ribeiro	Suplente
1150699	Raimunda da Costa Araruna	Titular
1675920	Sheley Borges Gadelha de Lima	Suplente
1517741	Danúzia da Silva Rocha	Titular
2476238	Greiciane da Silva Rocha	Suplente
2115275	Rafael Auler de Almeida Prado	Titular
0414446	Inéz Maria Jalul de Oliveira	Suplente
1676122	Leonardo Augusto Kohara Melchior	Titular
1151071	Francisco Glauco de Araújo Santos	Suplente
Discente	Hildelene Bandeira Nogueira	Titular
Discente	Hermes Olímpio da Costa Filho	Suplente